

RELATÓRIO QUANTITATIVO

**32 Conferências Regionais da Assistência Social
de São Paulo**

Setembro de 2023

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	5
2. OBJETIVOS	5
3. CRONOGRAMA DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS.....	6
4. DISTRIBUIÇÃO DOS CONFERENCISTAS POR CONFERÊNCIA REGIONAL E SEGMENTO	10
5. DISTRIBUIÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS POR CONFERENCIA REGIONAL E SEGMENTO	13
6. DELIBERAÇÕES APROVADAS NAS PLENÁRIAS DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS	15
6.1. CONFERÊNCIA REGIONAL DE ARICANDUVA.....	15
6.2. CONFERÊNCIA REGIONAL DO BUTANTÃ.....	22
6.3. CONFERÊNCIA REGIONAL DO CAMPO LIMPO.....	29
6.4. CONFERÊNCIA REGIONAL DA CAPELA DO SOCORRO	38
6.5. CONFERÊNCIA REGIONAL DA CASA VERDE	46
6.6. CONFERÊNCIA REGIONAL DE CIDADE ADEMAR	52
6.7. CONFERÊNCIA REGIONAL DE CIDADE TIRADENTES	63
6.8. CONFERÊNCIA REGIONAL DE ERMELINO MATARAZZO	71



6.9. CONFERÊNCIA REGIONAL DA FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA	77
6.10. CONFERÊNCIA REGIONAL DE GUAIANASES	84
6.11. CONFERENCIA REGIONAL DO IPIRANGA	92
6.12. CONFERENCIA REGIONAL DO ITAIM PAULISTA	99
6.13. CONFERÊNCIA REGIONAL DE ITAQUERA	106
6.14. CONFERENCIA REGIONAL DO JABAQUARA	117
6.15. CONFERENCIA REGIONAL DO JAÇANÃ/TREMEMBÉ	124
6.16. CONFERÊNCIA REGIONAL DA LAPA	133
6.17. CONFERÊNCIA REGIONAL DO M'BOI MIRIM	140
6.18. CONFERENCIA REGIONAL DA MOOCA	148
6.19. CONFERENCIA REGIONAL DE PARELHEIROS	155
6.20. CONFERÊNCIA REGIONAL DA PENHA	163
6.21. CONFERÊNCIA REGIONAL DE PERUS/ANHANQUERA	170
6.22. CONFERÊNCIA REGIONAL DE PINHEIROS	1777
6.23. CONFERENCIA REGIONAL DE PIRITUBA	1844
6.24. CONFERÊNCIA REGIONAL DE SANTANA	192
6.25. CONFERÊNCIA REGIONAL DE SANTO AMARO	19999



6.26. CONFERENCIA REGIONAL DE SÃO MATEUS.....	206
6.27. CONFERÊNCIA REGIONAL DE SÃO MIGUEL PAULISTA	2155
6.28. CONFERÊNCIA REGIONAL DE SAPOEMBA	215
6.29. CONFERÊNCIA REGIONAL DA SÉ	2288
6.30. CONFERENCIA REGIONAL DA VILA MARIA/VILA GUILHERME	2355
6.31. CONFERENCIA REGIONAL DA VILA MARIANA	2422
6.32. CONFERENCIA REGIONAL DA VILA PRUDENTE	24949
7. QUANTITATIVO DE MOÇÕES DISTRIBUÍDAS POR REGIONAL	256



-

1. IDENTIFICAÇÃO

Organização: INSTITUTO POTENCIAL - PROJETOS SOCIAIS

Endereço: Largo do Paissandú nº 72 conjunto 2006 São Paulo/SP.

Telefone: (11) 32271431 e (11) 976816024

CNPJ: 17.790.926/0001- 20

E-mail: institutopotencial@gmail.com

Representante legal: Jacqueline Leonora dos Reis

Técnica responsável: Marly Pulini e Indiana Del Fré Ludviger

2. OBJETIVOS

Fornecer as principais informações quantitativas sobre a realização das 32 Conferências Regionais de Assistência Social realizadas na cidade de São Paulo no período de 31/07 a 11/08/2023.

Disponibilizar as deliberações elaboradas nas 32 Conferências Regionais distribuídas por eixo temático e âmbito.

3. CRONOGRAMA DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Nº	Regional	Data	Endereço da Conferencia Regional	Inscritos	Presentes	Porcentagem
01	Aricanduva	04/08	CEDESP - CENLEP Av. Regente Feijó 1500 - Água Rasa	100	133	133%
02	Butantã	11/08	Liga Solidária - Educandario Dom Duarte Av. Engenheiro Heitor Eiras Garcia 5985 - Jardim Esmeralda	77	158	205%
03	Campo Limpo	09/08	CCA Lar Batista Rua Capoeirana 10 - Jd Olinda	347	291	84%
04	Capela do Socorro	08/08	Centro Universitário Estácio São Paulo Avenida Jangadeiro 111 - Interlagos	420	311	74%
05	Casa Verde	31/07	CCJ Ruth Cardoso Av. Deputado Emílio Carlos 3641 - Vila dos Andrades	255	205	80%
06	Cidade Ademar	08/08	CCINTER Clube da Turma Santa Terezinha Av. Prof. Cardoso de Melo Neto 1000 - Pedreira	485	401	83%

07	Cidade Tiradentes	10/08	CÉU Água Azul Av. Dos Metalúrgicos 1262 - Cidade Tiradentes	205	190	93%
08	Ermelino Matarazzo	02/08	Fatec da Zona Leste Av. Águia de Haia 2633 D13 - Cidade A. E. Carvalho	129	90	70%
09	Freguesia do Ó/ Brasilândia	07/08	CCJ Ruth Cardoso Av. Deputado Emílio Carlos 3641 - Vila dos Andrades	298	253	85%
10	Guaianases	02/08	CEU Lajeado Rua Manuel da Mota Coutinho 293 – Lajeado	175	122	70%
11	Ipiranga	01/08	CÉU Caminho do Mar Av. Engenheiro de Arruda Pereira 5241 - Jardim Lourdes	192	205	107%
12	Itaim Paulista	03/08	Fábrica de Cultura Itaim Paulista Rua Estudantes da China 500 - Itaim Paulista	150	157	105%
13	Itaquera	31/07	CEU São Pedro Rua Professora Lucila Cerqueira 124 - Jd São Pedro	161	117	73%

14	Jabaquara	01/08	Céu Meninos Prof. Pr. Arthur Alberto de Mota Gonçalves Rua Barbinos nº111 São - João Clímaco	150	96	64%
15	Jaçanã/Tremembé	10/08	CCA Murialdo Rua Igarité 338 - Vila Nilo – Jaçanã	319	263	82%
16	Lapa	03/08	Instituto Rogacionista Aníbal di Francia Av. Santa Marina 534 - Água Branca	137	123	90%
17	M'Boi Mirim	02/08	Clube da Turma - Social Bom Jesus Estância Tangará s/n	647	576	89%
18	Mooca	04/08	CCA Unibes Rua Pedro Vicente 569 - Luz	284	253	89%
19	Parelheiros	10/08	CEDESP Anna Lapini Rua Frei Eustaquio 250 - Jardim Silveira	271	269	99%
20	Penha	11/08	Circo Escola da Vila Ré Rua Santo Henrique 50 - Vila Ré	200	170	85%
21	Perus/ Anhanguera	07/08	CEU Parque Anhanguera	178	171	96%

			Rua Pedro José de Lima 1020 - Anhanguera			
22	Pinheiros	03/08	CAMPI Pinheiros Rua Galeno de Almeida 547 - Pinheiros	152	168	111%
23	Pirituba/ Jaraguá	03/08	CEU Pera Marmelo Rua Pêra Marmelo 226 - Jardim Santa Lucrecia	201	178	89%
24	Santana/ Tucuruvi	08/08	Av. Santa Inês 2229 - Parque Modelo	142	137	96%
25	Santo Amaro	01/08	CCA Carmem Mendes Conceição Rua Vigário Taques Bittencourt 195 - Santo Amaro	202	147	73%
26	São Mateus	09/08	Obra Social Agostiniana Dona Chantal Rua Dona Chantal 28 – Vila Bela	390	480	123%
27	São Miguel Paulista	07/08	Subprefeitura São Miguel Rua Dona Ana Flora Pinheiro de Souza 76 - Vila Jacuí	151	146	97%
28	Sapopemba	08/08	CEU Rosa da China Rua Clara Petrela 113 Jd S. Roberto - Sapopemba	150	247	165%

29	Sé	31/07	Liceu Coração de Jesus Alameda Dino Bueno 285 - Campos Elíseos	472	347	74%
30	Vila Maria/ Guilherme	11/08	UNINOVE Vila Maria Rua Guaranésia 425 - Vila Maria	384	294	77%
31	Vila Mariana	09/08	Espaço Paulinas Rua Dona Inácia Uchôa 62 – Vila Mariana	101	102	101%
32	Vila Prudente	09/08	CEU Vila Alpina Rua Pedro Levor 141 - Jardim Avelino	104	180	173%

4. DISTRIBUIÇÃO DOS CONFERENCISTAS POR CONFERÊNCIA REGIONAL E SEGMENTO

Nº	Regional	Poder Público	Trabalhadores	Usuários	OSC's	Observadores	Convidados e outros	Total
01	Aricanduva	04	104	13	08	04	00	133
02	Butantã	08	089	47	10	04	00	158
03	Campo limpo	09	214	52	14	02	00	291



04	Capela do Socorro	06	227	65	08	05	00	311
05	Casa Verde	12	166	02	25	00	00	205
06	Cidade Ademar	08	343	35	10	05	00	401
07	Cidade Tiradentes	07	157	18	02	06	00	190
08	Ermelino Matarazzo	04	056	17	08	05	00	090
09	Freguesia do Ó	08	160	58	24	03	00	253
10	Guaianazes	04	107	00	05	06	00	122
11	Ipiranga	09	079	19	07	06	00	120
12	Itaim Paulista	14	100	25	10	08	00	157
13	Itaquera	06	079	33	28	01	00	147
14	Jabaquara	04	059	17	10	06	00	096
15	Jaçanã	09	185	52	11	04	00	263
16	Lapa	09	080	18	16	00	00	123
17	M'Boi Mirim	12	382	102	65	15	00	576
18	Mooca	15	163	56	15	04	00	253



19	Parelheiros	03	178	82	04	02	00	269
20	Penha	14	108	28	13	07	00	170
21	Perus	13	115	39	02	02	00	171
22	Pinheiros	13	093	29	17	16	00	168
23	Pirituba	10	112	32	22	02	00	178
24	Santana	15	092	11	12	07	00	137
25	Santo Amaro	09	077	39	18	04	00	147
26	São Matheus	04	401	44	24	07	00	480
27	São Miguel	07	096	24	13	06	00	146
28	Sapopemba	10	217	11	09	00	00	247
29	Sé	30	122	76	33	07	79	347
30	Vila Maria	05	262	12	10	05	08	302
31	Vila Mariana	16	052	13	13	08	00	102
32	Vila Prudente	13	134	22	05	06	00	180
TOTAL		310	4809	1091	471	163	87	6933

As 32 Conferências Regionais mobilizaram um total de 6903 pessoas entre trabalhadores do SUAS – estatal e não estatal – usuários, representantes de Organizações Sociais da Sociedade Civil e Poder Público.

5. DISTRIBUIÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS POR CONFERENCIA REGIONAL E SEGMENTO

Nº	Regional	Delegados Poder Publico	Delegados Trabalhadores	Delegados Usuários	Delegados OSC's	Observadores	Total de Delegados
01	Aricanduva	2	3	1	1	0	7
02	Butantã	4	36	13	6	0	59
03	Campo limpo	3	26	5	5	0	39
04	Capela do Socorro	2	29	3	3	0	37
05	Casa Verde	4	11	1	0	0	16
06	Cidade Ademar	9	18	6	1	0	34
07	Cidade Tiradentes	1	7	4	3	0	15
08	Ermelino Matarazzo	2	7	2	2	0	13



09	Freguesia do Ó	3	11	1	1	0	16
10	Guaianazes	7	12	3	2	3	27
11	Ipiranga	3	15	3	2	0	23
12	Itaim Paulista	0	3	3	3	0	9
13	Itaquera	4	10	4	3	0	21
14	Jabaquara	2	6	3	1	1	13
15	Jaçanã	4	18	10	1	0	33
16	Lapa	3	11	8	2	0	24
17	M'Boi Mirim	3	28	7	10	0	48
18	Mooca	6	13	12	4	4	39
19	Parelheiros	2	22	10	1	0	35
20	Penha	5	11	14	7	2	39
21	Perus	3	13	3	3	0	22
22	Pinheiros	4	7	4	0	0	15
23	Pirituba	2	5	4	2	0	13

24	Santana	1	15	2	0	0	18
25	Santo Amaro	2	10	3	1	0	16
26	São Matheus	4	11	3	4	0	22
27	São Miguel	2	2	3	4	4	15
28	Sapopemba	1	16	1	1	0	19
29	Sé	4	22	20	3	0	49
30	Vila Maria	3	10	2	2	0	17
31	Vila Mariana	2	5	4	0	0	11
32	Vila Prudente	3	10	3	4	1	21
TOTAL		165	423	82	15	100	785

6. DELIBERAÇÕES APROVADAS NAS PLENÁRIAS DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

6.1. CONFERÊNCIA REGIONAL DE ARICANDUVA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos para ampliação e implantação de serviços no território do Aricanduva, com a implantação de CCINTER, NCI, ILPI, CDCM, centro DIA para pessoas com deficiências.</p> <p>2. Garantir recursos para ampliação do quadro de recursos humanos, incluindo profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos (as) em todas as tipificações da Proteção Social Básica, com equiparação salarial entre os serviços da proteção básica e especial.</p> <p>3. Garantir recursos para custeio de transporte para todos os usuários SUAS e respectivos acompanhantes em todas especificidades</p> <p>4. Garantir recursos para adequação de todos os imóveis e aquisição de mobiliários para</p>	<p>1. Aumentar o orçamento municipal da Assistência Social gradualmente de 5% até 10% para manutenção da estrutura física e adequação dos serviços, ampliação de recursos humanos, melhoria dos equipamentos, internet, possibilitando maior qualidade e acessibilidade no alcance da população.</p> <p>2. Equiparar salários dos trabalhadores do SUAS, (da rede direta e indireta) e garantia de criação / implantação de plano de cargo e carreiras do funcionalismo público.</p> <p>3. Garantir o reajuste salarial de acordo com a inflação e aprovação de leis e diretrizes para o financiamento dos serviços socioassistenciais visando a</p>	<p>1. Ampliação do financiamento estadual para 5% do orçamento e cumprimento do Pacto Federativo.</p>	<p>1. Revogar a Lei do Teto de Gastos (EC 95) e Descongelamento de salários dos trabalhadores do SUAS (Portaria 173/20). Recuperar o financiamento tripartite para os serviços socioassistenciais.</p> <p>2. Gestão com o Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p>



<p>todos os serviços socioassistenciais, com vedação de utilização da verba mensal dos serviços para esse fim.</p> <p>5. Garantir recursos intersecretarial para atividades que propiciem o desenvolvimento integral da pessoa (cultura, esporte, lazer, educação técnica.</p>	<p>isonomia dos trabalhadores, vinculado a verba estadual e federal.</p> <p>4. Garantir recursos para Horas Técnicas em todas as tipificações e Plano de Capacitação a Entidades, Trabalhadoras (es), Usuárias (os), governamentais e Controle Social (COMAS) com temas consensuados entre todos os segmentos e descentralizados do ESPASO (Espaço Público do Aprender Social).</p> <p>5. Garantir recursos para recomposição da tabela SMADS, valorização do RH e Ajuste das demais despesas, respeitando integralmente o cumprimento dos acordos coletivos dos sindicatos . Assim como equiparação de carga horária de 30 horas para todos os trabalhadores do SUAS da rede direta e indireta.</p>		
--	--	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar estratégias para estimular a participação ativa dos municípios como multiplicadores das Políticas de Assistência Social.</p> <p>2. Ampliar a publicização da rede de serviços.</p> <p>3. Implantar Conselho gestor no CRAS e CREAS Aricanduva.</p>	<p>1. Unificar os registros de atendimento em um único sistema acessível a todos os serviços da Assistência Social com o objetivo de identificar as demandas sociais dos usuários, garantindo o sigilo sempre que necessário.</p> <p>2. Criar um mecanismo de comunicação (comerciais na TV, internet, redes sociais) para que os usuários saibam que podem participar dos Conselhos.</p> <p>3. Criar um espaço de formação permanente para usuários e trabalhadores sobre controle social.</p> <p>4. Criar um grupo estratégico que monitore as condições de trabalho nos serviços e Ampliar a transparência para trabalhadores e usuários sobre uso do recurso público destinado a cada equipamento.centros de referência.</p>	<p>1. Criar um Comitê de articulação entre os Conselhos da Assistências Social do Estado e do Município.</p>	<p>1. Garantir 30 horas para todos os trabalhadores do SUAS com insalubridade e periculosidade NR15 e NR16 – Norma Regulamentadora CLT.</p> <p>2. Garantir que o Governo federal ofereça cursos de formação para Conselheiros Gestores para Assistência Social e criar uma legislação federal que fiscalize a sua implementação.</p>



EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Assegurar um plano de formação continuada para entidades, trabalhadores(as) e usuários(as).</p> <p>2. Implantar e fortalecer os espaços de articulação em rede nos territórios, tais como grupos de trabalho (GTs), Fóruns, etc.</p> <p>3. Implantar um fluxo regional de interlocução e articulação entre as políticas públicas a partir de um mapeamento e divulgação dos grupos de trabalhadores da rede.</p>	<p>1. Criar um canal de comunicação direta e exclusivo do SUAS direcionado ao cidadão.</p> <p>2. Garantir o aumento de recursos humanos e a formação continuada para todos os trabalhadores do SUAS da administração direta e indireta.</p> <p>3. Garantir espaço de cuidado e escuta para o trabalhador do SUAS, com acompanhamento psicoterapêutico, visando a promoção de saúde mental.</p> <p>4. Assegurar um plano de formação continuada para entidades, trabalhadores(as) e usuários(as).</p>	<p>1. Criar espaços de formação intersetorial com a presença dos diversos atores das políticas públicas e garantia de direitos, saúde, educação, assistência, cultura, direitos humanos e sistema judiciário.</p>	<p>1. Criar uma ouvidoria para os trabalhadores do SUAS vinculado ao Ministério do Trabalho (visando melhoria nas relações de trabalho sem precarização e assédio moral).</p>
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<p>1. Ampliar o acesso à informação e divulgação por meio de uma cartilha para a população sobre o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial, assim como, ampla divulgação nas mídias sociais.</p> <p>2. Fortalecer a Rede FOCAAR garantindo que esteja no plano de trabalho, e que a SAS possa auxiliar na garantia da participação e na integração entre os serviços. Garantir a ampliação das pautas na rede e que a reunião possa ser para a apresentação dos serviços e não apenas para eventos anuais.</p> <p>3. Ampliar e implantar os serviços por distrito de acordo com a demanda específica. Todos por distrito CDCM, CEDESP, CDI, ILPI, NAISPD, SPSCAVV, SASF, CJ, CCA, RI, RA, NCI e CTA.</p>	<p>1. Criar um equipamento para atendimento ao público LGBTQIAP+ visando a garantia de direitos.</p> <p>2. Ampliar a insalubridade a toda categoria do SUAS.</p> <p>3. Utilizar o prontuário eletrônico interligando todas as políticas públicas para que cada serviço tenha conhecimento e trabalhe em parceria através de dados não sigilosos.</p> <p>4. Implantar equipamentos em todos os territórios para pessoas com deficiência (NAISPD).</p> <p>5. Ampliar equipamentos de proteção básica, com a garantia de inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social (CRAS, SASF, CCA, CEDESP e NCI).</p>	<p>1. Atualizar o prontuário do SUAS: visando a universalização do acesso aos dados (sistema) e demandas dos territórios como forma de responsabilização e planejamento estadual.</p> <p>2. Garantir que os marcadores sociais revisem e atualizem a tipificação dos serviços, com finalidade de contemplar os grupos de pessoas que não conseguem acessar serviços/programas de benefícios.</p>	<p>1. Realizar o planejamento a partir de marcadores sociais a fim de criar um fundo de reserva socioassistencial federal para assistir o contexto de calamidade pública.</p>
--	--	--	---



4. Solicitar retorno da SAS porque tais propostas regionais do ano de 2021 não foram contempladas.			
5. Ampliar os serviços móveis CRAS/CREAS.			
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Ampliar a divulgação referente aos critérios de concessão dos benefícios de transferência de renda nas mídias, redes sociais, escolas etc.	2. Ampliar o quadro de RH dos serviços da rede socioassistencial, priorizando a contratação de Técnicos de Assistência Social e Entrevistadores Sociais, a fim de orientar e qualificar o atendimento aos beneficiários dos programas de transferência de renda. 3. Garantir o sigilo durante o atendimento e entrevista social para o CadÚnico através de uma estrutura de ambiente privativo. 4. Ampliar o número de vagas disponibilizadas para inserção dos usuários no CadÚnico, diminuindo	1. Ampliar a rede de atendimento Bom Prato, a fim de aumentar o número de usuários atendidos.	1. Desburocratizar e fortalecer a articulação entre o INSS e os CRAS para melhor operacionalizar o BPC Idoso/Pessoa com deficiência. 2. Humanizar o atendimento padrão ao Idoso e à Pessoa com deficiência nos aplicativos, Internet e telefone, com a proposta de atendimento presencial para estes usuários.



	o tempo de espera para o atendimento.		
--	---------------------------------------	--	--

6.2. CONFERÊNCIA REGIONAL DO BUTANTÃ

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recurso orçamentário para os serviços e programas para a ampliação da rede da Assistência Social, de acordo com o diagnóstico territorial e vazios socioassistenciais, priorizando o Distrito Raposo Tavares e Rio Pequeno.</p> <p>2. Garantir recurso orçamentário para contratação de servidores públicos através de concurso público para a abertura de CRAS em cada Distrito, priorizando Rio Pequeno e Raposo Tavares.</p>	<p>1. Vincular a receita orçamentária em 5% para o Sistema Único da Assistência Social.</p> <p>2. Garantir recurso orçamentário para os serviços e programas para a ampliação da rede da Assistência Social, de acordo com o diagnóstico territorial e vazios socioassistenciais.</p> <p>3. Garantir anualmente a remuneração dos trabalhadores da rede direta do SUAS, conforme os índices da inflação.</p>	<p>1. Vincular a receita orçamentária do Estado em 5% para o Sistema Único da Assistência Social.</p>	<p>1. Vincular a receita orçamentária da União em 5% para o Sistema Único da Assistência Social.</p>



<p>3 Assegurar recursos financeiros para novos serviços e programas da proteção básica e especial, considerando os segmentos prioritários, como: criança, adolescente, jovem, idosos e família, mulheres, pessoa com deficiência, pessoa em situação de rua.</p>	<p>4.Garantir o aumento real de 10% do piso salarial de todas as categorias de trabalhadores do SUAS da rede indireta.</p> <p>5.Garantir recurso orçamentário para contratação de servidores públicos através de concurso público para a abertura de CRAS em cada Distrito conforme NOB-RH.</p>		
--	---	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Criar fórum regional da assistência social no Butantã.</p> <p>2.Criar um setor de vigiância socioassistencial, na SAS Butantã.</p> <p>3.Criar um espaço de discussão da política de assistência social com os usuários.</p>	<p>1.Criar um setor de vigilância socioassistencial, nas 32 SAS.</p> <p>2.Garantir formações descentralizadas, através do ESPASO nas 32 SAS para os trabalhadores e usuários do SUAS.</p> <p>3.Reativar a estrutura física do ESPASO, para a retomada das formações presenciais e online,</p>	<p>1.Implantar a política estadual de educação permanente e continuada para todos os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2.Assegurar que o orçamento estadual, previsto para assistência social seja totalmente aplicado nesta área com acompanhamento,</p>	<p>1.Implementar a política nacional de educação permanente e continuada para todos os trabalhadores do SUAS.</p>

<p>4. Garantir formações descentralizadas, através do ESPASO no território do Butantã para os trabalhadores e usuários do SUAS.</p>	<p>para trabalhadores e usuários do SUAS, garantindo formação continuada.</p> <p>4. Adequar o número de conselheiros no COMAS reduzindo a quantidade de vagas do poder público com remanejamento para a sociedade civil no segmento de Usuário.</p>	<p>transparência e participação social.</p>	
---	---	---	--

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a implementação e fortalecimento do Conselho Gestor Participativo do Butantã para o acompanhamento e controle social e financeiro dos recursos e serviços da SAS/CRAS/CREAS, considerando as perdas de vagas no território desde 2017, gerando filas de esperas para todos os serviços.</p>	<p>1. Garantir serviços socioassistenciais com quadro de RH ampliado, para política da Assistência Social e espaços de trabalho com mais qualidade e educação permanente para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Promover a aquisição de equipamentos tecnológicos de qualidade para a execução de</p>	<p>1. Garantir atendimento especializado e permanente no cuidado a saúde ocupacional e mental dos trabalhadores e implementar o adicional de insalubridade e mecanismos de apuração e tratativas nos casos de assédio moral, sexual e discriminações, preservando o direito do trabalhador.</p>	<p>1. Garantir atendimento especializado e permanente no cuidado a saúde ocupacional e mental dos trabalhadores e implementar o adicional de insalubridade e mecanismos de apuração e tratativas nos casos de assédio moral, sexual e discriminações, preservando o direito do trabalhador.</p>



<p>2.Garantir atendimento especializado e permanente no cuidado a saúde ocupacional e mental dos trabalhadores e implementar o adicional de insalubridade e mecanismos de apuração e tratativas nos casos de assédio moral, sexual e discriminações, preservando o direito do trabalhador.</p>	<p>atividades específicas, tais como: reuniões; espaços de educação híbrida continuada, entre outras, propiciando maior inclusão digital.</p> <p>3.Garantir espaço/estrutura adequados para os trabalhadores e usuários, considerando a acessibilidade, estrutura física (hidráulica, elétrica, ventilação, iluminação etc.) em todos os serviços da rede parceira e direta, com recursos provenientes da Prefeitura.</p> <p>4.Garantir atendimento especializado e permanente no cuidado a saúde ocupacional e mental dos trabalhadores e implementar o adicional de insalubridade e mecanismos de apuração e tratativas nos casos de assédio moral, sexual e discriminações, preservando o direito do trabalhador.</p>		
--	--	--	--

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Abrir um CCINTER no Real Parque (Morumbi), porque faltam serviços de outras tipologias, além do CCA.</p> <p>2. Abrir um CCINTER no Distrito Rio Pequeno no bairro Jardim do Lago (Jardim d' Abril).</p> <p>3. Abrir um Núcleo de Convivência para Adultos, no distrito do Butantã, em que a população em situação de rua possa ser atendida.</p> <p>4. Abrir um SASF no Distrito do Rio Pequeno, onde não tem nenhum serviço dessa tipologia.</p> <p>5. Abrir um SASF no Distrito Morumbi, onde não tem nenhum serviço dessa tipologia.</p>	<p>1. Abrir um Núcleo de Convivência para Adultos, no distrito do Butantã em que a população em situação de rua possa ser atendida</p> <p>2. Ampliar a rede Proteção Social Básica de atendimento as Famílias (SASF).</p> <p>3. Ampliar a rede de serviços da Proteção Básica, voltados para o público crianças, adolescentes e jovens.</p> <p>4. Implantar CRAS e CREAS e Centro Pop em comprimento do Plano Decimal, considerando a distribuição da população em situação de vulnerabilidade nos territórios.</p> <p>5. Abrir novos concursos públicos, a fim de adequar as equipes em conformidade com o NOB-RH nas unidades já existentes e para compor novas unidades.</p>	<p>1. Garantir a articulação e ampliação da rede bom prato de acordo com as demandas da segurança alimentar identificadas pela rede socioassistencial.</p> <p>2. Criar um protocolo integrado de atendimentos intermunicipais para garantia de atendimento aos usuários.</p>	<p>1. Vincular o orçamento federal para assistência Social em no mínimo 5% da receita de modo a permitir a ampliação da rede e o efetivo cumprimento da NOB-SUAS. Exemplo: Melhores condições de trabalho, garantia de capacitação continuada, ampliação de serviços (CRAS e CREAS).</p> <p>2. Criar um Programa de valorização salarial dos trabalhadores do SUAS, em que haja aumento real de salário, cobrindo a inflação, com mudança da nomenclatura dos cargos.</p>



EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Promover capacitação dos trabalhadores/as do SUAS, campanhas nas mídias, (rádio, TV, internet e impressos) ampliando a divulgação e esclarecimento sobre os direitos dos usuários/as.</p>	<p>1. Capacitar os trabalhadores/as da rede socioassistencial para habilitá-los como entrevistadores no CadÚnico, tendo os dados deste como referência e contrarreferência para o trabalho na Assistência Social.</p> <p>2. Instituir a Renda Básica Universal, garantindo renda aos cidadãos brasileiros, sem critérios de exclusão ou condicionalidades, objetivando a redução da desigualdade social, com valor proporcional à declaração do imposto de renda, composição familiar, situação de saúde e situações de violência.</p> <p>3. Firmar convênio entre o INSS e SMADS, visando ampliar a articulação entre os Centros de</p>	<p>1. Instituir a Renda Básica Universal, garantindo renda aos cidadãos brasileiros, sem critérios de exclusão ou condicionalidades, objetivando a redução da desigualdade social, com valor proporcional a declaração do imposto de renda, composição familiar, situação de saúde e situações de violência.</p> <p>2. Firmar convênio entre o INSS e SMADS, visando ampliar a articulação entre os Centros de Referência (CRAS e CREAS) e o INSS, resultando na desburocratização e democratização do acesso aos benefícios, reduzindo intermediários que violam direitos dos beneficiários.</p>	<p>1. Instituir a Renda Básica Universal, garantindo renda aos cidadãos brasileiros, sem critérios de exclusão ou condicionalidades, objetivando a redução da desigualdade social, com valor proporcional à declaração do imposto de renda, composição familiar, situação de saúde e situações de violência.</p> <p>2. Extinguir as condicionalidades dos programas de transferência de renda que penalizam os usuários, passando a garantir as condições e os recursos para que os cadastros sirvam de referência para ampliação</p>



	<p>Referência (CRAS e CREAS) e o INSS, resultando na desburocratização e democratização do acesso aos benefícios, reduzindo intermediários que violam direitos dos beneficiários.</p> <p>4. Implementar um cartão de benefícios eventuais para ampliar a autonomia e respeitar as escolhas e necessidades dos usuários/as.</p> <p>5. Promover capacitação dos trabalhadores/as do SUAS, campanhas nas mídias, (rádio, TV, internet e impressos) ampliando a divulgação e esclarecimento sobre os direitos dos usuários/as.</p>		serviços e responsabilização da atuação do poder público.
--	--	--	---

6.3. CONFERÊNCIA REGIONAL DO CAMPO LIMPO

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir orçamento para estruturação e capacitação dos conselhos gestores dos CRAS e CREAS, com desenho de fluxo e instância de recebimento das demandas, diálogo e deliberações e integração desses conselhos ao COMAS.</p> <p>2. Garantir orçamento para o aumento do RH dos CRAS e CREAS, efetivando a proporcionalidade de 05 serviços para cada gestor de parceria e a separação entre quadro de funcionários para o atendimento frente a necessidade de 22 PAIFs no território e para a gestão de parcerias, pelo menos um administrativo para cada CRAS e CREAS.</p> <p>3. Garantir orçamento para contratação e ampliação de profissionais com formação em psicologia, pedagogia, áreas afins e</p>	<p>1. Garantir o percentual mínimo de 5% do orçamento anual para o fundo da Assistência Social.</p> <p>2. Garantir orçamento, conforme previsto na NOB/SUAS 2012, para composição de equipe exclusiva para atendimento nos PAIFs. Aumento do RH dos CRAS e CREAS, efetivando a proporcionalidade de 05 serviços para cada gestor de parceria e com pelo menos um administrativo.</p> <p>3. Garantir orçamento para contratação e ampliação de profissionais com formação em psicologia, pedagogia, áreas afins e profissionais de ensino médio (orientador) para compor equipe necessária para execução do PAIF e demais serviços parceirizados,</p>	<p>1. Garantir o percentual mínimo de 5% do orçamento anual para o fundo da Assistência Social.</p> <p>2. Garantir a aprovação da proposta da Lei do SUAS no estado de São Paulo.</p>	<p>1. Garantir o percentual mínimo de 5% do orçamento anual para o fundo da Assistência Social.</p> <p>2. Garantir orçamento específico para desburocratizar a gestão do SUAS por meio de tecnologias que permitam mais transparência, bem como criação de Ouvidoria.</p>

<p>profissionais de ensino médio(orientador) para compor equipe necessária para execução do PAIF e demais serviços parceiros, garantindo a interdisciplinaridade conforme preconiza o SUAS.</p> <p>4. Garantir orçamento para a ampliação do número de serviços da Proteção básica e Proteção Especial, reposição das 600 vagas (03 CCAs e 01 CJ), no território de Capão Redondo e implantação do NAISPD no território de SAS Campo Limpo.</p> <p>5. Garantir orçamento para contratação de horas técnicas para os serviços da Proteção Básica e Proteção Especial, independentemente da quantidade de usuários atendidos, que garantam a formação continuada dos profissionais do SUAS.</p>	<p>garantindo a interdisciplinaridade conforme preconiza o SUAS.</p> <p>4. Garantir orçamento para estruturação e capacitação dos conselhos gestores dos CRAS e CREAS, com desenho de fluxo e instância de recebimento das demandas, diálogo e deliberações e integração desses conselhos ao COMAS.</p> <p>5. Garantir orçamento para a ampliação do número de serviços da Proteção básica e Proteção Especial, reposição das 600 vagas (03 CCAs e 01 CJ), no território de Capão Redondo e implantação do NAISPD no território de SAS Campo Limpo.</p>		
---	---	--	--



EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Estruturação e capacitação, por parte da SMADS, dos conselhos gestores dos equipamentos, com desenho de fluxo e instâncias de recebimento das demandas, diálogos e deliberações, integração destes conselhos ao COMAS.</p> <p>2. Descentralização do COMAS com obrigatoriedade de eleição de conselheiros nos territórios.</p> <p>3. Construir e publicizar, com a participação do COMAS, trabalhadores do SUAS, Sociedade Civil, o plano de ação de controle social, que dialogue com os núcleos territoriais.</p>	<p>1. Estruturação e capacitação, por parte da SMADS, dos conselhos gestores dos equipamentos, com desenho de fluxo e instâncias de recebimento das demandas, diálogos e deliberações, integração desses conselhos ao COMAS.</p> <p>2. Descentralização do COMAS com obrigatoriedade de eleição de conselheiros nos territórios.</p> <p>3. Construir e publicizar, com a participação do COMAS, trabalhadores do SUAS, Sociedade Civil, o plano de ação de controle social, que dialogue com os núcleos territoriais.</p> <p>4. Garantir a formação continuada, capacitação, aprimoramento e</p>	<p>1. Tornar obrigatória a presença de um representante do CONSEAS nos espaços de participação e controle social nas instâncias regional, municipal e estadual.</p> <p>2. Garantir a formação continuada, capacitação, aprimoramento e formação política para os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, conselho tutelar e lideranças da sociedade civil com curso de capacitação em interprete de Libras e guia intérprete para pessoas com surdo cegueira e braile, garantindo a qualidade dos serviços prestados,</p>	<p>1. Estabelecer um fluxo de informações e formações, por parte do CNAS, acerca das novas condicionalidades, novos programas, novos sistemas, formas de acesso a benefícios que venham a ser propostos, que sejam disponibilizados primeiramente para os serviços socioassistenciais da rede direta e rede indireta.</p> <p>2. Esclarecer sobre a Política de Assistência Social e as formas de acesso a ela enquanto política de garantia de direitos via mídias, redes sociais, publicidades, tornando acessíveis as informações para todas, todos e todes.</p>



<p>4. Garantir a formação continuada, capacitação, aprimoramento e formação política para os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, conselho tutelar e lideranças da sociedade civil com curso de capacitação em interprete de Libras e guia intérprete para pessoas com surdo cegueira e braile, garantindo a qualidade dos serviços prestados, considerando a Lei Brasileira de Inclusão nº 13. 146 de julho de 2015.</p> <p>5. Viabilizar a participação da Sociedade Civil e dos trabalhadores do SUAS nas revisões de portarias e normativas, de forma planejada considerando as necessidades dos territórios.</p>	<p>formação política para os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, conselho tutelar e lideranças da sociedade civil com curso de capacitação em interprete de Libras e guia intérprete para pessoas com surdo cegueira e braile, garantindo a qualidade dos serviços prestados, considerando a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de julho de 2015.</p> <p>5. Viabilizar a participação da Sociedade Civil e dos trabalhadores do SUAS nas revisões de portarias e normativas, de forma planejada considerando as necessidades dos territórios.</p>	<p>considerando a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146de julho de 2015.</p>	
---	--	---	--

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implementar a resolução SMADS/COMAS 1.430 de 19 de março de 2019, que dispõe do processo eleitoral de constituição dos conselhos gestores de CRAS, CREAS e Centro POP, com representantes de trabalhadores do SUAS e Usuários, por meio de eleição.</p> <p>2. Promover encontros formativos trimestrais com os usuários da rede de serviços socioassistenciais, visando a maior participação dos usuários nestes espaços, assegurando a eles os recursos de transporte e alimentação.</p> <p>3. Garantir promoção continuada, capacitações de aprimoramento e formação política, para os trabalhadores do</p>	<p>1. Criar e garantir a consolidação da COORDENADORIA DE ARTICULAÇÃO DA REDE CONVENIADA E ESTATAL, sob a responsabilidade de SMADS na articulação Inter secretarial, otimizando a execução de políticas de direitos.</p> <p>2. Qualificar os profissionais da rede socioassistencial no atendimento à população LGBTQIAPN+.</p> <p>3. Retomar os encontros intersetoriais e secretarias, objetivando o atendimento integral e qualificado.</p>	<p>1. Garantir formação continuada, capacitações de aprimoramento e formação sobre política de Assistência Social e demais políticas públicas, para os trabalhadores do SUAS, conforme a necessidade do serviço.</p> <p>2. Estabelecer um encontro anual para informação e comunicação sob a política da Assistencial Social.</p>	<p>1. Estabelecer um encontro anual para informação e comunicação sob a política da Assistencial Social.</p> <p>2. Viabilizar encontro anual das políticas públicas, para divulgação dos serviços prestados e ofertados.</p>

<p>SUAS, conforme a necessidade do serviço.</p> <p>4. Retomar os encontros intersetoriais, objetivando o atendimento integral e qualificado.</p>			
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar todos os serviços tipificados da Assistência Social, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, nos distritos de Capão Redondo, Vila Andrade e Campo Limpo, garantindo no mínimo um serviço por território e por tipologia de acordo com os marcadores sociais, prioritariamente em bairros onde não existem a oferta de vagas</p>	<p>1. Ampliar contratação técnica com equipe de referência nas áreas distintas e suas contribuições multidisciplinares, sendo Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos.</p> <p>2. Fornecer melhores condições de trabalho aos trabalhadores do SUAS, equipamentos de qualidade para execução do serviço e garantia do funcionamento de forma assertiva com garantia dos EPIS, além de criar um prontuário</p>	<p>1. Substituir: Garantir orçamento para os serviços da proteção social especial do SUAS principalmente aqueles que encontram-se em áreas limítrofes entre municípios.</p> <p>2. Implantar/Garantir/Articular programas que promovam o acesso e a manutenção da saúde integral/mental dos trabalhadores do SUAS de forma continuada.</p>	<p>1. Ampliar os equipamentos públicos (CRAS, CREAS, CENTRO POP) e incluir totens de autoatendimento para a população como canal de reclamações e sugestões, com apoio dos jovens aprendizes. Contratar profissionais através de concursos públicos .</p> <p>2. Implantar serviços para a inserção de crianças com a faixa etária a partir dos 04 anos nos serviços de proteção social básica,</p>



<p>2. Ampliar serviços que acolham mulheres vítimas de violência em tempo integral</p> <p>3. Ampliar Repúblicas nos territórios Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Andrade, para jovens que completarem 18 anos e precisem ser desligados do SAICA.</p> <p>4. Ampliar a capacidade do CRAS/CREAS com novas unidades, viabilizar o acesso por meio que não seja virtual, pensando nas dificuldades e limitações de acesso, e garantir quadro de RH que atenda a demanda dos territórios.</p> <p>5. Implantar e ampliar os serviços de centro de acolhida especial</p>	<p>SUAS que atenda o usuário na especificidade que ele necessitar.</p> <p>3. Fornecer subsídios aos usuários, de modo que viabilize o acesso aos serviços, como transporte etc...</p>		<p>serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.</p>
---	---	--	--



<p>para idosos, centro de acolhida para mulheres e centro de acolhida adulto (homens), Núcleo de Convivência Pop Rua, centro de acolhida familiar, NAISPD - Núcleo de apoio a inclusão social para pessoas com deficiência; Centro de Referência da Diversidade, Centro da Cidadania LGBTQIAPN+.</p>			
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar um canal específico para agendamento, informações e orientações sobre acesso ao CADÚnico, benefícios e transferência de renda.</p> <p>2. Ampliar horários de agendamento do CadÚnico do</p>	<p>1. Ampliar o número de vagas para agendamento no CRAS e Descomplica, para a criação e atualização do CadÚnico.</p> <p>2. Melhorar a qualidade dos benefícios eventuais (Cesta Básica, Kit Higiene, Enxoval, entre outros).</p>	<p>1. Ampliar a capacitação e a formação sobre benefícios e programas de transferência de renda para os trabalhadores da rede socioassistencial.</p> <p>2. Reformular o Programa Ação Jovem no que cabe a garantia de um benefício vinculado a defasagem educacional.</p>	<p>1. Rever os critérios avaliativos para o recebimento dos benefícios e programas de transferência de renda.</p>



<p>programa Descomplica na região do Campo Limpo.</p>	<p>3. Criar um canal específico para agendamento, informações e orientações sobre acesso ao CADÚnico, benefícios de transferência de renda.</p> <p>4. Ampliar o RH dos cadastradores do CadÚnico, bem como, criar formação e capacitação para qualificá-los para um atendimento humanizado e reconhecimento deles como trabalhadores do SUAS.</p> <p>5. Reformular, atualizar e informatizar os instrumentais, manuais e virtuais, sobre os benefícios e transferência de renda para os trabalhadores da rede socioassistencial, promovendo a sistematização das informações e agilizando o trabalho intersetorial.</p>	<p>Retomar e ampliar o programa Renda Cidadã.</p>	
---	---	---	--



6.4. CONFERÊNCIA REGIONAL DA CAPELA DO SOCORRO

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Propor que o orçamento da Assistência Social seja regionalizado, levando em conta todos os estudos oficiais publicizados.</p>	<p>1. Propor a câmara municipal projeto de Lei que garanta os 5% do orçamento público total para assistência social.</p> <p>2. Propor o debate sobre a revisão do piso das proteções sociais no âmbito do SUAS, conforme preconizado na NOB/SUAS com participação popular, através dos Fóruns, dos conselhos, do Poder Executivo e legislativo.</p> <p>3. Fomentar a participação dos usuários da política da assistência nos debates sobre orçamento público.</p> <p>4. Garantir a aplicação do índice de gestão descentralizado IGD/SUAS para financiar a plena participação e</p>	<p>1. Propor à Assembleia Legislativa projeto de Lei que garanta os 5% do orçamento público total para Assistência Social.</p> <p>2. Propor o debate sobre a revisão do piso das proteções sociais no âmbito do SUAS, conforme preconizado na NOB/SUAS com participação popular, através dos Fóruns, dos conselhos, do Poder Executivo e legislativo.</p>	<p>1. Propor ao Congresso Nacional projeto de Lei que garanta os 5% do orçamento público total para assistência social.</p> <p>3. Propor o debate sobre a revisão do piso das proteções sociais no âmbito do SUAS, conforme preconizado na NOB/SUAS com participação popular, através dos Fóruns, dos conselhos, do Poder Executivo e Legislativo.</p>

	o controle social, assegurando a participação dos usuários da assistência social nas reuniões e plenárias do COMAS.		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar comissões permanentes regionais em toda cidade na estrutura do conselho municipal (COMAS) de caráter consultivo, com atribuições para o exercício do controle social, cujos pareceres deverão pautar as reuniões periódicas do COMAS.</p> <p>2. Ampliar a quantidade de CRAS e CREAS de acordo com a NOB/SUAS e com equipe de acordo com NOB/RH-SUAS.</p> <p>3. Criar conselhos gestores nas unidades da assistência social.</p>	<p>1. Adequar o número de CRAS e CREAS nos territórios, de acordo com as demandas apresentadas nos diagnósticos sócio territoriais do município de São Paulo, e de acordo com a NOB/SUAS e com equipe de acordo com a NOB/RH-SUAS.</p> <p>2. Criar conselhos gestores nas unidades da assistência social.</p> <p>3. Criar comissões permanentes regionais em toda cidade na estrutura do conselho municipal (COMAS) de caráter consultivo, com atribuições para o exercício do</p>	<p>1. Criar comissões permanentes regionais em todo o estado na estrutura do conselho estadual (CONSEAS) de caráter consultivo, com atribuições para o exercício do controle social, cujos pareceres deverão pautar as reuniões periódicas do CONSEAS.</p>	<p>Sem resposta</p>



<p>4. Criar uma política de Educação Permanente do SUAS conforme prevista no plano nacional, voltada ao controle social, qualificando a participação social e democrática dos trabalhadores e usuários.</p>	<p>controle social, cujos pareceres deverão pautar as reuniões periódicas do COMAS.</p> <p>4. Revisar a política de Educação Permanente do SUAS conforme prevista no plano nacional, voltada ao controle social, qualificando a participação social e democrática dos trabalhadores e usuários.</p> <p>5. Garantir o efetivo funcionamento do COMAS com financiamento do órgão gestor (SMADS) suficiente para o acesso e permanência dos conselheiros da sociedade civil seja por meio de eleições descentralizada e reuniões itinerantes.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a liberação dos trabalhadores por parte das OSC</p>	<p>1. Incluir na NOB/RH-SUAS o profissional intérprete de libras,</p>	<p>1. Incluir na NOB/RH-SUAS o profissional intérprete de libras,</p>	<p>1. Incluir na NOB/RH-SUAS o profissional intérprete de libras,</p>



<p>e Poder público para participação dos fóruns e espaços de controle social.</p> <p>2. Promover formação continuada, garantindo o direito de participação dos trabalhadores de toda rede socioassistencial, conforme PNAS/SUAS.</p> <p>3. Garantir que os profissionais da assistência social, se qualifiquem, em processo de formação permanente e continuada sem prejudicar o atendimento</p> <p>4. Promover debates, discussões, reflexões permanentes sobre acessibilidade ao público LGBTQIAPN+ nos serviços, junto aos trabalhadores e usuários.</p>	<p>para atuar nos serviços e promover formação aos trabalhadores.</p> <p>2. Garantir acesso, participação e direito das pessoas com deficiência para inserção nos diversos serviços.</p> <p>3. Criar uma plataforma moderna dos serviços socioassistenciais do município contendo um catálogo, comunicação e espaço para manejo de demandas</p> <p>4. Publicizar os canais de ouvidoria da Assistência Social do município.</p>	<p>para atuar nos serviços e promover formação aos trabalhadores.</p> <p>2. Publicizar os canais de ouvidoria da Assistência Social do Estado.</p>	<p>para atuar nos serviços e promover formação aos trabalhadores.</p> <p>2. Publicizar os canais de ouvidoria da Assistência Social em âmbito Federal.</p>
--	---	--	--

<p>5. Criar uma plataforma moderna dos serviços socioassistenciais da região contendo um catálogo, comunicação e espaço para manejo de demandas.</p>			
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar os serviços de atendimento socioassistenciais para pessoas com deficiência, como Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência Intelectual - NAISPD, tendo em vista grande demanda do território, e a extensa fila de espera, assim como aumentar o convênio (número de vagas) para atender a população de forma igualitária.</p> <p>2. Ampliar em mais dois serviços socioassistenciais da modalidade Centro Dia, dois da</p>	<p>1. Garantir a contratação de transporte terceirizado para as OSC Organização Social, para atender a demanda de visitas domiciliares e atividades externas.</p> <p>2. Revisar a portaria 46/2010 SMADS no que se refere a operacionalização dos serviços, prevendo a “Semana de Parada Técnica” a cada semestre para sistematização do trabalho realizado e planejamento do trabalho para o semestre seguinte.</p>	<p>1. Fortalecer por via normativa a articulação dos serviços sócios assistenciais com serviço de saúde nos territórios e com previsão de atendimento destes dentro dos serviços socioassistenciais.</p> <p>2. Criar projetos dentro dos serviços socioassistenciais para informar a população com necessidades específicas dos serviços ofertados pela rede SUAS, SUS e demais Políticas</p>	<p>1. Fortalecer por via normativa a articulação dos serviços sócios assistenciais com serviço de saúde nos territórios e com previsão de atendimento destes dentro dos serviços socioassistenciais.</p> <p>2. Criar projetos dentro dos serviços socioassistenciais para informar a população com necessidades específicas dos serviços ofertados pela rede SUAS, SUS e demais Políticas</p>

<p>modalidade de Núcleo de Convivência de Idosos com atendimento de 40 horas semanais e incluir transporte para ambos os serviços.</p> <p>3. Ampliar a rede de serviços socioassistenciais com base em mapeamento territorial, para evitar lacunas nas extremidades, onde se encontram a população em alto índice de vulnerabilidade social, em especial aos serviços de acolhimento para mulheres vítimas de violências.</p> <p>4. Ampliar o número de cadastradores nos CRAS e ampliar o número de veículos do CadÚnico em Vans, com atendimento permanente aos bairros dos distritos de Capela do Socorro, Grajaú e Cidade Dutra, dando preferência para região periférica.</p>	<p>3. Garantir que o item número de usuários atendidos/capacidade parceirizada mapeada pelo gestor de parceria nas visitas técnicas sejam correspondentes aos números de matriculados no mês de forma continuada e não condicionada a frequência identificada no momento da visita.</p> <p>4. Padronizar o quadro de RH, tendo técnicos de cada seguimento (psicólogo, pedagogo e assistente social) e definir a quantidade de profissionais de acordo com o número de usuários nos serviços socioassistenciais, garantindo o orientador sócio educativo folguista.</p> <p>5. Ampliar e criar serviços socioassistenciais conveniados que atenda as populações de alta vulnerabilidade: criança e adolescentes/ mulheres vítimas de violência, população em situação de rua/ imigrantes/ pessoa com</p>	<p>Públicas a fim de universalizar o acesso.</p>	<p>Públicas a fim de universalizar o acesso.</p>
--	---	--	--

	deficiência(s)/ idosos/ indígenas/ LGBTQIAPN+.		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Retomar o atendimento Portas abertas do CRAS e ampliar o agendamento online e presencial para facilitar o acesso da população aos programas e benefícios.</p> <p>2. Elaborar, publicizar e fiscalizar campanhas educativas, informes e orientações sobre os programas e serviços existentes na regional de Capela do Socorro, por meios de comunicação e mídias sociais com linguagem acessível.</p>	<p>1. Implantar programa de transporte gratuito para as crianças e adolescentes que frequentam os serviços da rede socioassistencial.</p>	<p>1. Ampliar os recursos destinados ao programa ação jovem para que ele possa atender ao maior número de pessoas.</p>	<p>1. Elaborar, publicizar e fiscalizar campanhas educativas, informes e orientações sobre a Política Pública de Assistência Social, seus serviços, direitos socioassistenciais e benefícios eventuais, por meios de comunicação e mídias sociais com linguagem acessível.</p> <p>2. Adequar os critérios do perfil de adesão ao BPC/LOAS em faixa etária (acima de 60 anos), PCD, composição familiar, território e renda.</p>



6.5.CONFERÊNCIA REGIONAL DA CASA VERDE

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Implantar serviços e equipamentos de fortalecimento de vínculos, como CCA, CEDESP, CCINTER, SASF, NCI, CENTRO POP, CJ, NAISPD.	<p>1. Garantir o financiamento para ampliação do quadro do RH da rede socioassistencial.</p> <p>2. Garantir e assegurar os recursos mensais dos serviços socioassistenciais no 1 dia útil do mês visto que os repasses já estão previstos no orçamento municipal da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.</p> <p>3. Implementar um repasse financeiro que contemple a criação de insalubridade para profissionais da rede socioassistencial, seja da proteção social básica, média e alta complexidade.</p> <p>4. Garantir e assegurar a 13ª verba com obrigatoriedade a toda a rede socioassistencial.</p>	Sem resposta	1. Criar lei que fixa o percentual de, no mínimo, 8 % do orçamento federal para aplicação do recurso público destinada a assistência social.

	5. Garantir reajuste anual obrigatório, nos termos de colaboração/parcerias de acordo com IPCA.		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implementar, fortalecer e divulgar programas que garantam o acesso aos direitos sociais dos usuários jovens e que possam garantir a inserção dos jovens em programas de inclusão ao mercado de trabalho, profissionalização, escolarização e renda básica.</p> <p>2. Ampliar e aditar a rede de serviços socioassistenciais, implementar serviços de fortalecimento de vínculos, como CCA, CEDESP, CCINTER, NCI, CJ e SASF, em especial no território Cachoeirinha.</p>	<p>1. Uma melhor interlocução e fortalecimento da rede socioassistencial, pensando a política territorial e intersetorialidade, incluindo trabalhadores, usuários e a sociedade civil.</p> <p>2. Visando garantir os direitos da população idosa, ampliar e implementar o número de serviços socioassistenciais como: ILPI, CDI, CAEI, NCI. Aumentar e fornecer subsídios.</p> <p>3. Valorização dos trabalhadores da rede socioassistencial, com melhores salários, condições de</p>	<p>1. Visando o controle social, criar ações informativas para os usuários e trabalhadores (como: cartilhas, propagandas digitais e anúncios), com a caracterização geral do território, serviços presentes no território explicando cada um, demanda demográfica e perfil populacional.</p> <p>2. Contribuir, fomentar e fortalecer espaços de diálogo e de participação com o fórum do idoso, fórum da criança e adolescente, garantir a inclusão da população usuária dos serviços, trabalhadores</p>	<p>1. 2Investir em editais federais específicos e concursos públicos para fortalecer o controle social nos estados e municípios, visando a valorização dos profissionais, conselhos municipais e estaduais e instancias deliberativas.</p> <p>2. Descongelar recursos direcionados a Assistência Social, com o suporte do CNAS, a fim de garantir a ampliação e aditamento da NOB SUAS/RH, dos serviços de Assistência social.</p>



<p>3. Ampliar e aditar a rede de serviços da proteção especial, implantar serviços como: CREAS, SPVV, CAE Família, SAICA, Família acolhedora, NPJ, NAISPD e MSE, em especial no território Cachoeirinha.</p> <p>4. Visando a melhor compreensão dos usuários acerca da política de assistência social, para garantir a sua participação plena e o controle social da política, elaborar materiais de divulgação voltados para os usuários, com linguagem simplificada, bem como ampliar a orientação do usuário e a divulgação dos serviços, programas e benefícios do Sistema Único de Assistência Social.</p> <p>5. Garantir formações continuadas aos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS e</p>	<p>trabalho, capacitação e aumento do RH (NOB RH).</p> <p>4. Implantar Centro POP, pensando que no território existe uma demanda e não há serviço que atenda.</p> <p>5. Implementar subsede do CRESS em todas as regiões da cidade tendo como critério a densidade demográfica.</p>	<p>nas decisões das políticas da assistência social.</p>	
--	---	--	--

usuários nos distritos da SAS Casa Verde, alinhadas à tipificação de cada serviço socioassistencial.			
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Formação de Grupo de Trabalho relacionado à operação, acompanhamento e encaminhados da articulação das reuniões de rede, com 1 representante de cada equipamento do território.</p> <p>2. Criar fluxo de comunicação das reuniões de rede, via SAS por e-mail aos equipamentos do território, com formalização com inclusão de data em calendário oficial., registro de dados via ata.</p> <p>3. Formalização e implementação de reuniões de</p>	<p>1. Formalização e implementação de reuniões de rede no território, onde possa acontecer articulação entre os serviços, equipamentos, programas e projetos.</p> <p>2. Garantir a observação das demandas territoriais, na operacionalização dos serviços da rede.</p> <p>3. Garantir o atendimento conforme a demanda territorial.</p> <p>4. Assegurar as adequações dos contratos conforme as alterações da demanda, de maneira frequente,</p>	<p>1. Criar um fórum Intersecretarial para articulação das políticas por meio de ações propositivas.</p> <p>2. Organizar Grupos de Trabalho que efetivem as ações de enfrentamento, conforme as articulações do fórum, observando as estruturas normativas de cada Política Pública, para atendimento integral do indivíduo, dentro das diferenças regionais do Estado de São Paulo.</p>	<p>1. Criar um fórum Intersecretarial para articulação das políticas por meio de ações propositivas.</p> <p>2. Organizar Grupos de Trabalho que efetivem as ações de enfrentamento, conforme as articulações do fórum, observando as estruturas normativas de cada Política Pública, para atendimento integral do indivíduo.</p>



<p>rede no território, onde possa acontecer articulação entre os serviços, equipamentos, programas e projetos, com garantia de insumos necessários para a viabilização das articulações deliberadas nas reuniões de rede.</p> <p>4. Criação de canal de ouvidoria dentro da SAS, responsável por receber, apurar e acompanhar denúncias pertinentes ao exercício de trabalho da assistência social.</p> <p>5. Criar um fórum Intersecretarial para discussão de caso, encaminhamento.</p>	<p>considerando o Diagnóstico Socioterritorial.</p> <p>5. Criar um fórum Intersecretarial para articulação das políticas por meio de ações propositivas.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal

<p>1. Ampliar a rede de serviço socioassistenciais para adolescentes a partir de 15 anos e projetos que visam a discussão e orientação de jovens usuários da rede a respeito da violência policial.</p> <p>2. Aditamento e implementação de vagas para serviços da proteção básica bem como abertura de mais CCA's, um CEDESP, CCINTER e outro SASF no distrito da Casa Verde ou Limão.</p> <p>3. Criação de projeto de convivência que atenda a população idosa que não se enquadra nos critérios de CDI, mas não tem perfil para inserção em ILPI's.</p> <p>4. Aumento de serviços que atendam a população de rua e a criação e implementação de serviços a mais voltados para</p>	<p>1. Implantação de serviços que garantam a segurança alimentar e nutricional.</p> <p>2. Inserção do prontuário SUAS (digital) para toda a rede socioassistencial.</p> <p>3. Garantir formação continuada aos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS nos distritos da SAS, alinhadas a tipificação de cada serviço socioassistencial e usuários com necessidades especiais e deficiências.</p> <p>4. Aditamento de profissionais para o auxílio de usuários com necessidades especiais em serviços de convivência e de moradia da rede.</p> <p>5. Acesso ao transporte público de forma gratuita as pessoas em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>1. Capacitação constante dos profissionais para melhor atender usuários com demandas específicas como TEA, entre outras deficiências.</p> <p>2. Ampla divulgação dos serviços socioassistenciais, programas e benefícios para a sociedade civil em geral.</p>	<p>1. Garantir a articulação interministerial para atendimento voltado para saúde mental do trabalhador do SUAS.</p> <p>2. Aumentar as cestas básicas da “cota alimentar” para os beneficiários do bolsa família passando a ser de três retiradas ao ano para doze retiradas.</p>
--	---	--	---



<p>centro de acolhida de mulheres que sofrem violência.</p> <p>5. Criação de serviços voltados para o atendimento do imigrante.</p>			
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Oferta de capacitação para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Ampliação de oferta de serviços através de aditamento de vagas e abertura de novos equipamentos.</p>	<p>1. Regulamentação, publicização, fiscalização na efetivação e recursos para os benefícios eventuais.</p> <p>2. Ampliar a oferta de vagas do CadÚnico, através da contratação de novos entrevistadores sociais.</p> <p>3. Ampliar a oferta da Van do Cadastro único nos territórios.</p>	<p>1. Fomentar a PEC por renda básica universal para todos.</p>	<p>1. Aplicar a legislação do BPC (LOAS) tendo como referência o Estatuto do Idoso, ou seja, a partir dos 60 anos, ofertando o 13º para o BPC, sob os critérios de acesso: aumentar a renda PER CAPITA (meio salário mínimo) e considerar as vulnerabilidades relacionais, com agendamento e atendimento presencial para o requerimento do BPC nas agências de atendimento do INSS.</p> <p>2. Ampliar acesso aos PTRs, não somente por critério de</p>

			renda (que deve ser aumentada PER CAPTA), mas considerando as vulnerabilidades relacionais.
--	--	--	---

6.6. CONFERÊNCIA REGIONAL DE CIDADE ADEMAR			
EIXO 1			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Garantir recursos financeiros para implantação de serviços, com base em diagnóstico socio-territorial para conforme descrição a seguir, no território de Pedreira: CREAS, CRAS, SPVV, Centro Dia para população idosa, CDCM; Cidade Ademar e Pedreira: Núcleo de Apoio à Inclusão Social para	1. Reajustar anualmente os valores de repasse das parcerias, para a execução dos serviços, em todos os itens de despesas, inclusive IPTU e aluguel, baseando-se nos índices nacionais ou dos órgãos competentes (Taxa SELIC, IGP-M, IPCA, inflação, Convenção Coletiva dos Trabalhadores, entre outros).	1. Garantir 5% da arrecadação do ente federativo para investimento e execução da política pública de Assistência Social.	1. Garantir 5% da arrecadação do ente federativo para investimento e execução da política pública de Assistência Social. 2. Garantir recursos para implantação do Centro de Convivência da Primeira Infância, com capacidade de promover o atendimento para crianças de 04 a 05 anos em situação prioritária.



<p>Pessoas com Deficiência (NAISPD), CRAS, CEDESP, SAICA, República Jovem, Centro de Acolhida para Pessoas em situação de rua e ILPI.</p> <p>2. Garantir o valor estipulado na pesquisa de mercado para locação de imóveis, com potencial para instalação de serviços socioassistenciais no Distrito de Pedreira.</p> <p>3. Garantir recursos para implantação de serviços socioassistenciais da PSB e PSE, da rede direta e indireta, nas áreas de vazios socioassistenciais e áreas de</p>	<p>2. Garantir recurso financeiro para implantação de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para Primeira Infância, com atendimento de crianças de 04 a 05 anos, no contra turno escolar.</p> <p>3. Garantir recursos financeiros para qualificação de todos os trabalhadores do SUAS conforme previsto no MROSC (semestral), da rede direta e indireta, com formação continuada, conforme diretrizes constantes na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/2013.</p> <p>4. Garantir 5% da arrecadação do ente federativo para investimento e</p>		
--	---	--	--

<p>mananciais no distrito de Pedreira.</p> <p>4. Garantir recurso para instalação de serviços e aditamento de vagas no território de Pedreira, sobretudo na abrangência do Residencial Espanha.</p>	<p>execução da política pública de Assistência Social.</p> <p>5. Garantir o recurso financeiro para ampliação do quadro de RH da rede Socioassistencial, bem como a revisão do piso salarial em consonância com a jornada de trabalho.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criação de um fórum de Assistência Social em Cidade Ademar, com destaque especial para a participação de usuários, da juventude e formação cidadã.</p> <p>2. Criar espaço de diálogo permanente entre as secretarias</p>	<p>1. 2Criar a rede de Conselhos nas unidades de Assistência Social, na proteção social básica e na proteção social especial, nas SAS, no CRAS e nos CREAS, nos moldes dos Conselhos de Saúde, conforme os parâmetros da Lei Municipal nº 13.325/2002, com</p>	<p>1. Assegurar que o orçamento estadual previsto para a Assistência Social seja totalmente aplicado nessa área, com acompanhamento e participação social.</p>	<p>1. Qualificação da força de trabalho todos os trabalhadores SUAS da rede direta , indireta, conforme diretrizes constantes na política nacional de educação permanente do SUAS/2013.</p>

<p>e os serviços que executam a política pública de assistência social nos territórios, a fim de garantir espaços de escuta para efetivação das demandas.</p> <p>3. Criar uma comissão, por SAS, com representação de cada segmento (gestão, usuários e trabalhadores), de monitoramento das decisões aprovadas na Conferência Regional, que divulgará boletins semestrais para toda a rede de serviços.</p> <p>4. Consultar, utilizar e realizar uso constante da Política Nacional de Formação Permanente, para que os trabalhadores do SUAS realizem suas formações continuadas, documento de 2013.</p> <p>5. Solicitar para a SMADS a revisão das exigências burocráticas referente a aluguéis</p>	<p>composição paritária, sendo 50% de usuários, 25% de trabalhadores da assistência social da rede direta e indireta e 25% de poder público/entidades de assistência social.</p> <p>2. Assegurar nos serviços socioassistenciais 1 Psicólogo social, para o fortalecimento psicossocial dos usuários e suas famílias, ampliando o olhar para vulnerabilidades relacionadas a saúde mental, diversos tipos de violência, transtornos psicológicos ou uso abusivo de álcool e outras drogas, bem como, acolhimento das demandas do serviço.</p> <p>3. Fortalecer a rede interdisciplinar para promover as políticas públicas de forma sistemática com ênfase em participação e controle social (TEIA).</p> <p>4. Ofertar qualificação continuada por tipificação, de todos os</p>	<p>2. Criar espaço de diálogo permanente entre as secretarias e os serviços que executam a política pública de assistência social nos territórios, a fim de garantir espaços de escuta para efetivação das demandas.</p>	
--	---	--	--



<p>considerando as especificidades dos territórios, tais como: valores acima dos 0,08% do Valor Venal, ausência de documentação completa por ser área de ocupação, áreas de mananciais, dentre outros aspectos que podem impossibilitar a abertura ou continuidade de serviços no território.</p>	<p>trabalhadores e usuários do SUAS, da rede direta indireta e rede terceirizada, oferecida por SMADS conforme diretrizes constantes na política nacional de educação permanente do SUAS 2013 para a participação e o controle social no território das regiões de SAS.</p> <p>5. Que o ESPASO construa um processo de elaboração dialógico de um plano pedagógico e metodológico, e a partir daí, um curso de formação permanente dos trabalhadores do SUAS para a promoção da participação e do controle social de usuários e famílias nos territórios.</p>		
---	---	--	--

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar um canal virtual pela SAS de acesso e informação, com fácil acesso e ampla divulgação,</p>	<p>1. Ampliar/adequar o quadro de Recursos Humanos dos serviços, na tipificação, em vista da inclusão</p>	<p>1. Promover a formação permanente para os trabalhadores dos SUAS que</p>	<p>1. Implementar e ampliar a execução de um sistema/site/aplicativo/prontuár</p>

<p>de produções científicas, culturais ou demais produções que publicizem as criações, práticas e conhecimentos dos trabalhadores e usuários da política de assistência social.</p> <p>2. Viabilizar junto a política da assistência social círculos sociais que promovam diálogo dos serviços da assistência social entre os diversos segmentos (saúde e educação).</p> <p>3. Promover a formação permanente para os trabalhadores dos SUAS que contribuam para qualificar o atendimento dos usuários.</p> <p>4. Implantar e efetivar comitês gestores nos CRAS e CREAS para acompanhamento e diálogo dos programas, projetos e serviços da política da</p>	<p>e atendimento de pessoas com deficiência, com transtornos mentais ou síndromes, para auxiliar nas atividades socioassistenciais e de vida cotidiana.</p> <p>2. Efetivar um canal virtual de acesso e informação, com fácil acesso e ampla divulgação, de produções científicas, culturais ou demais produções que publicizem as criações, práticas e conhecimentos dos trabalhadores e usuários da política de assistência social.</p> <p>3. Promover uma articulação municipal pela SMADS em parceria com o CMDCA semestralmente com a participação efetiva das crianças e adolescentes dentro da política de assistência social.</p> <p>4. Articular com as demais políticas setoriais para ampla divulgação da rede socioassistencial, através de</p>	<p>contribuam para qualificar o atendimento dos usuários.</p> <p>2. Promover encontros intermunicipais que possibilitem o diálogo e ações de cada território a fim de pensar e planejar ações conjuntas para a promoção da política de assistência social.</p>	<p>io eletrônico SUAS que facilite ao profissional a identificação do histórico do usuário dentro da Política de Assistência Social, facilitando o atendimento.</p> <p>2. Promover a acessibilidade e a informação para os usuários referentes aos programas, serviços e projetos.</p>
--	---	--	--



<p>assistência social, garantindo espaços de diálogo permanente entre a Secretaria, usuários e os serviços que executam a Política Pública nos territórios, afim de garantir espaços de escuta para efetivação das demandas e divulgação dos serviços.</p> <p>5. Reativar e fortalecer o Fórum de Assistência Social (FAS) regional a fim de garantir espaço acessível e alimentação adequada, função de espaço coletivo de diálogo e debates sobre a política de assistência social, através de ações que busquem efetivamente a participação social ativa, construindo relação próxima com os usuários e trabalhadores da rede e demais cidadãos interessados.</p>	<p>campanhas informativas com linguagem acessível.</p> <p>5. Qualificar a força de trabalho considerando uma participação efetiva de todos os trabalhadores do SUAS conforme diretrizes constantes da Política Nacional de Educação permanente do SUAS/2013.</p>		
--	--	--	--

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar os serviços, de acordo com o diagnóstico socioterritorial da SAS Cidade Ademar: CREAS e NPJ Pedreira, SPVV Pedreira, Centro Dia para população idosa, CDCM Pedreira, unidades de SASF de referência para os bairros Santa Teresinha, Vila Guacuri, Jardim Novo Pantanal, Parque Dorotéia, Santa Lucia, Cidade Ademar e Jardim Miriam, Centro de Acolhida Especial para mulheres e famílias em situação de rua, Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência (NAISPD), ILPI, CEDESP, CCInter, CCA em Cidade Júlia, CCA no Jardim Apurá, CJ em Cidade Ademar e CJ em Pedreira, sem redução da capacidade dos equipamentos já existentes.</p>	<p>1. Ampliar e adequar o quadro de RH, assegurando a qualidade do atendimento prestado nos serviços tipificados, PAIF, PAEF, em conformidade com a NOB-RH SUAS, garantindo equipes multidisciplinares, tendo em vista o atendimento a pessoas com deficiência, com Transtornos Mentais ou Síndromes, ofertando capacitação e horas técnicas aos trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Revisar portarias e decretos da SMG/SEGES, que delimitam e avaliam os valores de locação, garantindo o valor estipulado nas pesquisas de mercado para locação de imóveis com potencial para instalação de serviços socioassistenciais.</p> <p>3. Estender adicional de insalubridade e periculosidade para</p>	<p>1. Criação de canal virtual, de fácil acesso e ampla divulgação de produções científicas, tecnologias sociais, culturais e demais produções que publicizem as criações, práticas e conhecimentos dos trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social.</p> <p>2. Implementar prontuário unificado, incluindo o histórico de atendimento dos usuários nos serviços socioassistenciais, garantindo o sigilo conforme a LGPD.</p>	<p>1. Criar e tipificar serviço híbrido (Assistência Social e Saúde) de referência para a população LGBTQIAPN+, com o objetivo de ofertar capacitação profissional, convivência, acompanhamento social e em saúde, acolhimento social e garantia de direitos.</p> <p>2. Desconsiderar o valor do Benefício de Prestação Continuada no cálculo da renda per capita na concessão de Programas de Transferência de Renda.</p>



<p>2. Criação de canal virtual, de fácil acesso e ampla divulgação de produções científicas, tecnologias sociais, culturais e demais produções que publicizem as criações, práticas e conhecimentos dos trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social.</p> <p>3. Fortalecer o Fórum de Assistência Social (FAS) regional a fim de garantir sua função de espaço coletivo de diálogo e debates sobre a política de assistência social, através de ações que busquem efetivamente a participação social ativa, construindo relação próxima com os usuários e trabalhadores da rede e demais cidadãos interessados.</p> <p>4. Instalar serviços socioassistenciais, estatais e parceirizados e Aditamento de vagas no território de Pedreira,</p>	<p>todos os trabalhadores da rede socioassistencial, incluindo a proteção social básica e especial, com garantia de retroativo correspondente.</p> <p>4. Implantar serviço socioassistencial para Primeira Infância, com o atendimento de crianças de 04 a 05 anos e 11 meses, em situação prioritária, sendo que ao saírem do CEI, são matriculadas em EMEI e no contraturno não tem acesso à segurança socioassistencial de convívio, afiançada pela Política Nacional de Assistência Social, incidindo situações de vulnerabilidade e risco.</p> <p>5. Garantir a qualificação dos serviços socioassistenciais, por meio do reajuste anual dos valores de repasse das parcerias, para a execução desses serviços, em todos os itens de despesas,</p>		
---	---	--	--

<p>pensando na quantidade de famílias (aproximadamente 3.920) que chegaram com a instalação do Residencial Espanha.</p>	<p>baseando-se nos índices nacionais ou dos órgãos responsáveis (IGP-M, IPCA, inflação, Convenções Coletivas de Trabalho, entre outros).</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir isenção de transporte coletivo municipal para todos usuários da rede socioassistencial da política de assistência social.</p> <p>2. Substituir o benefício eventual de alimentação da cesta básica, ofertado nos CRAS, pelo cartão de alimentação com valor atualizado anualmente com base no valor da cesta básica nacional de acordo com o DIEESE.</p>	<p>1. Garantir o atendimento presencial nas agências do INSS para os requerentes do BPC/LOAS que não possuem acesso à internet ou telefone.</p> <p>2. Substituir o benefício eventual de alimentação da cesta básica, ofertado nos CRAS, pelo cartão de alimentação com valor atualizado anualmente com base no valor da cesta básica nacional de acordo com o DIEESE.</p>	<p>1. Ampliar a renda per capita familiar exigida para concessão do programa de transferência de renda: Renda Mínima para meio salário mínimo nacional independentemente se a família já e beneficiaria de outro programa de transferência de renda.</p> <p>2. Retomar a concessão dos programas de transferência de renda estaduais: Renda Cidadã e Ação Jovem ampliando o valor de ambos</p>	<p>1. Desconsiderar o BPC do cômputo da renda per capita familiar para fins de concessão de outro programa de transferência de renda de âmbito municipal, estadual e federal, ampliando o acesso à renda enquanto direito constitucional.</p> <p>2. Ampliar a renda per capita exigida para fins de concessão do BPC para meio salário mínimo nacional e garantir a majoração de 25 por cento</p>



<p>3. Garantir efetiva articulação da SMADS com a política municipal de segurança alimentar e nutricional para atendimento às famílias que necessitam do benefício de alimentação contínuo, o qual será concedido sob a responsabilidade da PMSAN, por meio de um cartão alimentação com valor atualizado anualmente com base no valor da cesta básica nacional de acordo com o DIEESE.</p>	<p>3. Garantir isenção de transporte coletivo municipal para todos usuários da rede socioassistencial da política de assistência social.</p> <p>4. Garantir efetiva articulação da SMADS, com a política municipal de segurança alimentar e nutricional para atendimento às famílias que necessitam do benefício de alimentação contínuo, o qual será concedido sob a responsabilidade da PMSAN, por meio de um cartão alimentação com valor atualizado anualmente com base no valor da cesta básica nacional de acordo com o DIEESE.</p> <p>5. Ampliar a renda per capita familiar exigida para concessão do programa de transferência de renda: Renda Mínima para meio salário mínimo nacional e garantir seu acesso independente se a família já é beneficiária de outro</p>	<p>benefícios para meio salário mínimo</p>	<p>para os beneficiários em condição de dependência total ou parcial de cuidados.</p>
---	---	--	---



	programa de transferência de renda.		
--	-------------------------------------	--	--

6.7.CONFERÊNCIA REGIONAL DE CIDADE TIRADENTES			
EIXO 1			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Prever recursos financeiros para a ampliação da rede de serviços socioassistenciais: - Construção de equipamentos físicos - Utilização de equipamentos públicos ociosos - Flexibilização na documentação na locação de imóveis. 2.Garantir previsão orçamentária para a aplicação do plano de	1. Prever de recursos financeiros para a ampliação da rede de serviços socioassistenciais: Construção de equipamentos físicos;Utilização de equipamentos públicos ociosos; Flexibilização na documentação na locação de imóveis. 2. Destinar 5% do orçamento municipal para a política de assistência social.	1. Destinar 5% do orçamento estadual para a política de assistência social.	1. Destinar 5% do orçamento federal para a política de assistência social.



<p>educação continuada em Direitos Humanos.</p> <p>3. Captar recursos no segmento privado para futuras parcerias, programas socioeducativos e artistas (Jovens Urbanos, Passa Visão) com ênfase no protagonismo e na autonomia de adolescentes e jovens.</p> <p>4. Articular emenda parlamentar para ampliação dos serviços e estruturação do CRAS e CREAS.</p>	<p>3. Efetivar de forma imediata o reajuste nos termos de parceria em 20%.</p> <p>4. Garantir o reajuste orçamentário anual em 20% no quadro de RH nos termos de parceria, como forma de efetivar os direitos aprovados na convenção trabalhista.</p> <p>5. Garantir previsão orçamentaria para a aplicação do plano de educação continuada em Direitos Humanos.</p>		
---	--	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar e fomentar Conselhos Gestores com poder deliberativo, consultivo, propositivo e fiscalizador nos CRAS, CREAS e demais serviços socioassistenciais, de acordo com a resolução</p>	<p>1. Implantar e fomentar Conselhos Gestores com poder deliberativo, consultivo, propositivo e fiscalizador nos CRAS, CREAS e demais serviços socioassistenciais, de acordo com a resolução COMAS/SP 1430/2019, garantindo</p>	<p>1. Criar programa de formação permanente voltada aos usuários do SUAS, que ocorra de forma itinerante nos espaços da rede socioassistencial, que contemple equipe</p>	<p>1. Criar programa de formação permanente voltada aos usuários do SUAS, que ocorra de forma itinerante nos espaços da rede socioassistencial, que contemple equipe</p>

<p>COMAS/SP 1430/2019, garantindo a participação dos usuários/as, trabalhadores/as e gestão, respeitando a paridade de segmentos e gênero.</p> <p>2. Criar programa de formação permanente voltada aos usuários do SUAS, que ocorra de forma itinerante nos espaços da rede socioassistencial, que contemple equipe multiprofissional de educadores populares e educação em direitos humanos, com objetivo de fomentar a participação social nos espaços democráticos.</p> <p>3. Implantar e efetivar o PNEP – Programa Nacional de Educação Permanente, garantindo formação voltada aos trabalhadores/as do SUAS, de forma descentralizada, viabilizando sua realização nos territórios da SAS.</p>	<p>a participação dos usuários/as, trabalhadores/as e gestão, respeitando a paridade de segmentos e gênero.</p> <p>2. Criar programa de formação permanente voltada aos usuários do SUAS, que ocorra de forma itinerante nos espaços da rede socioassistencial, que contemple equipe multiprofissional de educadores populares e educação em direitos humanos, com objetivo de fomentar a participação social nos espaços democráticos.</p> <p>3. Implantar e efetivar o PNEP – Programa Nacional de Educação Permanente, garantindo formação voltada aos trabalhadores/as do SUAS, de forma descentralizada, viabilizando sua realização nos territórios da SAS.</p> <p>4. Garantir por meio da SMADS as condições de trabalho previstas nas convenções de trabalhadores, os</p>	<p>multiprofissional de educadores populares e educação em direitos humanos, com objetivo de fomentar a participação social nos espaços democráticos.</p> <p>2. Implantar e efetivar o PNEP – Programa Nacional de Educação Permanente, garantindo formação voltada aos trabalhadores/as do SUAS.</p>	<p>multiprofissional de educadores populares e educação em direitos humanos, com objetivo de fomentar a participação social nos espaços democráticos.</p> <p>2. Garantir por meio do CNAS a inclusão na tipificação nacional de serviços a garantia das condições e dos direitos trabalhistas previstos nas convenções de trabalhadores.</p>
--	---	---	--



<p>4. Garantir a divulgação permanente pela SAS dos serviços da rede socioassistencial e dados territoriais levantados pelo observatório, contendo os vazios socioassistenciais, por meios estratégicos, como: rádio, TV, internet, panfletos, multimídia, pontos de ônibus, incluindo equipamentos públicos de outras políticas, como educação e saúde. Com o objetivo de estabelecer uma comunicação ampla, intersetorial e acessível para a população.</p> <p>5. Revisão da portaria 46/47 garantindo acesso universal dos usuários (as) do SUAS aos serviços da rede Socioassistencial de forma que o vínculo com o serviço não impossibilite o atendimento em unidade de outra tipologia, garantindo a liberdade de</p>	<p>reajustes anuais, assim como as condições adequadas para o trabalho.</p> <p>5. Criar formação inclusiva para acessibilidade, voltada aos trabalhadores/as da rede socioassistencial, visando garantir o atendimento das pessoas com deficiência nos serviços.</p>		
--	--	--	--



escolha, desde que o usuário atenda a condicionalidade exigida.			
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir e ampliar ações intersecretariais (Saúde, Educação, Habitação e Segurança) com o SUAS, com o objetivo de efetivar o direito dos usuários/as, trabalhadores/as e entidades na proteção social, participativa e democrática.</p> <p>2. Promover, divulgar, sensibilizar e qualificar a participação social e democrática dos usuários/as nas Conferências da Assistência Social.</p> <p>3. Garantir direitos (recesso, isonomia salarial, insalubridade, periculosidade, vale-</p>	<p>1. Garantir e ampliar ações intersecretariais (Saúde, Educação, Habitação e Segurança) com o SUAS, com o objetivo de efetivar o direito dos usuários/as, trabalhadores/as e entidades na proteção social, participativa e democrática.</p> <p>2. Promover, divulgar, sensibilizar e qualificar a participação social e democrática dos usuários/as nas Conferências da Assistência Social.</p> <p>3. Garantir direitos (recesso, isonomia salarial, insalubridade, periculosidade, vale-alimentação,</p>	<p>1. Garantir direitos (recesso, isonomia salarial, insalubridade, vale-alimentação, periculosidade, vale-refeição e convênio médico) aos trabalhadores da rede terceirizada.</p> <p>2. Ampliar o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais.</p>	<p>1. Garantir direitos (recesso, isonomia salarial, insalubridade, vale-alimentação, periculosidade, vale-refeição e convênio médico) aos trabalhadores da rede terceirizada.</p> <p>2. Ampliar o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais.</p>



<p>alimentação, vale-refeição e convênio médico) aos trabalhadores da rede terceirizada.</p> <p>4. Criar canais de comunicação (ouvidoria) na região de Cidade Tiradentes para combater o assédio moral, psicológico e a precarização nas condições de trabalho.</p> <p>5. Construir e ampliar infraestruturas socioassistenciais, proporcionando condições adequadas de trabalho e acessibilidade, para a tipologia de atendimento.</p>	<p>vale-refeição e convênio médico) aos trabalhadores da rede terceirizada.</p> <p>4. Construir e ampliar infraestruturas socioassistenciais, proporcionando condições adequadas de trabalho e acessibilidade, para a tipologia de atendimento.</p> <p>5. Elaborar e implantar ações educativas efetivas que proporcionem encontros intergeracionais para combater o preconceito a pessoa idosa.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal

<p>1. Ampliar os serviços da rede socioassistencial direta e indireta, sendo eles: SASF, CCA, CDI, CEDESP, CCINTER, NCI, CDCM, SPVV, SAICA e implantar CASA LAR, República Jovem, CENTRO POP, CAE Idosos, CAE Família, CJ, NAISPD, SEAS, ILPI e Residência Inclusiva, conforme demandas e indicadores sociais do território.</p> <p>2. Qualificar profissional de acordo com as particularidades e necessidades de cada serviço, no qual os profissionais possam indicar os cursos que possuem interesse, com iniciativa e financiamento da SMADS, garantindo que todos os profissionais possam ser contemplados.</p> <p>3. Construir equipamentos públicos, utilização de</p>	<p>1. Criar e ampliar uma comunicação intersetorial de forma horizontal, na qual possibilite a divulgação dos serviços e de suas tipologias ao usuário final.</p> <p>2. Implantar um observatório local em cada território do município.</p> <p>3. Implementar um cartão benefício, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional, para ser utilizado de acordo com a necessidade de cada família e promovendo autonomia ao cidadão.</p> <p>4. Qualificar profissional de acordo com as particularidades e necessidades de cada serviço, no qual os profissionais possam indicar os cursos que possuem interesse, com iniciativa e financiamento da SMADS, garantindo que todos os</p>	<p>1. Ampliar o quadro de RH de acordo com a necessidade e a especificidade de cada serviço da rede socioassistencial.</p> <p>2. Abertura de concursos públicos para contratação de novos servidores para CRAS e CREAS</p>	<p>1. Criar uma comunicação com linguagem acessível à população sobre os serviços do suas, através de canais que facilitem o acesso às informações, sendo eles, por todos os meios de comunicação.</p>
--	--	--	--



equipamentos públicos ociosos e/ou formas de flexibilização na documentação na locação de imóveis para implantação de serviços socioassistenciais.	profissionais possam ser contemplados.		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Vincular aos serviços socioassistenciais, um benefício destinado a crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho infantil ou em alta vulnerabilidade.	1. Regularizar e atualizar o programa Renda Mínima. 2. Garantir a autonomia do cidadão na segurança Alimentar, através da concessão do benefício eventual alimentação mediante um voucher, possibilitando a liberdade de escolha e considerando a particularidade de cada família.	1. Retirar da composição de renda familiar o benefício do Jovem Aprendiz como critério per capita para inclusão em benefícios socioassistenciais. 2. Criar um canal de articulação com o setor técnico social da Previdência Social – INSS, visando a desburocratização do acesso à informação com vistas à orientação dos usuários.	1. Considerar a renda per capita apenas o valor restante das despesas mensais da família para inclusão em benefícios socioassistenciais. Desconsiderar a renda per capita do BPC para contemplação do Bolsa Família. 2. Alterar o critério idade para inclusão da pessoa idosa nos benefícios de prestação continuada, tendo como critério



			60 anos, conforme indicado no Estatuto do Idoso.
--	--	--	--

6.8. CONFERÊNCIA REGIONAL DE ERMELINO MATARAZZO

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<ol style="list-style-type: none">1. Garantia de orçamento para efetivação do Conselho Gestor na região.2. Garantia de orçamento para implementação de serviços de acordo com o mapeamento do território.3. Garantir o financiamento intersecretarial para atender a pessoa em sua integralidade.4. Garantir verba para ações preventivas de calamidade pública.	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir um percentual fixo do orçamento do município para subsidiar a aplicação da Política de Assistência Social.2. Investir em um Plano de Educação Permanente para os trabalhadores/as do SUAS.3. Garantia de orçamento para efetivação do Conselho Gestor da Assistência.4. Garantia de recursos para recomposição da tabela SMADS, com valorização de recursos humanos, obedecendo o índice	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir um percentual fixo do orçamento do Estado para subsidiar a aplicação da Política de Assistência Social.2. Transparência e divulgação no uso da verba Estadual para Assistência Social.	<ol style="list-style-type: none">1. Financiar a implantação e expansão de um Sistema de Informação Único para a Assistência Social.2. Garantir um percentual fixo do orçamento da União para subsidiar a aplicação da Política de Assistência Social.

	<p>econômico vigente/inflação, assim como equiparação salarial com as demais categorias.</p> <p>5. Garantir o financiamento intersecretarial para atender a pessoa em sua integralidade.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir que a sociedade civil tenha o poder junto com o COMAS/SP de monitorar as propostas deliberadas nas conferências regionais, municipais, estaduais e federais.</p> <p>2. Fortalecer a efetividade do serviço prestado à população com a criação de conselhos gestores regionais.</p> <p>3. Criar a capacitação de todos os segmentos para garantir uma participação social efetiva em todas as instâncias das</p>	<p>1. Ampliar o recurso orçamentário para o financiamento da política a nível municipal, mitigando os impactos causados pela PEC 241.</p> <p>2. Combater a desigualdade social gerada pela burocratização dos programas e projetos sociais que dificultam o exercício da cidadania e a participação social.</p>	<p>1. Ter recurso para garantir a divulgação de forma clara e transparente de todos os programas, serviços, benefícios e direitos do SUAS.</p> <p>2. Ampliar o recurso orçamentário para o financiamento da política a nível estadual, mitigando os impactos causados pela PEC 241</p>	<p>1. Construir uma comunicação efetiva entre a política de assistência social, os conselhos de assistência social e a sociedade brasileira como um todo.</p> <p>2. Ampliar o recurso orçamentário para o financiamento da política a nível federal, mitigando os impactos causados pela PEC 241.</p>



conferências regionais, municipais, estaduais e federais.			
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<ol style="list-style-type: none">1. Criar ouvidoria regional para casos de precarização e assédio moral no trabalho.2. Ampliação da rede de proteção básica e especial.3. Garantir capacitação permanente aos trabalhadores socioassistenciais na região de Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa.4. Garantir orçamento para mobilidade e participação social dos usuários mais vulneráveis.	<ol style="list-style-type: none">1. Ampliar programas e apoio às entidades responsáveis que visam a qualidade de vida dos idosos.2. Transparência na prestação de contas de modo articulado dos serviços para os segmentos que compõem o SUAS.3. Ampliar a divulgação do portal de transparência referente a prestação de contas de todos os serviços socioassistenciais e facilitar o acesso.4. Ampliar programas e apoio às entidades responsáveis que visam o acolhimento e proteção a mulheres vítimas de violência.5. Criar articulação Inter setorial e Inter secretarial para facilitar a	<ol style="list-style-type: none">1. Ampliar serviços de inclusão e convivência para pessoas com deficiência.	<ol style="list-style-type: none">2. Enfrentar a precarização dos serviços socioassistenciais no país.3. Promover intercâmbio socioassistencial entre os entes federativos a fim de trocar conhecimento e experiência.

	participação social de todos os segmentos.		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar o prontuário eletrônico SUAS, garantindo o sigilo das informações, conforme previsto pela LGPD.</p> <p>2. Ampliar os serviços da Proteção Social Básica e Especial de todas as tipologias no território, visando minimizar violações de direitos.</p> <p>3. Ampliar os serviços de CRAS e CREAS nos distritos de Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa de acordo com a demanda populacional.</p> <p>4. Ofertar atendimento e acolhimento psicológico para profissionais do SUAS.</p>	<p>1. Alterar a Portaria 46/2010 incluindo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV para a prevenção de violência contra as mulheres.</p> <p>2. Alterar a Portaria 46/2010 ampliando o quadro de RH dos serviços da Proteção Básica, incluindo oficinairos, orientador socioeducativo e técnicos sociais nos serviços CCA, CJ e CEDESP, garantir a oferta de refeição nos NCIs e alterar a faixa etária do público alvo dos CCAs para 04 a 11 anos e CJ de 12 a 17 anos.</p> <p>3. Criar um prontuário SUAS para identificação do histórico dos</p>	<p>1. Garantir o cofinanciamento estadual para implantação de novos serviços socioassistenciais nos municípios.</p> <p>2. Divulgar, qualificar e ampliar os mecanismos de vigilância socioassistencial e fiscalização da Política de Assistência Social nos municípios.</p>	<p>1. Financiamento federal para capacitação continuada e programas de cuidado com a saúde do trabalhador do SUAS.</p> <p>2. Implementar programas do Governo Federal para a aquisição de alimentos vindos da agricultura familiar para abastecimento dos serviços socioassistenciais e atendimento as famílias.</p>



<p>5. Implantar serviços que atendam a população LGBTQIAPN+ no território.</p>	<p>usuários atendidos na Proteção Básica e Especial.</p> <p>4. Qualificar a oferta de cestas básicas, incluindo itens de higiene pessoal, itens de limpeza, considerando a composição familiar e caracterização, atendendo 12 vezes ao ano na seguinte proporção: 1 cesta para família de até 3 pessoas; 2 cestas para família de até 6 pessoas e 3 cestas para famílias acima de 7 pessoas.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implementar o Serviço Descomplica no território de Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa com disponibilidade de vagas compatíveis com a demanda do território, para diminuir a fila de espera para o cadastro Único.</p>	<p>1. Melhoria da qualidade dos benefícios eventuais. Por exemplo, cesta básica com mais itens e quantidades disponíveis que atendam as demandas do território.</p> <p>2. Implantação de mais um Cras no território e quadro de RH compatível com a demanda e</p>	<p>1. Ampliação dos pontos do Bom Prato com funcionamento aos finais de semana e feriados para garantir de segurança alimentar.</p>	<p>1. Incluir Condicionalidades nos Programas de transferência de renda que promovam autonomia como cursos profissionalizantes.</p>



<p>2. Implementar Cras no território da Ponte Rasa para ampliar a oferta de serviços principalmente para viabilizar a concessão de benefícios</p>	<p>quantidade de equipamentos da assistência no território, a fim de viabilizar a concessão de benefícios.</p> <p>3. Ampliação do Programa Renda Mínima.</p> <p>4. Implantar NÚCLEO DE CONVIÊNCIA PARA ADULTOS no território de Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa.</p> <p>5. Promover parceria entre a Assistência Social com a secretaria do trabalho para promover autonomia dos beneficiários dos programas de transferência de renda.</p>		
---	---	--	--

6.9. CONFERÊNCIA REGIONAL DA FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
------------------------	-------------------------	------------------------	-----------------------

<p>1. Garantir orçamento para a ampliação da Rede de Proteção Social Básica e Especial da Freguesia e Brasilândia de acordo com os dados do diagnóstico socioassistencial apresentado pela COVS e demanda do território, sendo:</p> <p>Na Brasilândia mais três SASFs, um CDI, um NCI, seis CCAs, três CEDESPs, um SPVV e um CREAS. Na Freguesia do ó um SEAS, um NCI, um CEDESP e um SASF.</p> <p>2. Garantir e desburocratizar o acesso a recursos específicos, anualmente, sem prejuízo da verba mensal, para melhorias e manutenção preventiva da infraestrutura e grandes reparos dos equipamentos.</p> <p>3. Garantir verba para abertura de postos de Cadastramento para Cadastro Único no território</p>	<p>1. Garantir alíquota de 20% no orçamento geral do Município para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.</p> <p>2. Aumento da remuneração dos profissionais do quadro de RH da tipificação conforme a Nob/SUAS – RH equiparando com as demais Políticas Públicas executadas no município (saúde e educação) condizente com trabalho e jornada.</p> <p>3. Garantir e desburocratizar o acesso a recursos específicos, anualmente, sem prejuízo da verba mensal, para melhorias e manutenção preventiva da infraestrutura e grandes reparos dos equipamentos.</p> <p>4. Reajustar anualmente (julho – dissídio) os valores de repasse das parcerias, para execução dos serviços, em todos os itens de despesas baseando-se nos índices nacionais ou dos órgãos</p>	<p>1. Garantir alíquota de 20% no orçamento Estadual para a pasta de Desenvolvimento e Assistência Social.</p> <p>2. Implementar, ampliar e garantir recursos para a formação continuada para os trabalhadores do SUAS.</p>	<p>1. Garantir alíquota de 20% no orçamento geral Federal para a pasta do Desenvolvimento e Assistência Social.</p> <p>2. Ampliar e garantir a verba para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada.</p>
--	---	---	--



<p>Freguesia/Brasilândia. Garantir recursos para as horas técnicas de acordo com a necessidade de todos os serviços socioassistenciais.</p> <p>4. Garantir recursos para transporte dos usuários que estejam em acompanhamento nos serviços socioassistenciais (CRAS, CREAS, NPJ, SASF, CCA, CJ, CCINTER, CIRCO SOCIAL, NAISPD e SPVV).</p>	<p>responsáveis (taxa SELIC, IGP-M, IPCA, inflação, CCTs, entre outros).</p> <p>5. Garantir dotação orçamentária para realização de Concursos Públicos em nível Fundamental, Médio e Superior para cumprimento da Nob/SUAS – RH.</p>		
---	--	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a criação e execução de protocolo de consulta pública regional anterior a escrita do edital, de acordo com as necessidades da população com</p>	<p>1. Garantir a criação e execução de protocolo de consulta pública regional anterior a escrita do edital, de acordo com as necessidades da população com o propósito de</p>	<p>Sem resposta.</p>	<p>Sem resposta</p>



<p>o propósito de implementação de serviços no território.</p> <p>2. Garantir espaço de reflexão para os trabalhadores atuarem na preparação dos usuários, visando maior participação popular nas conferências regionais.</p> <p>3. Garantir a realização de evento com todos os serviços e usuários, realizado pela SAS Freguesia do Ó/ Brasilândia, no primeiro semestre de 2024 com devolutiva da Conferência Nacional da Assistência Social.</p> <p>4. Garantir horas técnicas para capacitação dos trabalhadores da proteção social básica e especial de acordo com a especificidade e demanda de cada território e/ou serviço, dentre os temas, principalmente questões étnico raciais, Saúde e</p>	<p>implementação de serviços no território.</p> <p>2. Garantir a realização de evento com todos os serviços e usuários, realizado pela SAS no primeiro semestre de 2024 com devolutiva da Conferência Nacional da Assistência Social.</p> <p>3. Garantir horas técnicas para capacitação dos trabalhadores da proteção social básica e especial de acordo com a especificidade e demanda de cada território e/ou serviço, dentre os temas, principalmente questões étnico raciais, Saúde e Transtornos mentais, PCD, LGBTQIAPN+ e de gênero.</p> <p>4. Assegurar a ampliação do direito a verba específica para custeio do transporte público dos usuários, visando garantir o acesso e permanência no serviço.</p>		
---	---	--	--



<p>Transtornos mentais, PCD, LGBTQIAPN+ e de gênero.</p> <p>5. Assegurar a ampliação do direito a verba específica para custeio do transporte público dos usuários, visando garantir o acesso e permanência no serviço.</p>	<p>5. Garantir verba de alimentação para os trabalhadores dos serviços socioassistenciais.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Promover e ampliar diálogos intersetoriais entre as redes de serviços socioassistenciais existentes no território com agenda mensal e unificada.</p> <p>2. Fomentar a prática dos fóruns regionais com pauta bimestral criada por convidados da rede, usuários(as), entidades sociais, trabalhadores e governo local.</p> <p>3. Elaborar mapeamento da rede socioassistencial direta, indireta</p>	<p>1. Propor a criação de uma ouvidoria descentralizada para atendimento de demandas de precarização do trabalho, assédio moral, violência institucional, violência psicológica, assédio sexual, violência tecnológica, racismo e calúnia.</p> <p>2. Articular ações entre as Secretarias da Habitação e Desenvolvimento Social por meio de um GT com objetivo de garantir</p>	<p>1. Articulação entre municipalidade e o governo do estado na perspectiva de ampliação do acesso a moradias populares sobre gestão estadual.</p> <p>2. Articulação entre SMADS e SEDS (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social) com a perspectiva de promover a formação continuada dos</p>	<p>Sem resposta.</p>



<p>e SGD (Sistema de Garantia de Direitos) para construção de guia de apoio da rede da Freguesia do Ó e Brasilândia.</p> <p>4. Articular os encaminhamentos entre os serviços socioassistenciais para assegurar o atendimento e a garantia de direitos e cidadania dos usuários(as).</p>	<p>acesso da população vulnerável para moradia digna por meio da construção de moradias populares e/ou auxílio aluguel.</p> <p>3. Articular com as demais secretarias (Direitos Humanos, Saúde, Habitação, Educação, Previdência) a construção de oficinas formativas para a rede de trabalhadores do SUAS;</p> <p>4. Articulação da subprefeitura com a gestão municipal com vistas a promover a urbanização e acesso a saneamento básico dos bairros mais vulneráveis (Tribo, Capadócia e outros).</p> <p>5. Garantir o aditamento para acréscimo de orientador sócio educativo para os serviços da proteção social básica quando houver necessidade de atendimento aos usuários com demanda de saúde mental agravada.</p>	<p>servidores públicos municipais e estaduais.</p>	
--	--	--	--

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar os serviços: ILPI, CDI e SEAS na região de acordo com os dados da Vigilância Socioassistencial.</p> <p>2. Ampliar os serviços: SASF, NCI, CEDESP, CCInter, Circo Social na região de acordo com os dados da Vigilância Socioassistencial.</p> <p>3. Integrar as diversas políticas públicas através de projetos intersecretariais: esporte, lazer, cultura (p. ex.: música, dança, teatro e cinema), saúde, educação e assistência social.</p> <p>4. Elaborar projetos intersetoriais com a saúde visando atender às necessidades de saúde e higiene bucal.</p>	<p>1. Garantir a gratuidade do transporte público para os usuários da assistência social a fim de acessar os equipamentos públicos (cultura, lazer, esporte e saúde).</p> <p>2. Integrar as diversas políticas públicas através de projetos intersecretariais: esporte, lazer, cultura (p. ex.: música, dança, teatro e cinema), saúde, educação e assistência social.</p> <p>3. Implantar os serviços: ILPI, CDI e SEAS na região de acordo com os dados da Vigilância Socioassistencial.</p> <p>4. Ampliar os serviços: SASF, NCI, CJ, SPVV, NAISPD, CEDESP, CCInter, Circo Social na região de acordo com os dados da Vigilância Socioassistencial.</p>	<p>1. Ampliar recursos para a execução dos programas de transferência de renda: Renda-Cidadã e Ação Jovem.</p> <p>2. Articular junto à Secretaria Estadual do Trabalho a realização de programas e ações afirmativas para empregabilidade de pessoas para pessoas em situação de rua, refugiadas/os, migrantes, população LGBTQIAPN+, pessoas e famílias vítimas de violência, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, Povos originários e Comunidades Tradicionais, jovens e adultos.</p>	<p>1. Garantir as duas vagas por ônibus do transporte interestadual, de direito dos idosos, por meio de fiscalização, junto às empresas de transporte.</p> <p>2. Criar um programa de atenção emergencial em caso de calamidades públicas, desastres ambientais, pandemias, entre outros, que garanta interlocução entre as pastas e protocolos de ação e estratégias integradas.</p>



	5. Implantar um setor responsável na SMADS que garanta a qualidade nutricional dos alimentos ofertados pela rede de serviços socioassistenciais e substituir a cesta básica por cartão-alimentação que garanta autonomia ao usuário.		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Construir estratégias que ampliem todos os serviços socioassistenciais no território e possibilitem a ampliação dos benefícios de transferência de renda.</p> <p>2. Garantir a formação e capacitação dos funcionários que compõem o quadro dos serviços socioassistenciais voltados para os programas de transferência de renda, focando no atendimento às famílias que são acompanhadas pelos serviços, garantindo horas</p>	<p>1. Ampliar o acesso do CadÚnico, com o aumento do quadro de entrevistadores sociais e de postos de atendimento fixos.</p> <p>2. Fomentar a capacitação dos entrevistadores sociais a respeito da situação social do usuário, a fim de trabalhar o perfil da família a ser atendida em cada território.</p>	<p>1. Fomentar a capacitação dos entrevistadores sociais a respeito da situação social do usuário, a fim de trabalhar o perfil da família a ser atendida em cada território.</p>	<p>1. Construir estratégias de integração entre a política de Assistência Social e de Saúde e INSS para facilitar a avaliação do acesso ao BPC para Pessoas com Deficiência.</p> <p>2. Construir com o INSS uma forma de facilitar a solicitação de BPC realizada pelo trabalhador técnico social e/ou presencial pelo requerente.</p>

técnicas para todos os equipamentos do território.			
--	--	--	--

6.10. CONFERÊNCIA REGIONAL DE GUAIANASES			
EIXO 1			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar três CEDESP na SAS Guaianases, sendo dois no distrito do Lajeado e um em Guaianases.</p> <p>Implantar serviços da PSB e PSE no território de acordo com as necessidades locais e os vazios socioassistenciais, conforme apontamento dos dados do observatório social (CCA, SASF, NCI, CJ, Circo Escola, SPVV, CDI, ILPI, SAICA, República Jovem e Residência Inclusiva nos distritos de Lajeado e Guaianases).</p>	<p>1. Garantir a ampliação do orçamento Municipal em 10% para a Política de Assistência Social, com previsão orçamentária para concurso público e a capacitação continuada aos trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Garantir orçamento e implantação de serviços da PSB e PSE no território de acordo com as necessidades locais, conforme apontamento dos dados do observatório social e os vazios socioassistenciais.</p>	<p>1. Garantir a ampliação do orçamento Estadual em 10% para a Política de Assistência Social.</p> <p>2. Garantir orçamento e implantação de um Centro de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme preconiza a lei federal 13.431/17.</p>	<p>1. Garantir a ampliação do orçamento Federal em 10% para a Política de Assistência Social.</p> <p>2. Garantir o aumento do repasse orçamentário para o CRAS e CREAS.</p>



<p>2. Implantar um Centro Pop, devido à grande demanda de pessoas em situação de rua e na rua no território.</p> <p>3. Implantar serviços respeitando as especificidades de gênero, raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero, bem como, criar diretrizes para os serviços existentes na Rede Socioassistencial.</p> <p>4. Implantar serviços especializados para criança e adolescentes em situação de rua e na rua em conformidade com a lei municipal 17.923/23.</p>	<p>3. Garantir autonomia financeira para os serviços estatais, para despesas de pequeno vulto em conformidade com a legislação.</p> <p>4. Regulamentar os benefícios eventuais no município, destinando recurso adequado para sua concessão que não seja por adiantamento bancário.</p> <p>5. Garantir recurso financeiro para horas técnicas em todos os serviços da PSB e PSE.</p>		
--	--	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar o conselho gestor nos CRAS Guaianases e Lajeado e CREAS Guaianases, conforme</p>	<p>1. Efetivar a regulamentação por SMADS da Resolução COMAS – SP nº 1430/2019, a qual prevê a</p>	<p>1. Garantir a adequação do calendário das conferências garantindo que todas as fases</p>	<p>1. Garantir a adequação do calendário das conferências garantindo que todas as fases</p>

<p>resolução SMADS/ COMAS nº 1430/2019.</p> <p>2. Através dos conselhos gestores a serem implantados, promover um plano de comunicação com a rede socioassistencial dos territórios de Lajeado e Guaianases no sentido de uma interlocução mais acessível e inclusiva entre os segmentos usuários, trabalhadores, Organizações Sociais e Gestão.</p> <p>3. Garantir que o Observatório da SAS Guaianases receba do COVS os dados sistematizados a fim de compartilhar com os serviços.</p> <p>4. Garantir a adequação do calendário das conferências possibilitando que todas as fases sejam contempladas em tempo hábil promovendo maior qualidade ao processo.</p> <p>5. Realizar o Conferir no âmbito da SAS Guaianases.</p>	<p>instituição dos Conselhos Gestores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social para a População em situação de rua (Centro Pop), bem como em todos os serviços do SMADS, estabelecendo encontros com periodicidade mínima trimestral, seguindo a paridade entre os segmentos, na mediação das condições sociais locais a nível regional, encaminhando para gestão municipal e gestão estadual as questões relacionadas à execução de políticas de assistência social, ao monitoramento e à avaliação da realidade de cada território, devendo, ainda, ser estabelecida a seguinte proporcionalidade na representação dos segmentos</p>	<p>sejam contempladas em tempo hábil promovendo maior qualidade ao processo.</p>	<p>sejam contempladas em tempo hábil promovendo maior qualidade ao processo.</p> <p>2. Garantir que o CNAS, através de mecanismos legais, assegure na tipificação nacional de serviços socioassistenciais que os acordos coletivos, previstos nas Convenções de Trabalhadores, sejam efetivados.</p>
---	---	--	--



	<p>nos conselhos gestores e nas conferências de Assistência Social: 25% governo, 25% entidades/organizações de Assistência Social, 25% usuários e 25% trabalhadores.</p> <p>2. Garantir que a supervisão de todos os serviços seja realizada pelos técnicos de CRAS e CREAS, extinguindo a SUSAN, e não permitindo que OSC com contas rejeitadas participem de chamamentos públicos ou assumam serviços emergenciais sem chamamento.</p> <p>3. Implantar o Plano Municipal de Educação Permanente no âmbito do SUAS, assegurando que a SMADS promova formação continuada aos trabalhadores (gerentes, equipe técnica e operacional) da rede direta e indireta.</p>		
--	--	--	--



	<p>4. Garantir que todos os serviços de proteção básica e média complexidade tenham autonomia para a parada técnica, assim como recursos para as horas técnicas.</p> <p>5. Garantir a adequação do calendário das conferências possibilitando que todas as fases sejam contempladas em tempo hábil promovendo maior qualidade ao processo.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar e divulgar um catálogo dos serviços da assistência, por meio de um material impresso, palestras e mídias sociais referente a funcionalidade dos serviços da região Guaianases/Lajeado.</p> <p>2. Criar um fórum regional de trabalhadores e usuários da</p>	<p>1. Garantir a todos os profissionais da assistência social a remuneração adicional de insalubridade.</p> <p>2. Investir na implantação, aprimoramento e divulgação de um sistema de banco de dados unificado intersecretarial que</p>	<p>1. Garantir a todos os profissionais da assistência social a remuneração adicional de insalubridade.</p> <p>2. Articular com a Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho a destinação de cotas de vagas</p>	<p>1. Garantir a todos os profissionais da assistência social, assim como da saúde, a prioridade no calendário vacinal das doenças infectocontagiosas.</p> <p>2. Investir na implantação, aprimoramento e divulgação de</p>



<p>assistência social com encontros bimestrais para planejar estratégias de atendimento das demandas do território Guaianases/Lajeado.</p> <p>3. Garantir a participação dos trabalhadores do SUAS da região em capacitação profissional contínua para os trabalhadores sobre os temas da acessibilidade (orientação sexual, identidade e diversidade de gênero, raça e etnia, deficiências, neuro diversidade entre outras especificidades).</p>	<p>contemple todas as tipificações do SUAS.</p> <p>3. Garantir concurso público para ampliação do quadro de RH e conseqüentemente melhoria nas condições de trabalho e atendimento ofertado aos usuários.</p> <p>4. Implantar na região de Guaianases/Lajeado um centro de cidadania LGBTQIAPN+ e um Centro de Promoção da Igualdade Racial, também garantindo atendimento para infâncias, adolescências e juventudes.</p>	<p>de empregos, formais e estatais, em empresas privadas, públicas e demais licitações e contratos, para os segmentos de gênero, raça, classe, etnia, extrema vulnerabilidade econômica, mulheres vítimas de violência, pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional, PCDs, LGBTQIAPN+, mães solo, imigrantes, refugiados e demais segmentos sociais.</p>	<p>um sistema de banco de dados unificado do cidadão entre Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social e Sistema Nacional de Educação.</p>
---	--	--	--

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implementar um CEDESP no território de Guaianases e um CEDESP no território do Lajeado.</p>	<p>1. Desburocratizar o processo de locação de imóveis para a implantação de serviços de proteção básica e especial, visando</p>	<p>1. Implantação de serviço voltado a população de imigrantes, refugiados e LGBTQIAPN+.</p>	<p>1. Ampliação de equipamentos de lazer e cultura (exemplo: Casa de Cultura e Centro de Convivência e Cooperativa –</p>



<p>2. Ampliar e investir na rede de proteção social básica do território de Guaianases e Lajeado, com cobertura de 100% do SASF no território, bem como novos CCAs, NCI, CJ tendo vista trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários prevenindo violações de direito.</p> <p>3. Ampliação do quadro de profissionais conforme NOB SUAS RH no CRAS Lajeado, CRAS Guaianases e CREAS Guaianases.</p> <p>4. Implementação no âmbito da proteção especial de um SPVV para o território de Guaianases e um CREAS/NPJ para o território do Lajeado.</p>	<p>atender os vazios socioassistenciais, utilizando-se de critérios padronizados e definidos de documentações exigidas a fim de atender as organizações de forma igualitária.</p> <p>2. Ampliação do quadro de RH na rede socioassistencial e contratação de servidores efetivos, conforme previsto pela NOB RH-SUAS, com estudo de números de serviços supervisionado por cada profissional para as unidades de CRAS-CREAS e profissional de vigilância socioassistencial em cada SAS, para efetivação da política pública de assistência social na cidade de São Paulo.</p> <p>3. Contratação Direta, através de Concurso Público dos Profissionais do SUAS. assim como os cadastradores.</p>	<p>2. Ampliação de equipamentos de lazer e cultura (exemplo: Fábricas de Cultura e Centro de Convivência e Cooperativa - CECCO).</p>	<p>CECCO subsidiados pelo Governo federal em parceria com os serviços socioassistenciais.</p>
--	---	--	---

EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Aumentar o recurso de benefício eventual (Cesta básica) tendo em vista o número de famílias em situação de extrema vulnerabilidade apontadas no CadÚnico no distrito de Guaianases/Lajeado.</p> <p>2. Disponibilizar mensalmente aos serviços parceiros da rede socioassistencial o benefício eventual de alimentação, para distribuição aos usuários que assim necessitarem.</p> <p>3. Implantar um Descomplica no distrito de Guaianases/Lajeado.</p>	<p>1. Alterar a legislação Municipal que limita a concessão de cestas básicas três vezes ao ano. Aumentar o recurso e regulamentar os benefícios eventuais em geral.</p> <p>2. Disponibilizar os benefícios eventuais, inclusive para pessoas em situação de calamidade pública, através do cartão de benefício.</p> <p>3. Garantir o Benefício de transporte público através do Bilhete único para os munícipes encaminhados pela rede Socioassistencial.</p> <p>4. Aumentar a divulgação aos setores privados sobre a disponibilidade de assentos prioritários para idosos em viagens municipais, estaduais e</p>	<p>1. Ampliar a concessão dos benefícios Ação Jovem, Renda Cidadã, o incentivo à pesquisa e retomada do Bolsa Trabalho para auxiliar as juventudes na formação acadêmica e profissional, bem como garantir a comunicação do Estado com município e as famílias.</p> <p>2. Conceder o benefício Vale Gás de forma permanente para todos que se enquadrem na renda per capita do ¼ do salário-mínimo.</p>	<p>1. Aumentar a renda Per Capita de acesso ao BPC para meio salário-mínimo e não utilizar o BPC como renda para acesso aos Programas de Transferência de Renda.</p> <p>2. Aumentar o valor de repasse do programa Nutris e Gestante e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI para 20% do valor do salário-mínimo.</p>



	<p>interestaduais. Aumentar assentos e diminuir tempo de espera.</p> <p>5. Garantir a abertura da agenda do Cadastro Único no CRAS e no Portal 156, bem como a ampliação de postos de cadastramento em outras unidades estatais, para além dos CRAS.</p>		
--	--	--	--

6.11. CONFERENCIA REGIONAL DO IPIRANGA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar no mínimo 2 (dois) CRAS (centro de referência social) que atenda a demanda do território e vulnerabilidade, considerando que a legislação obriga o atendimento de 5 mil famílias por CRAS e CREAS (Sacomã e Cursino).</p>	<p>1. Garantir previsão orçamentaria para a correção e atualização dos itens de despesas que constam em planilhas referenciais de acordo com a inflação.</p> <p>2. Utilizar saldo de recursos financeiros resultantes de isenção de cota patronal da OSC em serviços</p>	<p>1. Garantir o investimento mínimo de 1% do orçamento para o SUAS - Federal e Estadual.</p> <p>2. Rever a equipe profissional atualmente prevista para algumas tipologias, garantindo a inclusão/adição de profissionais, em especial da</p>	<p>1. Garantir o investimento mínimo de 1% do orçamento para o SUAS - Federal e Estadual.</p>



<p>2. Ampliar a rede socioassistencial voltada aos jovens e adolescentes a partir dos 15 anos com oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos por meio de oficinas/formações para projetos de cultura, esportes e cursos técnicos e preparatório para o mercado de trabalho.</p> <p>3. Utilizar saldo de recursos financeiros resultando de cota patronal da OSC em serviços sociais que constam no território de atuação da OSC.</p>	<p>sociais implantados no território de atuação da OSC.</p> <p>3. Garantir o investimento mínimo de 1% do orçamento para o SUAS - Federal e Estadual.</p>	<p>gestão e da área operacional, proporcionalmente ao número de usuários atendidos em cada serviço.</p>	
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Reativar o Fórum da Criança e do Adolescente e garantir a participação dos trabalhadores, usuários, rede de proteção básica e especial, educação, saúde, serviços socioassistenciais,</p>	<p>1.1 Implantar na política da Assistência ações não punitivas e sim ações restaurativas voltadas para Cultura de Paz, visando os</p>	<p>1. Criação de um espaço com a participação social que garanta o debate, a transparência e a implantação de políticas estaduais.</p>	<p>1. Ampliar os direitos aos benefícios sociais e desburocratizar os critérios de concessão destes dando autonomia aos territórios.</p>



<p>judiciário de modo a fomentar as políticas públicas para as crianças e os adolescentes.</p> <p>2. Criar o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM na região do Ipiranga.</p> <p>3. Implementar Políticas Públicas que garantam redes de apoio com suporte financeiro e equipe multidisciplinar para o enfrentamento da drogadicidade, criando programas de prevenção e de redução de danos de acordo com a política do SUS.</p> <p>4. Ampliação de políticas que garantam o acompanhamento integral das crianças, jovens e da família que correspondam a demanda dos territórios.</p> <p>5. Implementar um planejamento de formação permanente para os trabalhadores do SUAS que façam parte da sua jornada de</p>	<p>trabalhadores, usuários, gestores e rede de atendimento.</p> <p>2. Viabilizar na rede socioassistencial ações para a empregabilidade de adolescentes conforme a idade prevista no ECA e de acordo com a sua habilidade e preferências, como também rever os programas que estão implantados.</p> <p>3. Implementar uma política para os funcionários do SUAS de atendimento e acompanhamento psicossocial de forma a cuidar do cuidador.</p> <p>4. Garantir a ampliação do quadro de RH para o atendimento e o financiamento necessário.</p>	<p>2. Criação de delegacias especializada para as mulheres e implementação da casa da mulher brasileira na região do Ipiranga devido ao alto índice de violência.</p>	
--	---	---	--

trabalho, em conformidade com as necessidades dos equipamentos.			
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantação dos seguintes serviços nos distritos do Ipiranga, Sacomã e Cursino: NAISPD, SPVV, SASF, CDI, NCI, Centro LGBTQIA+, CAE FAMILIA, PPCAAM, CJ, CEDESP, AUTONOMIA EM FOCO.</p> <p>2. Implantação de novos serviços de CRAS e CREAS na região para o atendimento da demanda.</p> <p>3. Ampliação da República Jovem de forma a contemplar a demanda atual da região contemplando as questões de gênero.</p> <p>4. Criação de Ouvidoria Regional para os trabalhadores de serviços</p>	<p>1. Mapeamento e levantamento de dados de forma a garantir a atuação intersetorial e intersecretarial, visando a garantia de direitos de trabalhadores e usuários do SUAS.</p> <p>2. Viabilizar e garantir a realização de formações continuadas nas equipes de todos os serviços socioassistenciais, bem como seu monitoramento periódico.</p>	<p>1. Intercâmbio entre os serviços socioassistenciais dos municípios do estado de São Paulo.</p>	<p>1. Incluir recursos financeiros para a contratação de profissionais especializados, aquisição de equipamentos/mobiliários e adequação do espaço físico para crianças e adolescentes com deficiência em todos os SAICA.</p>



<p>socioassistenciais de forma a contemplar os três distritos que compõe a região do Ipiranga.</p> <p>5. Criação de comissão/grupo de trabalho na região do Ipiranga, contemplando os três distritos, para realização periódica de reuniões com representantes dos diversos serviços e projetos, com representatividade da área da educação, saúde, direitos humanos, entre outros.</p>			
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Efetivação intersetorial do atendimento do consultório da população em situação de rua, implantar centro Pop, Centro cidadania LGBTQIAPN+, CEDESP (Distrito Cursino), Centro Dia, ILPI graus 2 e 3. Ampliação dos Centros de</p>	<p>1. Participação da sociedade civil na reconstrução da portaria 46/ SMADS.</p> <p>2. Aplicabilidade nas políticas de mulheres dentro da Assistência Social em relação à equidade, na perspectiva de raça/gênero.</p>	<p>1. Ofertar apoio técnico a gestões municipais, cofinanciar os serviços, monitorar e avaliar a execução dos serviços socioassistenciais.</p>	<p>1. Revisão de carga horária para 30 horas dos profissionais de nível superior que exerçam função técnica nos serviços e projetos da política SUAS, sem redução de salários.</p>



<p>Acolhida (idoso, família, mulheres).</p> <p>2. Implementar e ampliar em regiões de alta vulnerabilidade serviços como CCA, SASF, SAICA, CDI, CDCM, NPJ, CRAS, CREAS, CRAI e SPVV.</p> <p>3. Criar serviços de inclusão para jovens institucionalizados, a partir de 18 anos, tendo deficiência ou não. Ampliar e desburocratizar o serviço República Jovem e ampliar o CEDESP do território (Distrito Cursino).</p> <p>4. Capacitação permanente para todos os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social.</p> <p>5. Ampliação das equipes de referências CRAS, CREAS e redes parceiras.</p>	<p>3. Criação de mais espaços onde a mulher possa ser atendida e readequação dos espaços já existentes promovendo a capacitação dos profissionais e enfatizar a importância da equipe multidisciplinar para melhorar o atendimento às usuárias, independentemente de sua raça ou gênero quando houver violência, sendo ela física, moral, sexual, patrimonial, garantindo o acesso a mulheres vítimas de violência em equipamentos tipificados para o seu atendimento.</p>		<p>2. Atualização da tipificação dos serviços socioassistenciais.</p>
---	--	--	---



EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Criação de reuniões periódicas para discussões das demandas nos territórios com os serviços existentes na região (Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar).	1. Criação de CRAS no distrito do Cursino e no distrito do Sacomã, com contratação de RH conforme preconizado pela NOB/RH - SUAS para atender a demanda e facilitar o acesso aos programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais. 2. Adoção de ações itinerantes de cadastramento, recadastramento/atualização do CADÚnico que sejam permanentes para as populações em territórios de alta vulnerabilidade nos distritos do Sacomã, Cursino e Ipiranga	1. Ampliação de vagas para inclusão nos programas Renda Cidadã e Ação Jovem e criação/retomada de outros benefícios na esfera estadual (ex. vale gás).	1. Desvincular o valor do BPC como renda na composição familiar para a concessão do Bolsa Família.

6.12. CONFERENCIA REGIONAL DO ITAIM PAULISTA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Distribuir o valor destinado no orçamento municipal de acordo com as vulnerabilidades e especificidades de cada território.</p> <p>2. Garantir recursos para a ampliação dos serviços existentes e implantação de novos serviços socioassistenciais (NCI, CCA, CEDESP, CDI, NAISPD, Centro de Acolhida para homens, entre outros) no território, considerando o aumento da vulnerabilidade social identificado no diagnóstico territorial.</p> <p>3. Garantir recursos para pagamentos de horas técnicas para todos os serviços da proteção social básica e especial.</p>	<p>1. Reivindicar junto aos representantes da Câmara Municipal a aprovação do orçamento previsto na Proposta Orçamentária da Assistência Social (PLOA 2024), aprovada pelo COMAS, com a finalidade de garantir orçamento público para a execução da política de Assistência Social no município.</p> <p>2. Garantir a reposição e contratação da equipe da NOB/RH SUAS, através de concurso público, considerando que quanto maior é o ID (Índice de Desenvolvimento) do SUAS, maior é o repasse de âmbito federal.</p> <p>3. Garantir recurso orçamentário para ampliação do RH da rede</p>	<p>1. Estabelecer como previsão orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), índice e 10% para o SUAS, a fim de cumprir a execução do mesmo.</p> <p>2. Garantir a oferta de alimentação de qualidade, em quantidade necessária, nos serviços da rede socioassistencial, da proteção básica e especial.</p>	<p>1. Estabelecer como previsão orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), índice de 10% para o SUAS, a fim de cumprir sua execução.</p> <p>2. Garantir recurso para divulgação dos serviços do SUAS nos meios de comunicação.</p>



	<p>socioassistencial indireta da Proteção Social Básica e Especial.</p> <p>4. Estabelecer como previsão orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), índice de 10% para o SUAS, a fim de cumprir a execução do mesmo.</p> <p>5. Garantir o recurso para o transporte público gratuito para todos os usuários dos serviços socioassistenciais.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Criar conselhos gestores de participação paritária regional por meio de eleições democráticas (voto aberto no período de mandato de 2 anos) para realizar reuniões	1. Criar conselhos gestores de participação paritária regional por meio de eleições democráticas (voto aberto no período de mandato de 2 anos) para realizar reuniões mensais	1. Criar conselhos gestores de participação paritária regional por meio de eleições democráticas (voto aberto no período de mandato de 2 anos) para realizar reuniões mensais com participação do	1. Criar conselhos gestores de participação paritária regional por meio de eleições democráticas (voto aberto no período de mandato de 2 anos) para realizar reuniões mensais com participação do poder

<p>mensais com participação do poder público, usuários e trabalhadores.</p> <p>2. Ampliar os serviços de atendimento e manutenção da rede socioassistencial para crianças, adolescentes, jovens, famílias, mulheres, tendo em vista que o diagnóstico territorial apresentou dados precários e de extrema vulnerabilidade na região.</p> <p>3. Promover ações que qualifiquem os usuários e profissionais para participarem democraticamente das conferências no âmbito regional, municipal, estadual e federal. Para que se torne uma prática da gestão na qualidade de indicadores.</p> <p>4. Ampliar os serviços de atendimento em manutenção da rede socioassistencial para os idosos, sem que a burocracia</p>	<p>com participação do poder público, usuários e trabalhadores.</p> <p>2. Promover ações que qualifiquem os usuários e profissionais para participarem democraticamente das conferências no âmbito regional, municipal, estadual e federal. Para que se torne uma prática da gestão na qualidade de indicadores.</p> <p>3 Qualificar os profissionais para atender pessoas com deficiência, étnica racial, LGBTQIAP+ e outros a fim de garantir os direitos humanos.</p> <p>4. Descentralizar o espaço do aprender social para qualificação da rede.</p>	<p>poder público, usuários e trabalhadores.</p> <p>2. Promover ações que qualifiquem os usuários e profissionais para participarem democraticamente das conferências no âmbito regional, municipal, estadual e federal. Para que se torne uma prática da gestão na qualidade de indicadores.</p>	<p>público, usuários e trabalhadores.</p> <p>2. Promover ações que qualifiquem os usuários e profissionais para participarem democraticamente das conferências no âmbito regional, municipal, estadual e federal. Para que se torne uma prática da gestão na qualidade de indicadores.</p>
---	--	--	--

<p>impeça a participação social e democrática.</p>			
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Potencializar a articulação dos serviços da Política da Assistência Social junto aos coletivos e movimentos sociais a fim de consolidar uma rede intersecretarial/intersectorial no Itaim Paulista.</p> <p>2. Criar um fluxo entre os serviços da política da proteção básica e proteção especial da Assistência Social junto aos equipamentos de saúde mental do território.</p> <p>3. Melhorar a estrutura dos equipamentos e aumentar o quadro de RH dos serviços de Assistência</p>	<p>1. Descentralizar e ampliar a oferta de qualificação e educação permanente aos profissionais e atores do SUAS.</p> <p>2. Criar um fluxo entre política de Assistência Social e a política de Habitação para acesso aos municípios de auxílio aluguel e à moradia, com planejamento intersectorial pré e pós instalação de empreendimentos de moradia popular.</p> <p>3. Melhorar a estrutura dos equipamentos e aumentar o quadro de RH dos serviços de Assistência</p>	<p>1. Ampliar o atendimento e garantir acessibilidade em sua completude nos serviços de Assistência Social para pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, imigrantes/refugiados, comunidades tradicionais, população em situação de rua e idosos.</p>	<p>1. Garantir a participação popular na elaboração do Plano Plurianual - PPA através de uma lei que responsabilize o poder público na realização de campanhas de sensibilização e recursos para a garantia desse direito.</p>

<p>Social para qualificar e efetivar o atendimento à população.</p> <p>4. Implementar equipamentos e potencializar o acesso das famílias que possuem pessoas com deficiência aos serviços existentes na rede intersetorial para ganho de autonomia e maior participação social.</p>	<p>Social para qualificar e efetivar o atendimento à população.</p> <p>4. Efetivar o que é preconizado no SUAS com relação a autonomia do usuário eliminando o etarismo e outras discriminações para inserção no CEDESP.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar a rede direta de serviços (CRAS e CREAS) e rede indireta de serviços: CCAs, NClIs, SASFs, CEDESP, NAISPD, República Jovem e CDI nos Distritos de Itaim e Curuçá.</p> <p>2. Implantar Centro de Acolhida Adulto para pessoas em situação</p>	<p>1. Criar um SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a faixa etária de 4 a 5 anos, 11 meses e 29 dias ou ampliar a faixa etária de atendimento dos CCAs.</p> <p>2. Criar articulação entre as Secretarias da Assistência Social e Habitação para garantir auxílio aluguel às famílias em extrema</p>	<p>1. Expandir o projeto piloto Casa da Mulher Brasileira, articulação entre as Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos e Segurança Pública, a exemplo no bairro do Cambuci para as demais regiões do estado.</p> <p>2. Implantar uma equipe multidisciplinar para dar</p>	<p>1. Mudar nome CadÚnico para Cartão SUAS em contraponto ao Cartão SUS, visando ampliar a compreensão da Política da Assistência Social na população.</p> <p>2. Criar um serviço de cuidadores de idosos e/ou incentivar parcerias público-privadas para capacitação de</p>



<p>de rua e um Centro de Referência para Imigrantes – CRAI.</p> <p>3. Ampliar a carga horária (turno matutino) do CEDESP do Curuçá, bem como reabertura dos CCAs na Comunidade do Boi, Tijuco Preto e na Cripa.</p> <p>4. Implantar capacitação profissional no CEDESP que esteja voltado não apenas para o micro empreendedorismo, mas também para as necessidades do mundo do trabalho.</p> <p>5. Realocar o equipamento CRAS Itaim 2 para imóvel adequado visando acessibilidade, garantia de atendimento sigiloso, com provisões físicas e materiais compatíveis com o preconizado na portaria 46/SMADS/2010.</p>	<p>vulnerabilidade, que moram de aluguel, em moradias precárias e áreas de ocupações.</p> <p>3. Ampliar o quadro de RH dos trabalhadores do SUAS das redes direta e indireta por território considerando os indicadores de vulnerabilidade social do COVIS e promover capacitações continuadas para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>4. Criar um serviço para população egressa do sistema carcerário, dentro da proteção especial para essa superação.</p>	<p>suporte aos serviços socioassistenciais, contemplando os profissionais e usuários dos serviços, considerando a complexidade das demandas.</p>	<p>cuidadores de idosos que possam dar suporte aos idosos com dependência e seus familiares em seus domicílios, considerando a condição socioeconômica familiar para custeio parcial ou impossibilidade de custeio.</p>
---	---	--	---

EIXO 5



Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. A plenária referendou a decisão do grupo que considerou não haver propostas de âmbito regional para o Eixo 5.</p>	<p>1. Ampliar as concessões do benefício de renda mínima, bem como, o público alvo, incluindo famílias unipessoais e também o valor de transferência de renda.</p> <p>2. Regularizar os benefícios eventuais, criando um orçamento específico destinado para os mesmos, possibilitando, efetivar os benefícios eventuais pactuados pela LOAS.</p> <p>3. Regularizar o benefício eventual alimentar, concedido por meio de cartão magnético, vale/voucher para famílias em vulnerabilidade social.</p>	<p>1. Reativar o programa renda cidadã e ação jovem, bem como, ampliar o valor do benefício.</p> <p>2 .Ampliar a inserção no programa Vale gás, bem como, desburocratizar o pagamento e aumentar o número de parcelas.</p>	<p>1. Articular e efetivar ações com demais políticas públicas, como trabalho e Educação, possibilitando que as famílias beneficiárias do programa bolsa família, possam construir possibilidades através de capacitações e formações, objetivando a inserção e a reinserção no mercado de trabalho, favorecendo a emancipação.</p> <p>2. Possibilitar o acesso ao BPC a famílias que tenham renda de até um salário mínimo, através de trabalho em regime CLT, estatutário e autônomo, garantindo direitos iguais a famílias de membros que possuem renda de aposentadoria ou benefícios sociais, com o mesmo valor</p>

			sem comprovação de gastos eventuais.
--	--	--	--------------------------------------

6.13. CONFERÊNCIA REGIONAL DE ITAQUERA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a abertura (via editais) de novos serviços, NCI e CENTRO DIA no território de Itaquera, bem como implantar ILPI para melhorar a área de atendimento da nossa população idosa.</p> <p>2. Ofertar aos usuários rede de internet e a infraestrutura tecnológica de qualidade para garantir a participação e o controle social.</p> <p>3. Garantir o vale transporte para familiares dos usuários dos serviços socioassistenciais. Ao</p>	<p>1. Garantir orçamento e estudos necessários para implantação do benefício eventual de alimentação (cesta básica) via cartão magnético, com valor suficiente para suprir alimentação de caráter emergencial do usuário.</p> <p>2. Extinguir as emendas parlamentares com incorporação deste orçamento no Fundo Municipal da Assistência Social garantindo mais equidade e menos paternalismo.</p>	<p>1. Reajustar anualmente o repasse dos serviços socioassistenciais, de acordo com a inflação, devido as mudanças econômicas e sociais que impactam os custos operacionais, garantindo a qualidade da prestação dos serviços, retendo profissionais capacitados, cumprindo com as obrigações legais e adaptando-se às especificidades regional.</p>	<p>1. Garantir 5% do orçamento municipal para execução da política de assistência social, ampliando o orçamento destinado aos Programas de Transferência de Renda (PTR), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefício eventual, bem como, realizar a ampliação do número de beneficiários a serem contemplados, desbloqueando os benefícios de famílias unipessoais considerando as</p>



<p>assegurar o acesso à assistência, fortalecemos os vínculos familiares, reduzimos o isolamento social e apoiamos famílias vulneráveis. Essa medida também incentiva a continuidade dos atendimentos e se alinha com políticas de mobilidade urbana, contribuindo para a inclusão social e sustentabilidade</p>	<p>3. Garantir recursos para horas técnicas em todas as tipificações e plano de capacitação a entidades, trabalhadoras (es), usuárias (os), governamentais e controle Social (COMAS) com temas consensuados entre todos os segmentos e descentralizados do ESPASO (Espaço público do aprender social).</p> <p>4. Assegurar recursos para um Plano de Comunicação abrangente e eficiente, com o objetivo de divulgar de forma ampla e elucidativa os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios disponibilizados pelo SUAS.</p> <p>5. Garantir de recursos para ampliação do quadro de recursos humanos em todas as tipificações da Proteção Social, bem como a recomposição salarial da tabela SMADS (diretos e indiretos), valorização dos salários e benefícios para os trabalhadores(as) do SUAS, ajuste das demais despesas. Assim</p>	<p>2. Aumentar especificamente a verba de alimentação nos equipamentos, considerando os impactos na segurança alimentar, saúde e desenvolvimento dos usuários</p>	<p>necessidades específicas desses usuários.</p> <p>2. Avançar no congresso nacional a aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p>
--	--	---	---



	como equiparação salarial do assistente técnico com as demais categorias como assistente social e psicólogo e a insalubridade para os serviços de proteção social básica.		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal

<p>1. Ampliar a capacitação continuada aos trabalhadores/as da assistência social para melhor exercício da execução dos serviços prestados aos usuários e familiares.</p> <p>2. Garantir a abertura de novos serviços que atendem crianças, adolescentes, idosos, população em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN+ entre outros (CEDESP; CCA; CJ; CIRCO SOCIAL, RESIDENCIA INCLUSIVA e CCINTER) de acordo com a demanda atualizada, bem como ampliação de RH no serviço já existente/SPVV na região de Itaquera, a fim de promover a acolhida e minimizar os agravos de vulnerabilidade a população do território.</p> <p>3. Oportunizar aos usuários, rede de internet e a ampliação da infraestrutura tecnológica para</p>	<p>1. Efetivação do Conselho Gestor da Assistência Social descentralizados no SUAS. Além de garantir a participação popular em outras diferentes instâncias de processos democráticos.</p> <p>2. Dar visibilidade por meio da divulgação das Políticas Públicas e serviços a fim de ampliar a participação social</p> <p>3. Valorização salarial, local adequado para o atendimento e melhores ações de cuidados para todos os trabalhadores/as do SUAS.</p> <p>4. Ampliação dos prazos e aumento da divulgação dos editais, nos diversos canais de comunicação, para garantir a plena participação social de todas as organizações interessadas.</p>	<p>1. Coparticipação do governo estadual na implantação e manutenção dos serviços socioassistenciais tipificados no município.</p> <p>2. Criar canal de comunicação aberto através de diversos meios como: por telefone; SMS; e-mail; WhatsApp. Necessário também a divulgação do SUAS em canais de comunicação em massa como por exemplo TV e rádio, redes e sites oficiais.</p>	<p>1. Criar canal de comunicação aberto através de diversos meios como: por telefone; SMS; e-mail; WhatsApp. Necessário também a divulgação do SUAS em canais de comunicação em massa como por exemplo TV e rádio, redes e sites oficiais.</p>
---	---	---	--



garantir a participação dos usuários no controle social

4. Criação de mecanismos para acesso das Organizações da Sociedade Civil às informações, que proporcionem debates e sugestões dos usuários para melhoria dos serviços. Canal de comunicação aberto através de diversos meios como: por telefone; SMS; e-mail; WhatsApp. Necessário também a divulgação do SUAS em canais de comunicação em massa como por exemplo TV e rádio, superando as barreiras tecnológicas.

5. Garantir a liberação para a participação dos profissionais nos espaços de controle social.



EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Qualificar o atendimento dispondo de materiais, infraestrutura, insumos, recursos audiovisuais, pedagógicos em quantidade e de acordo com a especificidade do público a ser atendido.</p> <p>2. Garantir espaços adequados para trabalhadores e atendimentos aos usuários/as/es, priorizando estruturas em próprios municipais e em condições dignas para executar a atenção e proteção social. Respeitando a Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência – Lei 13146/2015.</p> <p>3. Viabilizar a participação dos trabalhadores em espaços deliberativos e de articulação, fóruns, conferências, rede intersetorial, seminários,</p>	<p>1. Estabelecer estruturas de participação e deliberação coletivas por meio de portarias intersecretariais, contemplando trabalhadoras/es, usuárias/os/es, sociedade civil, coletivos, movimentos sociais e gestão em defesa dos direitos, para garantir a equidade.</p> <p>2. Revisar e garantir a composição de equipes mínimas em quantidade, diversidade com equipes multidisciplinares, de acordo com a necessidade do território.</p> <p>3. Garantir espaços adequados para trabalhadores e atendimentos aos usuários/as/es, priorizando estruturas em próprios municipais e em condições dignas para executar</p>	<p>1. Revisar e garantir a composição de equipes mínimas em quantidade, diversidade com equipes multidisciplinares, de acordo com a necessidade do território.</p> <p>2. Viabilizar a participação dos trabalhadores em espaços deliberativos e de articulação fóruns, conferências, redes intersetoriais, seminários, comissões, comitês técnicos e conselhos para a melhoria nas relações de trabalho, sem precarização e assédio moral.</p>	<p>1. Viabilizar a participação dos trabalhadores em espaços deliberativos e de articulação, fóruns, conferências, redes intersetoriais, seminários, comissões, comitês técnicos e conselhos para a melhoria nas relações de trabalho, sem precarização e assédio moral.</p>



<p>comissões, comitês técnicos e conselhos para a melhoria nas relações de trabalho, sem precarização e assédio moral.</p> <p>4. Implementar, qualificar e garantir formações presenciais dentro da jornada de trabalho, com temáticas que atendam às demandas dos trabalhadores e de usuários/as/es, de forma que não prejudique o atendimento.</p> <p>5. Garantir a participação dos/as/es usuários/as/es em diferentes espaços de formação, qualificação, sensibilização e escuta na construção de parâmetros para atendimentos qualificados e no combate à discriminação, estigma e toda a forma de preconceito e racismo.</p>	<p>a atenção e proteção social. Respeitando a Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015.</p> <p>4. Implementar, qualificar e garantir formações presenciais dentro da jornada de trabalho, com temáticas que atendam às demandas dos trabalhadores e de usuários/as/es, de forma que não prejudique o atendimento, garantindo a participação dos segmentos nos espaços de formação, qualificação, sensibilização e escuta na construção de parâmetros para atendimentos qualificados e no combate à discriminação, estigma e toda a forma de preconceito e racismo.</p>		
--	--	--	--

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a abertura e ampliar novos serviços (República Jovem, CRAS/CREAS, CRAI (Centro de Referência do Atendimento ao Imigrante), SASF, NCI, Centro de Acolhida, CEDESP, CCA; CJ; ILPI grau III, CIRCO SOCIAL e CCINTER) de acordo com a vulnerabilidade de cada território (Vila Verde, Vila Guarani, Pq. Savoy City, Comunidade da Paz, Jd. Cibelle, Jd. Helian, Parque do Carmo, Gleba do Pêssego, JdSta Terezinha, Cid. Líder) bem como ampliação de vagas no serviço já existente/SPVV, a fim de promover a acolhida e minimizar os agravos de violência ao público infantil e adolescente.</p> <p>2. Implantar um programa intersetorial que garanta a</p>	<p>1. Capacitar continuamente todos os trabalhadores da assistência social para melhor atendimento aos usuários dentro da política SUAS, considerando as especificidades de cada serviço, conforme a NOB/RH-SUAS.</p> <p>2. Conceder acesso dos sistemas CCP e SISC aos serviços da rede parceirizada, e implantar o Sistema de Informação Unificado (Prontuário Único).</p> <p>3. Garantir acessibilidade no atendimento presencial e/ou remoto dos usuários com deficiência em suas diversas barreiras (física, auditiva, visuais, entre outros) aos serviços da rede socioassistencial com ampla e contínua divulgação</p>	<p>1. Divulgar e desburocratizar o acesso da pessoa com deficiência para utilizar serviços do território através do ATENDE ou bilhete único especial, de forma a ampliar a participação da pessoa com deficiência na rede Socioassistencial.</p>	<p>1. Implantação do Sistema Único de Informação (Prontuário eletrônico).</p> <p>2. Revisar os critérios de acesso aos programas de Transferência de Renda a fim de que os gastos não sejam contabilizados como renda e que haja uma ampliação e padronização do valor da renda per capita entre os benefícios de transferência de renda para um quarto do salário mínimo</p>



segurança alimentar ao público de maior vulnerabilidade.

Implantar serviços e estudos específicos de situações de emergência e calamidade pública, bem como, a ampliação do RH da Coordenação de Pronto Atendimento Social (CPAS).

3.Melhoria e aumento da oferta de atendimento existente para a população usuária dos serviços da Política de Assistência Social, através de espaço físico adequado, ampliação do quadro de Recursos Humanos Técnico (Psicólogo, Pedagogo e Assistente Social) e inserção de equipes multiprofissionais nos serviços, para atendimento integral do usuário, permitindo que estes ocupem os espaços de direito; bem como criação de indicadores que permitam sinalizar as necessidades

dos territórios e suas especificidades regionais.			
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Desburocratizar o acesso ao Cadastro Único através da Ampliação da agenda, contratação de entrevistadores sociais e criação de postos de cadastro, além de possibilitar que cadastradores estejam presentes em outros serviços do território.</p> <p>2. Simplificar e garantir o acesso ao agendamento do Cadastro Único contrapondo as barreiras tecnológicas para aqueles que não têm acessibilidade com possibilidade de agendamento presencial.</p>	<p>1. Regular os seguintes benefícios eventuais: vale transporte, pagamento de luz e água, instrumento de trabalho, pequenos reparos na moradia e auxílio funeral.</p> <p>2. Garantir que a SMADS seja a responsável pela sensibilização e capacitação dos entrevistadores sociais, a fim de que conheçam as especificidades da população atendida em cada distrito e não sejam criados mais empecilhos para o acesso aos direitos e benefícios sociais.</p> <p>3. Descentralizar as decisões sobre concessões de benefícios</p>	<p>1. Garantir um plano de comunicação de divulgação do SUAS (Serviços, Programas, Projetos e benefícios) construídos coletivamente de forma descentralizada e geral.</p>	<p>1. Descongelar a PEC do Teto de Gastos de forma a que a Política de Assistência Social tenha mais recursos para manutenção dos Programas de Transferência de Renda.</p>



	<p>eventuais e os programas de transferência de renda, possibilitando a autonomia da avaliação do profissional que acompanha a família no território.</p> <p>4. Garantir Segurança Alimentar e Nutricional a partir de oferta de alimentos, reconfigurando a composição do benefício eventual ora ofertado pelo CRAS.</p> <p>5. Adotar o cartão alimentação para o atendimento das demandas específicas das famílias, dando autonomia para o usuário. Além disso, garantir que o tempo de concessão do benefício seja estendido de acordo com a vulnerabilidade do usuário</p>		
--	--	--	--



6.14. CONFERENCIA REGIONAL DO JABAQUARA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Garantir recursos financeiros para implantar unidades de referência (CRAS/CREAS/CENTRO POP) de acordo com a NOB-RH SUAS.	1. Garantir recursos para Horas Técnicas em todas as tipificações e Plano de Capacitação a Entidades, Trabalhadoras (es), Usuárias (os), governamentais e Controle Social (COMAS) com temas consensuados entre todos os segmentos e descentralizados do ESPASO (Espaço Público do Aprender Social).	1. Criar mecanismos de repasse estadual fundo a fundo para os municípios financiarem as capacitações, realizar parceria com a EDESP, objetivando aprimorar a capacitação continuada nos municípios para cumprir as diretrizes da política nacional de educação permanente PNPEP/SUAS.	1. Garantir o repasse fundo a fundo da União para estados e municípios visando financiar capacitações, propostas pelo município de São Paulo e demais municípios, visando aprimorar a capacitação continuada para as redes socioassistenciais do município de São Paulo e demais municípios, objetivando desenvolver nos(as) trabalhadores(as) habilidades para a melhoria da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, conforme preconizado pela Política Nacional de Educação Permanente.

<p>2. Garantir recursos financeiros para implantação e ampliação de serviços socioassistenciais de atendimento à população em situação de rua, conforme diagnóstico territorial, priorizando a implementação de Núcleos de Convivência.</p> <p>3. Destinar recursos financeiros mediante diagnóstico do território, contemplando a abertura de um Centro Dia para Idoso e Núcleo de Convivência do Idoso – NCI.</p> <p>4. Destinar recursos financeiros para a implementação de duas unidades de Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo – CEDESP noturno</p>	<p>2. Assegurar recursos financeiros para um Plano de Comunicação abrangente e eficiente, com o objetivo de divulgar de forma ampla e elucidativa os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios disponibilizados pelo SUAS.</p> <p>3. Garantir recursos financeiros para recomposição da tabela SMADS (NORMA TÉCNICA), valorização e ampliação do RH e ajuste das demais despesas. Assim como equiparação salarial com as demais categorias (Assistente Social, Psicólogo e demais categorias do SUAS).</p> <p>4. Destinar verba para o ESPASO (Espaço Público do Aprender Social), considerando o como uma unidade de despesa, para aprimorar as capacitações ofertadas uma vez que conforme disposto no plano decenal de Assistência Social (2016 – 2026) que possui dentre seus objetivos fomentar a educação permanente</p>		<p>2. Articular com o Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p>
--	---	--	--

	<p>dos(as) trabalhadores(as) dos serviços socioassistenciais.</p> <p>Garantir repasse financeiro para OSC, quando houver acordo de convenção coletiva para pagamento de questões trabalhistas.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Efetivar a criação do Conselho Gestor Regional das unidades da Política da Assistência Social, que tenha representatividade paritária, dos usuários, trabalhadores do SUAS, representantes das OSC's, Gestão, Movimentos sociais e Representantes de outras Políticas do Território Jabaquara, e que este Conselho tenha lugar de fala no COMAS.</p> <p>2. Criar, viabilizar e executar um calendário anual com encontros, reuniões e palestras em locais</p>	<p>1. Promover e executar a formação continuada aos trabalhadores da assistência social, conforme o Plano de Educação Permanente, para atuar com pessoas com deficiência, dentro do prazo de 01 ano a contar da data da 15ª. Conferência Municipal.</p> <p>2. Priorizar no orçamento municipal, ações para redução de desigualdades no território, com a participação popular na implementação dos serviços socioassistenciais.</p>	<p>1. Favorecer e incentivar a efetiva participação dos usuários nos conselhos e fóruns de controle social, oferecendo meios concretos que viabilizem a sua participação (transporte, acesso à equipamentos tecnológicos, etc.)</p>	<p>1. Viabilizar recursos financeiros para criação do Plano de Combate à Violência Contra os Trabalhadores(as) do SUAS.</p> <p>2. Realizar Concursos públicos para aumento de RH da rede direta.</p>



<p>estratégicos, dentro das comunidades, com intuito de potencializar as informações básicas necessárias para que o usuário se familiarize com as políticas existentes.</p>	<p>3. Efetivar a criação dos Conselhos Gestores Regionais das unidades da Política da Assistência Social, que tenham representatividade paritária, dos usuários, trabalhadores do SUAS, representantes das OSC's, Gestão, Movimentos sociais e Representantes de outras Políticas.</p> <p>4. Favorecer e incentivar a efetiva participação dos usuários nos conselhos e fóruns de controle social oferecendo meios concretos que viabilizem a sua participação (transporte, acesso à equipamentos tecnológicos, etc.).</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Efetivar um conselho gestor que abranja os serviços diretos, redes parceiras e usuários.</p>	<p>1. Facilitar a acessibilidade do usuário (pessoa idosa e pessoas com deficiência) aos serviços</p>	<p>SEM PROPOSTA</p>	<p>1. Revisar a tipificação dos serviços da política de assistência social, ampliando o</p>

<p>2. Ampliar o número de unidades de CRAS do Jabaquara, conforme NOB-SUAS RH pra garantir o atendimento da população do território.</p> <p>3. Criar um Fórum de usuários da rede socioassistencial para garantir o direito de voz a eles.</p> <p>4. Garantir o cumprimento e a prioridade do atendimento à pessoa idosa e pessoa com deficiência nos equipamentos públicos.</p>	<p>(transporte: pessoas idosas com locomoção parcial, tais como, sarcopenia, deficientes visuais e seus acompanhantes e acesso à internet).</p> <p>2. Criar canais de ouvidoria acessíveis em relação aos serviços, especificamente para SMADS (presencial, e-mail, via telefone).</p>		<p>número de RH para os serviços da Proteção Básica e Especial.</p>
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar e implantar os serviços no território do Jabaquara, de CCA's, NCI's, CDCM's, CDI's, SASF's, CAE Mulheres, CAE Trans, CJ, NAISPD's, Núcleo de Convivência POP/Rua, CAE Idoso, CAE Família, ILPI's,</p>	<p>1. Garantir a participação de todos os trabalhadores do SUAS, Conselhos Municipais para revisão e adequação da Portaria nº 46.</p> <p>2. Garantir a ampliação do RH especificamente, com a contratação de profissionais de</p>	SEM PROPOSTA	<p>1. Garantir o cofinanciamento para ampliação da contratação dos diversos profissionais conforme tipificação NOB-RH/SUAS, inclusive com equiparação salarial de todos os trabalhadores.</p>



<p>CRAS's e Residência Inclusiva para Pessoas com Deficiência Intelectual.</p>	<p>Serviço Social e Psicologia, no Ambito da Proteção Social Básica</p> <p>3.Garantir horas técnicas a todos os profissionais dos serviços municipais da Proteção Básica e Especial.</p> <p>4.Criar comissões no âmbito territorial para mobilizar os serviços de modo a disseminar informações sobre a política e fomentar a participação nas conferências de forma contínua.</p> <p>5.Garantir o acesso à informação sobre os serviços que compõem a Política da Assistência Social, inclusive facilitando o acesso para atualização do Cadastro Único por meio de um aplicativo.</p>		<p>2.Reduzir a carga horária dos trabalhadores do SUAS para 30 horas semanais.</p>
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<p>1.Garantia de um Plano de Comunicação de divulgação do SUAS (Serviços, Programas, Projetos e Benefícios) construído coletivamente de forma descentralizada e geral.</p>	<p>1. Garantia de um Plano de Comunicação de divulgação do SUAS (Serviços, Programas, Projetos e Benefícios) construído coletivamente de forma descentralizada e geral.</p> <p>2.Garantir a todos os serviços que atendem pessoas com deficiência sem autonomia e em situação de dependência, transportes do serviço para levar e buscar o usuário de casa para o serviço ou para demais encaminhamentos e demandas.</p>	<p>1.Garantia de um Plano de Comunicação de divulgação do SUAS (Serviços, Programas, Projetos e Benefícios) construído coletivamente de forma descentralizada e geral.</p> <p>2.Garantir que o programa Renda mínima seja ampliado para a toda a população inscrita no Cadastro Único, pois ele e somente ofertado para alguns trabalhadores que efetuaram o cadastro no sistema.</p>	<p>1.Garantir o direito ao BPC para responsáveis legais da pessoa com deficiência e idoso sem autonomia e em situação de dependência um valor mínimo oportunizando uma renda básica, prevenindo a vulnerabilidade social da família por falta de vínculo empregatício, garantindo adaptações razoáveis para inclusão social da pessoa com deficiência, conforme preconizada na lei Brasileira de Inclusão.</p> <p>2.Considerando que o preenchimento do Meu CadÚnico se faz na forma auto declaratória, propomos que o aplicativo do Meu CadÚnico seja adequado/aperfeiçoado a exemplo de aplicativos utilizados no período pandêmico e a garantia do cadastramento 100% online</p>
--	--	---	---



			para famílias que possuem condições tecnológicas, garantindo às famílias que não tenham esse acesso maior disponibilidade no atendimento presencial, assegurando que o cadastramento seja do contexto administrativo não tendo validade e nem autonomia técnica para concessão dos benefícios e transferência de renda.
--	--	--	---

6.15. CONFERENCIA REGIONAL DO JAÇANÃ/TREMembÉ

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Garantir orçamento para a manutenção dos equipamentos de CRAS e CREAS da SAS Jaçanã/Tremembé, bem como de	1. Aumentar o repasse de verbas para a ampliação do quadro de RH para os serviços que trabalham com idosos, CDI, NCI, CCinter, e no caso do CDI, reduzir	1. Criar um recurso específico para manutenções e adequações dos equipamentos físicos de atendimento à rede	1. Gestão com o Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o

<p>mobiliários e adequação para acessibilidade.</p> <p>2. Equiparação de valores de vale transporte para todos os usuários da rede socioassistencial da proteção básica.</p> <p>3. Garantir a formação continuada dos profissionais do SUAS, considerando a amplitude e complexidade das demandas sociais.</p> <p>4. Além disso a valorização desses profissionais por meio de melhores condições de trabalho e remuneração, sendo fundamental para atrair e manter talentos.</p>	<p>a jornada de trabalho para 30 horas sem prejuízo dos vencimentos, com adicional de insalubridade e a não substituição dos enfermeiros.</p> <p>2. Aumentar recursos para recomposição da tabela SMADS, valorização do RH e ajuste das demais despesas. Assim como equiparação salarial com as demais categorias (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Sociólogo e Advogado).</p> <p>3. Aumentar recursos para ampliação do quadro de recursos humanos, incluindo profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos (as) em todas as tipificações da Proteção Social Básica.</p> <p>4. Valorizar salários dos trabalhadores operacionais (cozinheira, auxiliar de cozinha, auxiliar de limpeza) que</p>	<p>socioassistencial da cidade de São Paulo.</p>	<p>adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p>
---	--	--	---



	<p>atualmente ganham menos que o piso estadual.</p> <p>5. Implementar orçamento participativo na Assistência Social no âmbito municipal.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a criação de ciclos formativos permanentes a fim de preparar, articular e envolver usuários e familiares do território na participação da elaboração e execução das Políticas da Assistência Social.</p> <p>2. Fortalecer e ampliar os espaços de participação na discussão e construção da Política de Assistência Social na região, garantindo a articulação e envolvimento dos usuários e famílias nos territórios.</p>	<p>1. Garantir novos concursos para contratação de mais profissionais com níveis diversos de escolaridade para CREAS, CRAS, Centro Pop, bem como RH em geral para o SUAS para que a população seja melhor atendida através de servidores públicos concursados, que continuam na Administração Pública, independente da Gestão e, dessa forma, contribuem para a evolução do SUAS no âmbito</p>	<p>1. Garantir que a gestão estadual respeite e ouça os Conselhos da Assistência Social, Conselho de População em situação de Rua e especialistas no tema para planejamento das ações nas regiões denominadas como “cracolândia”.</p>	SEM PROPOSTA



<p>3. Garantir novos concursos para contratação de mais profissionais com níveis diversos de escolaridade para CREAS, CRAS, Centro Pop, bem como RH em geral para o SUAS para que a população seja melhor atendida através de servidores públicos concursados, que continuam na Administração Pública, independente da Gestão e, dessa forma, contribuem para a evolução do SUAS no âmbito regional para garantir os mecanismos de controle social</p>	<p>municipal para garantir os mecanismos de controle social.</p> <p>2. Garantir a criação de ciclos formativos permanentes a fim de preparar, articular e envolver usuários e familiares do território na participação da elaboração e execução das Políticas da Assistência Social.</p> <p>3. Garantir a materialização das deliberações por meio de ações concretas de implementação pelo COMAS SP, fortalecendo a participação ativa dos usuários e da sociedade civil no processo decisório.</p> <p>4. Garantir a implantação dos Conselhos Gestores dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS / CREAS / Centro Pop, conforme estabelecido pela Resolução SMADS/COMAS nº 1430 de 19 de março de 2019,</p>		
--	--	--	--



	<p>garantindo a efetiva participação dos usuários no planejamento, avaliação, fiscalização e controle da Política da Assistência Social.</p> <p>5. Fortalecer e ampliar os espaços de participação na discussão e construção da Política de Assistência Social no município, garantindo a articulação e envolvimento dos usuários e famílias nos territórios.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Criar um Fórum Permanente, articulado através de diálogo junto as respectivas pastas: Educação, Cultura, Assistência Social, Saúde, Esporte, Habitação, Meio Ambiente, Emprego e Renda, entre outras junto	1. Criar Conselhos gestores nos serviços e equipamentos da Assistência Social, que atendam a proteção social básica e especial, com o objetivo de estimular a participação social no espaço	1. Estimular a articulação de editais para captação de recursos visando uma burocracia mínima a fim de incentivar a elaboração de projetos a partir da escrita	1. Estimular a articulação para a publicação de editais para captação de recursos visando uma burocracia mínima a fim de incentivar a elaboração de projetos a partir da escrita

<p>à comunidade, para qualificar as demandas intersectoriais do território, estimulando o poder público a articular junto a essas pastas estratégicas que fomentem um programa de ação integrado.</p> <p>2. Criar Conselhos gestores nos serviços e equipamentos da Assistência Social, que atendam a proteção social básica e especial, com o objetivo de estimular a participação social no espaço utilizado pelos usuários e no âmbito do SUAS.</p> <p>3. Criar melhoria nas relações e condições de trabalho, com qualificação permanente dos trabalhadores com a humanização das relações inclusivas de trabalho.</p>	<p>utilizado pelos usuários e no âmbito do SUAS.</p> <p>2. Garantir que os equipamentos da assistência social estejam em condições dignas para executar a atenção e proteção social.</p> <p>3. Garantir a capacitação dos profissionais de forma permanente, que garantam o atendimento qualificado aos usuários e suas demandas específicas, contribuindo para a acessibilidade de todos.</p> <p>4. Fomentar a realização de projetos que promovam a educação em Assistência Social, de modo que as organizações, serviços e trabalhadores esclareçam e divulguem os direitos dos usuários, promovendo também espaços de formação para usuários e comunidade.</p>	<p>lúdica, construída junto às pessoas com deficiência.</p> <p>2. Garantir que os serviços socioassistenciais dos territórios mantenham uniformidade nas informações concernentes aos encaminhamentos, por meio de espaços que promovam discussão de casos e atualização das orientações, para acesso aos serviços a fim de evitar transtornos aos usuários.</p>	<p>lúdica construída junto às pessoas com deficiência.</p>
--	--	--	--

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a realização periódica do mapeamento dos territórios de Jaçanã/Tremembé, a fim de ter clara as demandas e necessidades sociais, bem como as ofertas e serviços, programas e projetos existentes, visando melhorias.</p> <p>2. Implementar, ampliar e garantir a manutenção de toda a rede de serviços socioassistenciais previstos na tipificação nacional para efetivar o atendimento, priorizando de acordo com a demanda dos territórios, considerando os índices de vulnerabilidade e risco social.</p> <p>3. Implementar projeto de gestão híbrida nos serviços de RI, RT, NAISPD, Saica, CDI e ILPI, garantindo a intersectorialidade no atendimento a demanda de saúde e assistência</p>	<p>1. Atualizar a Tipificação dos serviços socioassistenciais com a participação dos\os trabalhadores\ras e dos usuários/as.</p> <p>2. Implementar Sistema de Prontuário Eletrônico Único na Proteção Básica possibilitando aos trabalhadores da Rede Socioassistencial consultar e alimentar o histórico de atendimento dos usuários, preservando o sigilo das informações, conforme legislações vigentes.</p> <p>3. Ampliar a agenda diária de atendimento do CADUNICO, facilitar o acesso dos usuários quanto ao agendamento, aumentar o número de</p>	<p>1. Promover capacitação técnica, orientação referente às tipologias dos serviços, programas e projetos, aos trabalhadores do SUAS para atendimento dos usuários das diversas demandas identificadas, de forma continuada para todos os trabalhadores do SUAS.</p>	<p>1. Promover capacitação técnica, orientação referente às tipologias dos serviços, programas e projetos, aos trabalhadores do SUAS para atendimento dos usuários das diversas demandas identificadas, de forma continuada para todos os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Ampliar o número de visitadores (orientadores socioeducativos) e supervisores do Programa Criança Feliz do Governo Federal.</p>



<p>social com profissionais especializados no quadro de RH dos serviços.</p> <p>4. Garantir o quadro de RH de acordo com a demanda dos serviços com a implementação da função de educador volante.</p>	<p>cadastradores e unidades de atendimento para realização do cadastro.</p> <p>4. Padronizar a oferta de horas técnicas nos serviços da rede socioassistenciais.</p> <p>5. Desburocratizar a locação de imóvel, facilitando a implantação de Programas, projetos e serviços em território de maior vulnerabilidade.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliação dos canais para acesso à informação, divulgação e discussão referente aos programas de transferência de renda para os usuários dos serviços</p> <p>2. Garantir vale transporte para todos os usuários por meio de parcerias</p>	<p>1. Formular parcerias para retomar a oferta do benefício de hortifrutis para usuários da rede socioassistencial direta e indireta.</p> <p>2. Implementar um cartão para aquisição de alimentos da cesta básica (perecíveis e não</p>	<p>1. Garantir a implementação do Programa Ação Jovem com transparência e divulgação, respeitando a demanda existente.</p>	<p>2. Criar uma lei que regulamente os benefícios eventuais a fim de garantir a concessão independente das mudanças de gestão.</p> <p>3. Ampliar os critérios de análise para a concessão dos</p>

<p>SMADS e SPTrans para acesso aos serviços socioassistenciais da proteção básica e especial.</p> <p>3. Implementar sistema de prontuário eletrônico que possibilite aos trabalhadores da Rede Socioassistencial parceira consultar se os usuários são beneficiários de programas de transferência de renda e/ou atendidos com benefício eventual pelo CRAS/CREAS, preservando o sigilo das informações, conforme legislações vigentes.</p> <p>4. Promover capacitações e palestras com os trabalhadores e os usuários dos serviços, divulgando os benefícios sociais e PTR'S (quais os benefícios existentes, quais os critérios onde realizar os cadastros e etc.).</p>	<p>perecíveis) assegurando a autonomia do usuário.</p> <p>3. Melhorar o sistema de agendamento do Cadastro Único e ampliar o número de cadastradores nos postos municipais fixos e, nos móveis respeitando o parecer e a estrutura dos equipamentos socioassistenciais, visando acesso da população beneficiária para inserção e atualização.</p> <p>4. Criar uma parceria efetiva entre INSS e CRAS/CREAS para melhor atender os beneficiários do BPC.</p> <p>5. Regulamentar a lei do SUAS e o benefício eventual em curto prazo.</p>		<p>programas de transferência de renda/ benefícios abrangendo não somente a renda, despesas da família e rever a idade de concessão de BPC idoso de 65 anos para 60 anos.</p>
---	---	--	---

6.16. CONFERÊNCIA REGIONAL DA LAPA

EIXO 1

 Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1..Criar um grupo paritário de representantes do poder público e da sociedade civil da Assistência Social, para atuar junto ao Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p> <p>2.Garantir recursos para Horas Técnicas de formação continuada (transporte, alimentação e hospedagem), em todas as tipificações, e Plano de Capacitação a Entidades e Trabalhadoras (es) com temas consensuados entre todos os segmentos de forma descentralizadas (em todas as regionais).</p> <p>3.Ampliar financiamento de transporte para todos os usuários da rede socio assistencial para complementação da</p>	<p>1.Criar um grupo paritário de representantes do poder público e da sociedade civil da Assistência Social, para atuar junto ao Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p> <p>2.Garantir recursos para Horas Técnicas de formação continuada (transporte, alimentação e hospedagem), em todas as tipificações, e Plano de Capacitação a Entidades e Trabalhadoras (es) com temas consensuados entre todos os segmentos de forma descentralizadas (em todas as regionais).</p> <p>3.Destinar recursos para um Plano de Comunicação</p>	<p>1.Criar um grupo paritário de representantes do poder público e da sociedade civil da Assistência Social, para atuar junto ao Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p> <p>2.Ampliar financiamento de transporte para todos os usuários da rede socio assistencial para complementação da mobilidade entre escola/projeto/residência.</p>	<p>1.Criar um grupo paritário de representantes do poder público e da sociedade civil da Assistência Social, para atuar junto ao Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p> <p>2.Criar legislação que assegure as categorias profissionais em sua complexidade sem a necessidade do “TERMO TÉCNICO” VALORIZANDO AS CATEGORIAS DE ACORDO COM A CBO (Classificação brasileira de ocupações).</p>



<p>mobilidade entre escola/projeto/residência.</p> <p>4. Implantar serviços híbridos (assistência social e saúde) que visam assegurar os direitos de usuários em cuidados paliativos e transtornos mentais. (Médicos, Enfermeiros, Auxiliar de enfermagem, Cuidador de idoso e Farmacêutico)</p> <p>5. Destinar recursos para um Plano de Comunicação abrangente e eficiente, com o objetivo de divulgar de forma ampla e elucidativa os Serviços, Programas, Projetos e</p>	<p>abrangente e eficiente, com o objetivo de divulgar de forma ampla e elucidativa os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios disponibilizados pelo SUAS.</p> <p>4. Garantir recursos para ampliação do quadro de recursos humanos, incluindo profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos (as) em todas as tipificações da Proteção Social Básica.</p> <p>5. Garantir Recursos para recomposição da tabela SMADS (usando o índice do IPCA anual), valorização do RH e ajuste das demais despesas. Assim como equiparação salarial com as demais categorias (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo e Educador).</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal

<p>1. Ampliar os quadros de RH de controle e monitoramento do Poder Público para a garantia do Controle Social no território.</p> <p>2. Garantir que o Poder Público dialogue com os trabalhadores, os usuários, os Fóruns, os Conselhos e colegiados em relação à implantação dos novos serviços no território, levando em consideração as demandas e especificidades de cada distrito.</p> <p>3. Ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais no território.</p> <p>4. Ampliar a divulgação de espaços de participação como Conselhos, Fóruns e Conferências.</p> <p>5. Garantir horas técnicas para os serviços de proteção básica e especial, possibilitando horários flexíveis para a participação de todos os funcionários a fim de promover a qualidade dos serviços.</p>	<p>1. Ampliar os quadros de RH de controle e monitoramento do Poder Público para a garantia do Controle Social no território.</p> <p>2. Garantir que o Poder Público dialogue com os trabalhadores, os usuários, os Fóruns, os Conselhos, colegiados em relação à implantação dos novos serviços no território, levando em consideração às demandas e especificidades de cada distrito.</p> <p>3. Ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais do território utilizando mídias sociais, jornais de bairro, mídias sociais das OSCs, UBS, escolas, comunidades, entre outros.</p> <p>4. Ampliar a divulgação de espaços de participação como Conselhos, Fóruns, Conferências.</p> <p>5. Garantir horas técnicas para os serviços de proteção básica e especial, possibilitando horários flexíveis para a participação de todos os funcionários a fim de</p>	<p>1. Ampliar os quadros de RH de controle e monitoramento do Poder Público para a garantia do Controle Social no território.</p> <p>2. Garantir que o Poder Público dialogue com os trabalhadores, os usuários, os Fóruns, os Conselhos, colegiados em relação à implantação dos novos serviços no território, levando em consideração às demandas e especificidades de cada distrito.</p>	<p>1. Ampliar os quadros de RH de controle e monitoramento do Poder Público para a garantia do Controle Social no território.</p> <p>2. Garantir que o Poder Público dialogue com os trabalhadores, os usuários, os Fóruns, os Conselhos, colegiados em relação à implantação dos novos serviços no território, levando em consideração às demandas e especificidades de cada distrito.</p>
--	--	---	---



	promover a qualidade dos serviços.		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar os quadros de RH de controle e monitoramento do Poder Público para a garantia do Controle Social no território.</p> <p>2. Garantir que o Poder Público dialogue com os trabalhadores, os usuários, os Fóruns, os Conselhos, colegiados em relação à implantação dos novos serviços no território, levando em consideração às demandas e especificidades de cada distrito.</p>	<p>1. Estabelecimento de Política Pública de integração e articulação entre as secretarias como garantia de direitos.</p> <p>2. Investimento nos equipamentos de Assistência Social para ampliação de recursos, sejam físicos e/ou humanos.</p> <p>3. Capacitação continuada para os trabalhadores sociais, garantindo espaços para discussões e ações intersetoriais com o objetivo de construção de agendas conjuntas entre o poder público e sociedade civil.</p>	<p>1. Construir agenda permanente nos âmbitos REGIONAL, MUNICIPAL E ESTADUAL a partir de ações conjuntas entre diversas secretarias visando a atuação contínua no enfrentamento de situações de emergências.</p>	



EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Retomar os encontros sistematizados de articulação dos serviços de proteção básica no território.</p> <p>2.Retomada do fórum da infância e da adolescência no território.</p>	<p>1.Criação de um núcleo de serviço de período integral para adultos em situação de rua que garanta todas as refeições e higiene pessoal.</p> <p>2.Retorno do SEAS adulto, criança e adolescente como serviços separados.</p> <p>3.Revisão do quadro de RH dos serviços da Proteção Social Básica com a inclusão de um assistente social, um psicólogo e um educador volante no auxílio de busca ativa e no trabalho com as famílias.</p> <p>4.Criação ou implementação dos serviços híbridos para as pessoas com transtornos mentais não</p>	<p>1.Revisão da nomenclatura de cargos e salários, de serviços, projetos e programas, da Política de Assistência Social.</p>	<p>1.Desburocratização do acesso do usuário ao BPC idoso e pessoa com deficiência.</p>



	<p>oriundos de uso de substâncias psicoativas.</p> <p>5.Realização de concurso público para o cargo de assistente social visando equacionar a defasagem dos profissionais.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
	<p>1.Garantir acesso ao transporte público, para todos(as) os(as) usuários(as) dos serviços da Assistência Social.</p> <p>2.Garantir benefícios eventuais, através de cartão com o objetivo de dar autonomia para os(as) usuários(as).</p> <p>3.Garantir que o Município e as Regionais mantenham uma agenda permanente de diálogo, planejamento e comunicação, visando a concessão de</p>	<p>1.Retomar o Cartão Bom Prato, para pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade alimentar.</p> <p>2.Garantir que o Estado e Município mantenham uma agenda permanente de diálogo, planejamento e comunicação, visando a concessão de benefícios socioassistenciais, para a atuação contínua no enfrentamento de situações de emergências, tendo em</p>	<p>1.Unificação de valores para todas as transferências de renda, tendo o salário mínimo como referência de piso.</p>



	<p>benefícios socioassistenciais, para a atuação contínua no enfrentamento de situações de emergências, tendo em vista a experiência com a pandemia do Covid-19.</p> <p>4. Ampliar acesso a bolsas profissionalizantes (à exemplo do POT e Transcidadania) para inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social, a partir de discussão qualificada com a rede. Rever os critérios de idade, possibilitando o acesso para pessoas acima de 59 anos.</p> <p>5. Garantir acesso ao transporte público, para todos(as) os(as) usuários(as) dos serviços da Assistência Social.</p>	<p>vista a experiência com a pandemia do Covid-19.</p>	
--	--	--	--

6.17. CONFERÊNCIA REGIONAL DO M'BOI MIRIM

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos financeiros para ampliação do atendimento e reforma dos espaços em todos os serviços tipificados da política de Assistência Social.</p> <p>2. Revisar a Portaria 46/47/SMADS/2010 dentro da Planilha Referencial de acordo com a nova realidade pós-pandêmica e atual realidade do país.</p>	<p>1. Aumentar e garantir a verba para implementar na Pasta o quadro de RH, a taxa de insalubridade, o dissídio anual, outros benefícios.</p> <p>2. Implementar e ajustar orçamento na Pasta para ampliação do quadro de RH da rede direta (CRAS/CREAS/Centro Pop) e indireta (Proteção Social Básica e Especial)</p> <p>3. Implementar ajuste nos valores de repasse aos Serviços socioassistenciais de acordo com a inflação.</p>	<p>1. Garantir 5% do orçamento estadual para as políticas de Assistência Social.</p> <p>2. Não foi elaborada proposta.</p>	<p>1. Garantir 5% do orçamento da união para as políticas de Assistência Social.</p> <p>2. Não foi elaborada proposta.</p>

	<p>4. Aumentar o orçamento municipal da Assistência Social de 5 a 10%.</p> <p>5. Revisar a Portaria 46/47/SMADS/2010 dentro da Planilha Referencial de acordo com a nova realidade pós-pandêmica e atual realidade do país.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Articular ações dentro do território para dar vez e voz aos usuários, facilitando assim o seu acesso aos direitos e programas sociais, utilizando de uma linguagem acessível para os usuários dos serviços.</p> <p>2. Os serviços socioassistenciais da rede direta e indireta devem fomentar a criação de conselhos participativos como espaço de controle social e</p>	<p>1. Apresentar de forma clara para os usuários os canais de reclamações e ou dúvidas em relação aos Serviços da rede socioassistencial direta e indireta e criar um canal on-line de transparência para o acompanhamento do orçamento da Assistência Social.</p>	<p>1. Formação e capacitação continuada para profissionais da Assistência Social, acerca da política da Assistência e direitos sociais.</p> <p>2. Utilizar linguagens acessíveis de forma a alcançar a diversidade dos</p>	<p>1. Criar Canal de comunicação e visualização interligado entre as instâncias, federal, estadual, municipal e regional da Assistência Social dos Serviços ofertados.</p> <p>2. Criar formas de comunicação (nas diversas linguagens</p>

<p>participação dos usuários, contribuindo para uma gestão democrática, estimulando a participação popular e o protagonismo.</p> <p>3. Criar e implementar metodologias de compartilhamento das receitas e despesas dos Serviços, promovendo e facilitando o amplo acesso de usuários a estas informações.</p> <p>4. Promoção de audiências públicas através da SAS Regional para o acompanhamento e monitoramento das propostas criadas nas Conferências Regionais</p> <p>5. Articulação dos Serviços socioassistenciais diretos e indiretos para a maior participação dos usuários e sociedade civil nos fóruns regionais (Idoso, FAS, Saúde e inclusão) afim de valorizar a demanda de implantação de 3 CCINTER nos territórios, Vera Cruz, Cidade Ipava e Horizonte Azul. Além do Núcleo de Convivência para as Pessoas</p>	<p>2. Criação de conselhos participativos em todos os Serviços socioassistenciais diretos e indiretos da cidade de São Paulo, afim de garantir a execução e o monitoramento das políticas públicas de Assistência Social.</p> <p>3. Criar material e formação pré-conferência, publicizando a atividade com linguagem fácil e acessível a todos. Ex: vídeo, cordel, gibi, trap...etc.</p> <p>4. Criação e divulgação de canais de comunicação acessíveis na ouvidoria municipal exclusivo para as demandas dos adolescentes, jovens com linguagem assertiva.</p> <p>5. Promover formações para o conjunto dos trabalhadores e usuários do SUAS, de que o SUAS não é assistencialismo e</p>	<p>usuários da política de Assistência Social em sua totalidade.</p>	<p>artísticas) sobre as ofertas da Assistência Social aos cidadãos.</p>
---	--	--	---

em Situação de Rua, CA, Centro de Cidadania LGBTQIAP+.	sim política de Garantia de Direitos.		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar Serviços de Assistência nos bolsões ainda não atendidos na região, e implantação como, por exemplo, Centro POP, CDI e serviços de atenção LGBTQIAPN+.</p> <p>2. Criar uma política de acessibilidade e Serviços para pessoas com deficiência intelectual, e ampliação do serviço ATENDE e TEG para esse público e ampliação do sistema de transporte de inclusão gratuito, para todos e todas usuários(as) da Assistência.</p> <p>3. Promover eventos pontuais (virada da Assistência) nos distritos de M'Boi Mirim a fim de sanar a demanda de idosos e</p>	<p>1. Um canal de comunicação e divulgação para articulação entre os serviços intersetoriais da Assistência Social, publicizando ações e encaminhamentos entre as Secretarias/serviços pactuando o processo de acompanhamento junto a outras necessidades apontadas pelos Equipamentos/Serviços.</p> <p>2. Implantar em toda rede de CRAS o conselho gestor participativo e criar um Comitê de Ética para Gestores/Coordenadores dos equipamentos socioassistenciais, visando assegurar a</p>	<p>1. Reconhecer a insalubridade para Proteção Básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p> <p>2. Aumento de RH de acordo com a realidade de cada tipologia, conforme estabelecido nas Portarias, e promover formação continuada para os trabalhadores e usuários.</p>	<p>1. Ampliar mecanismos digitais de controle social efetivo para mensuração e cruzamento de dados das necessidades socioassistenciais, em especial de Proteção Básica do microterritório.</p> <p>2. Reconhecer a insalubridade para Proteção Básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p>



<p>de pessoas com deficiência ao acesso no CadÚnico e outros serviços.</p> <p>4. Criar um protocolo de parceria entre CJ, MSE e Aprendizagem Profissional para desenvolvimento do projeto de vida da faixa etária dos 15 aos 21 anos.</p> <p>5. Criar um protocolo de parceria entre CJ, MSE e Aprendizagem Profissional para desenvolvimento do projeto de vida da faixa etária dos 15 aos 21 anos.</p>	<p>humanização das relações de trabalho.</p> <p>3. Revisar as portarias que regulamentam as faixas etárias da entrada das crianças CCA (4 a 5anos e 11meses) com RH adequado ao atendimento dessa faixa etária.</p> <p>4. Criar plataforma unificada com o objetivo de simplificar os fluxos, as notificações e encaminhamentos entre o sistema de garantia de direito.</p> <p>5. Reconhecimento da insalubridade para proteção básica e melhorias das relações de trabalho sem precarização e assédio moral.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<ol style="list-style-type: none">1. Implantar e ampliar a rede de Proteção Social Básica e Especial nos territórios vulneráveis, adequando conforme o diagnóstico territorial.2. Implantar novos equipamentos voltados à seguridade da mulher vítima de violência doméstica, como: novo CDCM e Delegacia da Mulher.3. Viabilizar mecanismos e ferramentas entre equipamentos da Proteção Social que unifica informações e dados dos (as) munícipes para facilitação do cruzamento de dados.	<ol style="list-style-type: none">1. Implantar programa de Orientação Sexual com ênfase na desconstrução das discriminações por gênero e combate a rede de exploração sexual.2. Centralizar os benefícios eventuais (concessionárias, pequenos reparos, instrumental de trabalho) na Central de Gestão de Benefícios (CGB).3. Ampliar o acesso de entrada aos CCA's para, no mínimo, 04 anos e ampliar o atendimento do CJ para 12 a 24 anos e 11 meses, contando com uma formação profissional pertinente ao público-alvo e garantindo o acesso para crianças que ficam sem atendimento.4. Implantar subsídios e recursos para a instrumentalização dos	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir o respaldo psicológico individualizado para profissionais que trabalham no SUAS, com atendimento direto à população.	<ol style="list-style-type: none">1. Valorizar o trabalhador (a) idoso (a) dentro da Assistência Social respeitando as suas limitações, conforme o Estatuto do Idoso.2. Extinguir com programa Criança Feliz.
--	---	--	--

	<p>profissionais do SUAS para abranger os cuidados dos usuários em situação de violência.</p> <p>5. Garantir o respaldo psicológico individualizado para profissionais que trabalham no SUAS, com atendimento direto à população.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Otimizar o tempo de espera com prazo determinado e definido na concessão de benefícios, bem como informatizar mudança de status, conforme exigência necessária.</p> <p>2. Ampliar, aprimorar e adequar Serviços socioassistenciais e CRAS móvel em territórios de pouco acesso. Informatizar e orientar os profissionais com linguagem de fácil acesso para</p>	<p>1. Regulamentar os benefícios eventuais a partir do artigo 22 da LOAS no município de São Paulo.</p> <p>2. Melhorar a ferramenta do CadÚnico e via Portal através de telefone para facilitar o acesso dos idosos.</p> <p>3. Agilizar o atendimento e articulação entre o INSS e CRAS.</p>	<p>1. Aumentar recursos para o município.</p> <p>2. Não foi elaborada proposta.</p>	<p>1. Ampliar os benefícios para todos os munícipes, mesmo com carteira profissional assinada e aumentar o valor de renda per capita para a concessão de benefícios avaliando o histórico individual de cada família.</p> <p>2. Não foi elaborada proposta.</p>

<p>garantia de inclusão e acessibilidade (Libras, Braille, entre outros).</p> <p>3. Promover formação técnica específica para os trabalhadores do SUAS para um melhor entendimento sobre o BPC junto ao INSS, através de dados dos territórios identificados pela Vigilância Socioassistencial.</p> <p>4. Facilitar e melhorar o sistema de comunicação com uma linguagem simplificada e inclusiva sobre o acesso aos benefícios para a população. (ex: canal 156).</p> <p>5. Ampliar a quantidade de CRAS e CREAS no território de M Boi Mirim.</p>	<p>4. Implantar políticas de capacitações para os profissionais da Assistência Social para que os usuários em situação de vulnerabilidade social tenham acesso direto às informações dos benefícios e serviços que cada cidadão tem direito.</p> <p>5. Ampliar os recursos para benefícios eventuais e RH dos trabalhadores do SUAS e que os benefícios dos usuários sejam atualizados de acordo com a inflação, mantendo os valores sem alterações referentes ao salário mínimo, utilizando outros índices, como o IGPM mensalmente.</p>		
--	---	--	--

6.18. CONFERENCIA REGIONAL DA MOOCA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar os serviços destinados para os idosos, PCD'S e convalescentes.</p> <p>2. Criar encontros regionais para colaboração na elaboração do plano municipal da Assistência Social.</p> <p>3. Ampliar e capacitar o quadro de RH, Horas Técnicas e Oficinas, considerando as tipologias, conforme as necessidades dos Serviços, tais como: Nutricionista, técnico de manutenção, oficineiros, líder de setores, educador físico, auxiliar de enfermagem, fisioterapeuta, sociólogo, motorista entre outros.</p>	<p>1. Estender a insalubridade, desde novembro de 2022, de acordo com o que foi aprovado na convenção coletiva, assim como a Proteção Especial recebe, e criar adicional de periculosidade para todos os Serviços.</p> <p>2. Ampliar de 3% para 5% do orçamento bruto municipal para a Assistência Social.</p> <p>3. Estabelecer prazo para regulamentação do SUAS no âmbito municipal.</p> <p>4. Reajustar anualmente os convênios, sendo os itens de RH reajustados conforme deliberação</p>	<p>1. Estabelecer prazo para regulamentação do SUAS no âmbito estadual.</p> <p>2. Não foi elaborada proposta.</p>	<p>1. Garantir percentual de 10% no orçamento federal, por meio de emenda constitucional, para a área da Assistência Social - SUAS.</p> <p>2. Não foi elaborada proposta.</p>

	<p>do sindicato e os itens de outras despesas conforme o IPCA.</p> <p>5. Ampliar o quadro de profissionais da rede direta por meio de concursos públicos e criar um plano de carreiras e salários para todos os profissionais do SUAS e da rede direta/parceira.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar e efetivar o que já havia sido deliberado na Resolução COMAS-SP 1146/2016, em relação aos Conselhos Gestores.</p> <p>2. Promover a formação continuada de trabalhadores e usuários para atuação nos Conselhos Gestores por parte da SMADS.</p>	<p>1. Implantar e efetivar o que já havia sido deliberado na Resolução COMAS-SP 1146/2016, em relação aos Conselhos Gestores.</p> <p>2. Assegurar que o Plano de Formação Continuada, para todos os trabalhadores e usuários da rede direta e indireta, contemple</p>		



<p>3. Implementar o conselho regional de usuários, que garanta o protagonismo, desde a criação do conselho até a fiscalização dos equipamentos e da Política da Assistência Social.</p>	<p>todas as tipologias e suas especificidades.</p> <p>3. Assegurar que todos os serviços possuam Horas Técnicas e formação dentro do horário de trabalho.</p> <p>4. Garantir o acesso (transporte, alimentação e estadia) dos usuários e delegados da Política da Assistência Social nas instâncias de Controle Social, bem como em âmbito nacional.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a supervisão coletiva, por meio de formações continuadas, a todas, todos e todes os trabalhadores do SUAS.</p>	<p>1. Mobilizar a rede socioassistencial e intersecretarial para o acolhimento e inserção dos adolescentes e jovens para</p>	<p>1. Garantir vagas de formação profissionalizante gratuita para todos, todas e todes usuários do SUAS com acessibilidade e tecnologia.</p>	<p>1. Incluir na NOB/RH-SUAS enfermeiros, técnicos e auxiliar de enfermagem.</p> <p>2. Ampliar a rede de proteção básica com valorização salarial e aumento do RH, a partir de</p>



<p>2. Fortalecer as articulações intersetoriais e fóruns estimulando o funcionamento de REDE no território.</p> <p>3. Contratar cuidadores nos NAISPD e equipamentos que atendam pessoas com deficiências, quando necessário (como banho, companhia quando do isolamento do grupo).</p> <p>4. Ampliar vagas no CAE voltados para mães solo e LGBTQIAPN+.</p> <p>5. Construir espaços de diálogo com a supervisão técnica da área da saúde mental dos trabalhadores juntamente aos serviços socioassistenciais da região.</p>	<p>cumprimento de PSC e apropriação dos espaços.</p> <p>2. Garantir transporte gratuito aos atendidos dos NAISPD equivalente aos TEG da SME.</p> <p>3. Reestruturar as supervisões de Assistência Social exigindo que os cargos de Supervisão sejam, necessariamente, ocupados por servidores efetivos, minimizando interesse político e potencializando os interesses da Administração Pública e usuários do SUAS.</p> <p>4. Ampliar os serviços híbridos (saúde) da alta complexidade contemplando SAICAs e Centro de Acolhidas Convencionais.</p> <p>5. Garantir recursos para que os serviços socioassistenciais sejam previamente instalados em imóveis que possibilitem a</p>	<p>2. Garantir recursos e RH para a atenção à saúde mental dos trabalhadores do SUAS e usuários.</p>	<p>cada tipificação descrita na NOB/RH – SUAS.</p>
--	---	--	--

	acessibilidade, bem como sua adequação e manutenção.		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Abrir novos editais para todos os serviços socioassistenciais da Proteção Básica e Especial, segundo dados do diagnóstico socioterritorial.</p> <p>2. Articular um centro técnico de capacitação profissional com acompanhamento psicológico para pessoas em situação de rua.</p> <p>3. Reestruturar o quadro de RH, de acordo com as necessidades de cada serviço da rede socioassistencial, como exemplo: orientadores socioeducativos, técnicos de enfermagem nos serviços para idosos, entre outros.</p> <p>4. Garantir recursos para a adequação de todos os prédios em que os serviços</p>	<p>1. Garantir a criação, ampliação e fortalecimento de todos os serviços da Proteção Básica e Especial, considerando os indicadores de vulnerabilidade e as demandas dos territórios.</p> <p>2. Criar programas de empregabilidade e geração de recursos dentro dos Serviços de Acolhimento, visando minimizar questões de falta de recurso e ganho de autonomia financeira aos usuários.</p> <p>3. Garantir transporte para as crianças e adolescentes da</p>	<p>1. Viabilizar a participação dos trabalhadores nos espaços de deliberação, articulação da rede e capacitação para melhorar as relações de trabalho, sem precarização e assédio moral dentro dos serviços.</p> <p>2. Otimizar os processos de cadastro e atualização de CadÚnico, ampliando postos e RH para suprir as necessidades dos usuários na aquisição e manutenção dos benefícios.</p>	<p>1. Criar política pública que garanta a segurança alimentar e retomando a entrega de cestas orgânicas criando postos distritais.</p>



<p>são executados, considerando as necessidades específicas das tipologias e dos usuários, bem como que se cumpra a legislação referente à fiscalização dos imóveis pelos órgãos competentes.</p> <p>5. Garantir a transparência para os usuários dos dados referentes à Prestação de Contas dos serviços socioassistenciais.</p>	<p>escola para o CCA e demais serviços socioassistenciais.</p> <p>4. Garantir formação continuada para os profissionais do SUAS, para melhorar a qualificação dos mesmos, de acordo com a especificidades do público e do serviço, usando o ESPASO (Espaço Público do Aprender Social) com parceria das Universidades Públicas e Privadas.</p> <p>5. Ampliar o serviço de Bagageiro no quadro de RH e melhoria do Serviço, por ser o único do estado de São Paulo que oferece serviço de guarda de pertences para pessoas em situação de rua.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal

<p>1. Com o auxílio da subprefeitura da Mooca, fechar parcerias com o setor privado para cursos de capacitação profissional, dirigidos para o público POP RUA, CRAS, CREAS e trabalhos formais para o público referido.</p> <p>2. Aumentar a oferta de Serviços socioassistenciais para idosos na região do Tatuapé, Brás, Pari e Belém.</p>	<p>1. Utilizar como parâmetro para concessão dos benefícios até 1/4 do salário mínimo per capita.</p> <p>2. Garantir orientação profissional para as famílias que recebem o benefício.</p> <p>3. Garantir a capacitação profissional para os trabalhadores da rede direta e indireta, terceirizados (entrevistadores) e ampliar o quadro de funcionários nos serviços da Assistência Social.</p> <p>4. Ampliar a portaria 44, alterar sua forma de concessão e destinar recursos conforme responsabilidade fiscal para os benefícios eventuais em sua totalidade (pequenos reparos, pagamento de concessionárias, etc.) com o objetivo de permitir o acesso à população.</p>	<p>1. Fomentar os programas socioassistenciais previstos no âmbito Estadual, com a possibilidade de criar programa complementar para pessoas com deficiência e idosos que já recebam o BPC.</p>	<p>1. Garantir outras formas de solicitação ao BPC para contemplar a população que não tem acesso às tecnologias digitais e fomentar articulação entre os serviços (INSS e CRAS, CREAS, Centro Pop) para pedidos de benefícios.</p> <p>2. Fomentar o acesso à informação através de propagandas em mídias e materiais impressos, dentre outros, sobre os programas socioassistenciais previstos na política de Assistência Social a respeito da forma de acesso e condicionalidades.</p>
--	--	---	--

6.19. CONFERENCIA REGIONAL DE PARELHEIROS

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Contratar profissionais técnicos especializados em diversas áreas de acordo com a demanda de cada serviço e usuários.</p> <p>2. Garantir orçamento para implantação do CRAS indígena com capacitação de profissionais especializados e indígenas com uma coordenação híbrida.</p> <p>3. Ampliar e garantir verba para a manutenção de estrutura dos imóveis dos equipamentos da Assistência Social na região de Parelheiros e Marsilac.</p> <p>4. Garantir recursos financeiros para implantação de mais um CRAS no território de Parelheiros.</p>	<p>1. Garantir orçamento para implantação do CRAS indígena com capacitação de profissionais especializados e indígenas com uma coordenação híbrida.</p> <p>2. Garantir recursos financeiros para recomposição da tabela SMADS, valorização do RH e ajuste das demais despesas. Assim como equiparação salarial, bem como o direito ao vale-refeição e a verba de insalubridade e periculosidade para todos os trabalhadores/as do SUAS.</p>	<p>1. Assegurar recursos financeiros para um Plano de Comunicação abrangente e eficiente, com o objetivo de divulgar de forma ampla e elucidativa os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios disponibilizados pelo SUAS.</p> <p>2. Garantir o teto mínimo de 5% do Orçamento para Assistência Social.</p>	<p>1. Garantir o teto mínimo de 5% do Orçamento para Assistência Social.</p> <p>2. Aprovar a PEC 383/2017 que direciona 1% da receita corrente líquida do Recurso Federal para Assistência Social.</p>



<p>5. Garantir a ampliação do orçamento para os Serviços da Proteção Social Básica e Especial no território de Parelheiros e Marsilac.</p>	<p>3. Assegurar recursos financeiros para um Plano de Comunicação abrangente e eficiente, com o objetivo de divulgar de forma ampla e elucidativa os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios disponibilizados pelo SUAS.</p> <p>4. Garantir recursos FINANCEIROS para Horas Técnicas em todas as tipologias da Assistência Social e Plano de Capacitação as Entidades, Trabalhadoras(es) do SUAS, Usuárias(os), com temas consensuados entre todos os segmentos e descentralizados do ESPASO (Espaço Público do Aprender Social).</p> <p>5. Garantir recursos financeiros para ampliação de todo o quadro de recursos humanos, garantindo profissionais do SUAS, em todas as tipologias da Proteção Social Básica e Especial. Respeitando a</p>		
--	--	--	--

	área de formação e competência de cada profissional.		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar o Conselho Participativo e Deliberativo no âmbito da Assistência Social para promover ações no território de Parelheiros e Marsilac que garanta voz e visibilidade aos usuários.</p> <p>2. Criar um fórum intersetorial que integre as políticas públicas de Saúde/Educação e Assistência Social.</p> <p>3. Garantir Horas Técnicas para todos os Serviços da rede socioassistencial (Proteção Básica e Especial).</p> <p>4. Fomentar e divulgar os fóruns AS/DCA/e outros e espaços de discussões para elaboração de propostas de políticas públicas,</p>	<p>1. Criar comissão e assembleias semestrais com a participação dos usuários e trabalhadores na tomada de decisões, execução, fiscalização e avaliação das políticas de Assistência Social.</p> <p>2. Criar conselho gestor em todos os CRAS, CREAS e demais Serviços socioassistenciais e garantir integração e participação de usuários, trabalhadores e poder público.</p> <p>3. Abrir concurso público para a Pasta da Assistência Social.</p>	<p>1. Discutir quais as necessidades reais das demandas dos Serviços da rede socioassistencial e formas e distribuição dos repasses públicos, respeitando a especificidade e tipificação da rede, ouvindo a necessidade da população.</p> <p>2. Simplificar a linguagem de maneira que se torne de fácil compreensão para os usuários do PAS, a fim de que seja absorvida e atinja sua totalidade.</p>	<p>1. Garantir a contratação do profissional volante no equipamento CCA.</p> <p>2. Promover a formação continuada à população sobre a política da Assistência Social e divulgar seus Serviços de forma clara, transparente e simplificada de maneira que atinja o maior número de usuários da política usando estratégias midiáticas, bem como as redes sociais das quais a maioria tem facilidade de acesso.</p>

<p>garantindo de forma efetiva e eficaz a participação popular.</p> <p>5. Garantir formações específicas para trabalhadores e usuários com o tema dos orçamentos públicos para garantir o controle social na região de Parelheiros/Marsilac.</p>	<p>4. Criar uma ouvidoria da Assistência Social dentro do COMAS.</p> <p>5. Garantir que a alimentação siga as orientações da Cartilha do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SNSAN para usuários e trabalhadores.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Divulgar sobre a existência e funcionamento dos Serviços da Proteção Básica e Especial em parceria com as demais políticas públicas no território.</p> <p>2. Criar e promover encontros regionais e semestrais para discussão acerca dos direitos sociais dos usuários.</p>	<p>1. Divulgar sobre a existência e funcionamento dos Serviços da Proteção básica, em parceria com as demais políticas públicas no município.</p> <p>2. Criar canais de divulgação dos serviços socioassistenciais pelo poder público e que sejam</p>	<p>1. Desenvolver eventos e ações semestrais que fortaleçam a comunicação entre as políticas públicas.</p> <p>2. Divulgar os serviços socioassistenciais, através de mídias e materiais de divulgação.</p>	<p>1. Estabelecer estratégias para a divulgação e apreciação da rede socioassistencial ofertada pelo SUAS.</p> <p>2. Garantir e efetivar a acessibilidade em todos os Serviços da rede socioassistencial de forma ética, digna e humana.</p>



<p>3. Garantir a elaboração de um plano de capacitação para entidades, trabalhadores, usuários e demais agentes do SUAS, acerca da importância dos serviços intersetoriais.</p> <p>4. Implantar e implementar espaços adequados para o atendimento sigiloso na Proteção Básica e Especial de usuários nos serviços, de forma a garantir a proteção, privacidade, dignidade, entre outras necessidades de usuários e profissionais.</p> <p>5. Criar materiais que auxiliem e publicizem em linguagem compreensível e democrática os serviços prestados pelo SUAS.</p>	<p>de alcance amplo para a população.</p> <p>3. Ampliar as vagas para a capacitação permanente para todos os trabalhadores do SUAS, incluindo como temática o trabalho intersetorial.</p> <p>4. Promover encontros anuais dos trabalhadores das Políticas Públicas para refletir sobre a interlocução dos serviços prestados.</p> <p>5.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal

<p>1. Implantar CRAS e CREAS no território, conforme proporção prevista na PNAS.</p> <p>2. Implantar CRAS indígena, para o território de Parelheiros e Marsilac, tendo em vista o contingente populacional.</p> <p>3. Potencializar a economia solidária com criação de projetos socioassistenciais e intersetoriais, garantindo arte cultura nos Serviços, gerando empregos e movimentando a economia local no território, com foco nas regiões periféricas.</p> <p>4. Implantar, ampliar e manter os Serviços socioassistenciais da Proteção Básica (SASF, CEDESP, CCINTER, CJ,NCI e CCA) e da Proteção Especial (ILPI, NAISPD, RI, Centros de Acolhida, feminino e masculino, República Jovem, CDI, SPCAVV, SEAS).</p>	<p>1. Ampliar os meios de divulgação dos Projetos Programas e Serviços do SUAS, por meio de linguagem digital, jornais comunitários, rádios, tv, folders e panfletagem com interlocução com a política de Educação e Saúde. Implementar meios de divulgação dos dados levantados pelo COVS do público atendido nos Projetos Programas e Serviços do SUAS, para facilitar o mapeamento e a publicidade das necessidades e potencialidades do território.</p> <p>2. Garantir o transporte às famílias que fazem uso de todos os Serviços da Proteção Social Básica e Especial, pautado na análise da falta e dificuldade de acesso e mobilidade dos usuários a tais equipamentos,</p>	<p>1. Ampliar os meios de divulgação dos Projetos Programas e Serviços do SUAS, por meio de linguagem digital jornais comunitários, rádios, tv, folders, panfletagem com interlocução com a política de Educação e Saúde. Implementar meios de divulgação dos dados levantados pelo COVS do público atendido nos Projetos Programas e Serviços do SUAS, para facilitar o mapeamento e a publicidade das necessidades e potencialidades do território.</p>	<p>1. Criar mecanismos de articulação entre INSS e Assistência Social para beneficiar famílias que não atendam o atual critério do BPC, afim de analisar a real situação, independente do critério de renda per capita.</p> <p>2. Garantir revisão da tipificação NOB/RH assegurando a adequação conforme a necessidade dos Serviços.</p>
---	---	---	---



	<p>com recursos específicos destinados pela SMADS.</p> <p>3. Criar Serviço de Convivência, Fortalecimento e Acompanhamento de mulheres PCDS, em situação de risco e vulnerabilidade social, em articulação com serviços de outras secretarias.</p> <p>4. Implantar CRAS indígena tendo em vista o contingente populacional.</p> <p>5. Garantir a qualificação de um profissional especializado em atendimento a usuários com deficiência.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<ol style="list-style-type: none">1. Garantir passe livre a todos os usuários da Assistência Social que precisarem.2. Garantir aos serviços socioassistenciais autonomia de gestão, para traslado dos usuários em áreas não cobertas por transporte urbano.	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir passe livre a todos os usuários da Assistência Social que precisarem.2. Garantir aos serviços socioassistenciais autonomia de gestão, para traslado dos usuários em áreas não cobertas por transporte urbano.3. Transformar o benefício eventual de alimentação (Cestas Básicas) em benefício continuado.4. Reajustar anualmente o repasse de verbas para benefícios eventuais de acordo com a inflação do período.5. Criar um sistema onde os serviços possam acompanhar a solicitação do benefício, facilitando assim o trabalho	<ol style="list-style-type: none">1. Transformar o benefício eventual de alimentação (Cestas Básicas) em benefício continuado.	<ol style="list-style-type: none">1. Assegurar que o Programa de transferência de renda esteja vinculado aos programas de capacitação profissional, escolaridade e inserção no mercado de trabalho.2. Utilizar informações (Instrumentais/Relatórios) de todos os serviços dos serviços socioassistenciais (SASF, CCA e CEDESP) para validação de deferimento para o Benefício de Prestação Continuada - BPC, levando em conta que os trabalhadores SUAS (serviços) conhecem as dificuldades e vulnerabilidades, devido ao contato direto com as famílias.
--	--	--	---

	CRAS/INSS evitando as negações dos direitos.		
--	--	--	--

6.20. CONFERÊNCIA REGIONAL DA PENHA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos para implantação e implementação de NAISPD, CDCM e Centro de Acolhida LGBTQIAPN+ no território e implantação de CRAS e CEDESP no distrito de Cangaíba.</p> <p>2. Garantir a verba do quadro de RH para recursos de vale alimentação e vale transporte dos trabalhadores da rede socioassistencial de acordo com a distância de seu local de trabalho.</p>	<p>1. Aumentar o orçamento do FMAS (Fundo Municipal da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a Pasta da Assistência Social, a fim de viabilizar os Programas, Serviços e Projetos e demais demandas da rede socioassistencial.</p> <p>2. Aumentar a verba do quadro de RH garantindo recursos para</p>	<p>1. Aumentar o orçamento do FEAS (Fundo Estadual da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a Pasta da Assistência Social, a fim de viabilizar os Programas, Serviços e Projetos e demais demandas da rede Socioassistencial.</p>	<p>1. Aumentar o orçamento do FNAS (Fundo Nacional da Assistência Social) de 7 a 10% sem contingenciamento, utilizando o mesmo integralmente para a Pasta da Assistência Social, a fim de viabilizar os Programas, Serviços e Projetos e demais demandas da rede socioassistencial.</p>

<p>3. Garantir autonomia financeira e administrativa para SAS.</p> <p>4. Efetivar implantação de SAICA Híbrido no território, seguindo TAC (Termo de Ajuste de Conduta) do MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo).</p> <p>5. Garantir a capacitação de todos os trabalhadores da rede sócio assistencial em Libras e Braille.</p>	<p>vale alimentação e vale transporte dos trabalhadores da rede socioassistencial de acordo com a distância de seu local de trabalho.</p> <p>3. Inserir os CRA's, CREA's e Centros POP nos Serviços financiados pelo Fundo Municipal da Assistência Social.</p> <p>4. Rever o sistema de cálculo dos valores Per Capita (não corrigidos há 13 anos) encaminhados para as organizações acompanhando a inflação, de forma a garantir a qualidade dos serviços socioassistenciais.</p> <p>5. Financiar central de apoio e capacitação para trabalhadores que atendem Migrantes e pessoas com deficiência.</p>	<p>2. Financiar central de apoio para Migrantes e pessoas com deficiência.</p>	<p>2. Financiar central de apoio para Migrantes e pessoas com deficiência.</p>
---	--	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar um Conselho Gestor Intersetorial no território, subdividido por comissões distritais, a fim de garantir a participação popular na política pública de Assistência Social.</p> <p>2. Atualizar e publicizar de forma ampla, utilizando todas as ferramentas de comunicação, incluindo todas as formas de acessibilidade, o diagnóstico de mapeamento semestral da demanda por serviços, sob a responsabilidade do COVS.</p> <p>3. Ampliar um programa de Formação Continuada para os Três segmentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS, sob responsabilidade da SMADS, na estrutura existente do ESPASO e de forma descentralizada, em curto prazo.</p>	<p>1. Ampliar um programa de Formação Continuada para os três seguimentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS, sob responsabilidade da SMADS, na estrutura existente do ESPASO e de forma descentralizada.</p> <p>2. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do município - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.</p> <p>3. Atualizar e publicizar de forma ampla, utilizando todas as ferramentas de comunicação, incluindo todas as formas de acessibilidade, o diagnóstico de</p>	<p>1. Ampliar um programa de Formação Continuada para os três seguimentos (usuários, trabalhadores e entidades), considerando a NOB-RH/SUAS, sob responsabilidade da SEDS, de forma descentralizada, em curto prazo.</p>	<p>1. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população a nível federal - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.</p>

<p>4. Promover e qualificar a participação social e política dos usuários(as) para as Conferências de Assistência Social, utilizando os meios e canais de comunicação específicos de cada território.</p> <p>5. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do território - de forma lúdica e acessível - nas questões e demandas apresentadas.</p>	<p>mapeamento semestral da demanda por serviços, sob a responsabilidade da COVS.</p> <p>4. Promover e qualificar a participação social e política dos usuários(as) para as Conferências de Assistência Social, utilizando os meios e canais de comunicação específicos de cada território.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar o quadro de recursos humanos que permita a concretude da melhoria dos Serviços socioassistenciais.</p> <p>2. Promover o encontro mensal com Assistência, Saúde, rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente e educação para melhorar</p>	<p>1. Ampliar o acesso da Comissão de Mediação das Relações no Ambiente de Trabalho (COMRELAT) de acordo com a portaria nº 01/SMADS/2021 para todos os trabalhadores da Assistência Social no atendimento da violência estrutural e</p>	NÃO HOUVE PROPOSTAS	NÃO HOUVE PROPOSTAS

<p>a comunicação enquanto Serviços da rede.</p> <p>3. Criar um comitê técnico intersetorial aos moldes do matriciamento, a fim de discutir os casos e as necessidades dos Serviços socioassistenciais.</p> <p>4. Fomentar a realização de encontros periódicos estimulando a participação da população do território, com a linguagem lúdica e acessível nas temáticas e ênfase ao acesso e garantia de direitos socioassistenciais.</p>	<p>institucional, assédio moral e situações de conflito no ambiente de trabalho, atuando na sua resolução e prevenção.</p> <p>2. Incluir no quadro de recursos humanos: profissional psicólogo e auxiliar terapêutico, visto que, apesar de serem Serviços de baixa complexidade atendem crianças e jovens com necessidades especiais e esses têm garantido por lei (LEI DE INCLUSÃO Nº 13.146/2015) o pleno acesso, participação e aprendizagem nos espaços CCA, CEDESP, NCI e Circo Social</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar a rede de Serviços Socioassistenciais de acordo com a demanda do subdistrito da Penha: CJ e</p>	<p>1. Potencializar os Programas de parceria entre os Serviços da Assistência Social e Saúde, e</p>	<p>1. Implantar e implementar um Serviço que garanta atendimento</p>	<p>1. Implantar e implementar um serviço que garanta atendimento</p>



<p>SASF no território de Arthur Alvim; CCA, CJ, CRAS, CDI, NAISPD, CEDESP, SASF no território do Cangaíba; CDCM, Centro de Acolhida LGBTQIAPN+, Núcleo de Convivência para Idosos (NCI), ILPI, ILPI GRAU III, CAE IDOSO, Centro para refugiados no distrito da Penha.</p> <p>2. Criar campeonatos esportivos, festivais culturais e outras possibilidades de integração entre a rede Socioassistencial.</p>	<p>criar parcerias públicas/privadas, objetivando a oferta de um atendimento psicológico clínico, que atenda demanda dos usuários do SUAS, dentro dos Serviços de Proteção Básica e Especial, efetivando o pleno acesso ao direito.</p> <p>2. Retomar o processo de regionalização do programa observatório da vigilância socioassistencial, atualizando e publicizando o diagnóstico territorial, através de mapeamento da demanda por Serviços dentro dos territórios (de acordo com as vulnerabilidades).</p> <p>3. Garantir que na revisão da Portaria 46/SMADS/2023 seja contemplado o aumento do número de RH qualificado</p>	<p>psicológico para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Retomar o Processo de Regionalização do Programa observatório da vigilância Socioassistencial, atualizando e publicizando o diagnóstico territorial, através de mapeamento da demanda por serviços dentro dos territórios (de acordo com as vulnerabilidades).</p>	<p>psicológico para os trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Ampliar estratégias para facilitar o acesso ao CadÚnico a famílias e usuários do SUAS.</p>
---	---	--	--



	<p>conforme as necessidades dos serviços.</p> <p>4. Implantar o Sistema de Prontuário Eletrônico na Proteção Básica do SUAS, mantendo atualização permanente dos sistemas operacionais, aumentando os recursos referentes a sua finalidade.</p> <p>5. Ampliar estratégias para facilitar o acesso ao CadÚnico a famílias e usuários do SUAS.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Divulgar o Cadastro Único para as escolas, serviços da Saúde (ex.: UBS, CAPS, UPAS, etc.), Serviços da Assistência Social, subprefeitura, terminais de ônibus, trem e metrô, locais religiosos, entre outros, para o maior</p>	<p>1. Garantir que seja efetivada a segurança alimentar de acordo com a Lei 17752/2022 que institui o fundo de combate à fome.</p>	<p>1. Divulgar o Cadastro Único em diferentes meios de comunicação, tais como Televisão, Jornal, Rádio,</p>	<p>1. Alterar o critério de avaliação dos Benefícios de transferência de renda para que o BPC não seja considerado como renda familiar, visto que esse benefício é destinado às necessidades</p>



<p>acesso da população da regional Penha.</p> <p>2. Implantar o CRAS-Cangaíba.</p> <p>3. Criar um projeto dentro do CRAS de empreendedorismo, estimulando o cooperativismo, espaços, ateliês e oficinas colaborativas, principalmente contemplando os migrantes e refugiados moradores da regional Penha.</p> <p>4. Não foi elaborada proposta.</p> <p>5. Não foi elaborada proposta.</p>	<p>2. Ampliar a quantidade de cadastradores do CadÚnico tendo como prioridade a contratação dos(as) usuários(as) do SUAS.</p> <p>3. Ampliar a quantidade de Unidades Móveis que realizam o CadÚnico.</p> <p>4. Implantar novos postos de cadastramento do CadÚnico, em locais públicos, como: Estações de Metrô, Terminais de ônibus, Escolas, Serviços da Saúde e da rede socioassistenciais.</p> <p>5. Não foi elaborada proposta.</p>	<p>Boletins, Redes Sociais, para o maior acesso da população.</p> <p>2. Aumentar o valor do aluguel-social, usando como parâmetro os valores do DIEESE.</p>	<p>específicas dos beneficiários e não para manutenção de toda a família.</p> <p>2. Garantir celeridade ao processo de análise e liberação dos cadastros unipessoais, levando em conta a vulnerabilidade social em que se encontra o(a) usuário(a).</p>
---	--	---	---

6.21. CONFERÊNCIA REGIONAL DE PERUS/ANHANQUERA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Viabilizar aditamento para ampliação e implantação dos serviços de fortalecimento de vínculos da Proteção Básica (CCA's, CJ's e CEDESP), no Território de Perus e Anhanguera.</p> <p>2. Garantir previsão orçamentária de Serviços que atendam as demandas específicas dos territórios de Perus/ Anhanguera.</p> <p>3. Não foi elaborada proposta.</p> <p>4. Não foi elaborada proposta.</p> <p>5. Não foi elaborada proposta.</p>	<p>1. Atualizar os valores de repasse para política de Assistência Social, conforme aumento da inflação, considerando a tipologia dos serviços de Assistência Social e suas demandas.</p> <p>2. Garantir equiparação de salários dos trabalhadores do SUAS (da rede direta e indireta), com garantia de insalubridade para todos os serviços da Proteção Social Especial e Proteção Básica, sendo ela custeada pelo repasse de verba de parceria.</p> <p>3. Viabilizar transporte gratuito para todos os serviços da rede socioassistencial, visando à garantia do acesso dos usuários às parcerias (esportiva e cultural).</p>	<p>1. Ampliar os recursos financeiros para o teto mínimo de 15% do orçamento estadual para o SUAS.</p> <p>2. Viabilizar recursos (em articulação com outras Pastas) para que os serviços possam ofertar o Cartão Vale Alimentação.</p>	<p>1. Ampliar a porcentagem dos recursos financeiros do governo federal para a Assistência Social, com pressão política para aprovação da PEC 382/2017 que reivindica 1% do orçamento da união para a Assistência Social.</p> <p>2. Garantir previsão orçamentária para garantir acessibilidade nos serviços, através de formação direta e indireta dos trabalhadores.</p>

	<p>4. Garantir aumento do quadro de RH dos Serviços, conforme a NOB-RH.</p> <p>5. Garantir a inserção de previsão orçamentária para a alimentação dos trabalhadores dos serviços.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar um canal de comunicação entre SAS, CRAS, CREAS e Rede Socioassistencial com os usuários no território.</p> <p>2. Criar calendário de formação permanente para participação no fórum local, com intervalo máximo de três meses.</p> <p>3. Divulgar as Ouvidorias, tendo em vista que elas devem ser acessivelmente adequadas ao público por elas atendido.</p>	<p>1. Criar fóruns contínuos, realizados obrigatoriamente com intervalo máximo de três meses, intersetoriais, com linguagem acessível, com espaço para escrita e diálogo, onde usuários e trabalhadores tenham suas vozes representadas e que não afete a vida profissional de ambos.</p> <p>2. Divulgar as Ouvidorias, tendo em vista que elas devem ser acessivelmente adequadas ao público por elas atendido.</p>	<p>1. Ampliar a transparência do uso da verba pública, garantindo canais simplificados, de fácil entendimento, com dados de toda rede de Proteção Básica e Especial, para acesso da população.</p> <p>2. Garantir a formação permanente dos trabalhadores do SUAS nos territórios, por meio de subsídios orçamentários estaduais, com foco no</p>	<p>1. Trabalhar os temas e os eixos das próximas conferências com antecedência, com formações para alimentar os fóruns e os espaços de participação permanentes.</p> <p>2. Garantir a formação permanente dos trabalhadores do SUAS nos territórios, com foco no controle social, assegurando as prerrogativas da Lei Orgânica de Assistência Social.</p>



<p>4. Fazer campanhas de divulgação dos serviços e direitos socioassistenciais, de forma simplificada, para maior entendimento.</p>	<p>3. Qualificar a divulgação da conferência para facilitar a participação da população, pensando na acessibilidade para contemplar todos os participantes.</p> <p>4. Estabelecer agendas de participação que garantam a não interferência nos compromissos profissionais, permitindo maior aderência.</p> <p>5. Fazer campanhas de divulgação dos serviços e direitos socioassistenciais, de forma simplificada, para maior entendimento.</p>	<p>controle social, assegurando que sejam efetivado as prerrogativas da Lei Orgânica da Assistência.</p>	
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar núcleo de convivência e centro de acolhida para o atendimento à população em situação de rua.</p>	<p>1. Ampliação de faixa etária para atendimento nos CCAs (de 04 a 11 anos e 11 meses) e nos CJs (de 12 a 17anos e 11 meses).</p>	<p>1. Garantir formação permanente para os trabalhadores da rede</p>	<p>1. Garantir formação permanente para os trabalhadores da rede</p>



<p>2. Ampliar os serviços e o atendimento as pessoas com deficiência por meios dos NAISPDs.</p> <p>3. (Promover) Articulações intersetoriais entre a SMADS e a SMC no território de Perus e Anhanguera para criação de equipamentos e espaços públicos de lazer e cultura integrados, como Fábricas de Cultura, Circo Escola entre outros.</p> <p>4. Criar CEDESP e garantir a implementação de práticas de cooperativismo, de geração de renda no território de Perus/Anhanguera.</p> <p>5. Adequar os equipamentos socioassistenciais diretos, indiretos para garantir a acessibilidade arquitetônica, de comunicação tátil entre outras, assim como, promover ações de formação permanente aos trabalhadores.</p>	<p>2. Garantir formação permanente para os trabalhadores da rede socioassistencial direta e indireta.</p> <p>3. Realizar Concurso Público multidisciplinar de forma a adequação das demandas previstas no SUAS.</p> <p>4. Garantir infraestrutura adequada nos serviços socioassistenciais diretos para promover um atendimento humanizado e qualificado e garantir transparência no cadastro do CadÚnico (descentralização).</p> <p>5. Garantir o atendimento à população em situação de rua de acordo com a Política Nacional voltada a este segmento social com atendimento em grupos pequenos.</p>	<p>socioassistencial direta e indireta.</p> <p>2. Ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais nos meios de comunicação.</p>	<p>socioassistencial direta e indireta.</p>
---	--	--	---

EIXO 4

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar Núcleo de Convivência e Centro de Acolhida para a população em situação de rua no território de Perus, devido ao aumento desse público na região.</p> <p>2. Aditar a capacidade de atendimento à maior do CCA no Recanto dos Humildes</p> <p>3.</p> <p>3. Implantar os seguintes Serviços da Proteção Social Básica no território de Anhanguera: SASF, CCINTER, CEDESP e NCI.</p> <p>4. Implantar CEDESP, CJ e NAISPD em Perus.</p> <p>5. Garantir o acesso ao transporte público (passe livre e VAN) aos(as) usuários(as) dos Serviços da rede socioassistencial de abrangência da SAS Perus.</p>	<p>1. Articular com Secretaria de Educação a ampliação do TEG para as crianças que vão aos Serviços de contraturno na rede socioassistencial.</p> <p>2. Ampliar os Centros de Referência da Diversidade.</p> <p>3. Desburocratizar o atendimento itinerante de CadÚnico, de forma que os cadastradores possam se deslocar sem a exigência da VAN. Aumentar os postos de atendimento Descomplica na cidade de São Paulo para atendimento do Cadastro Único.</p> <p>4. Ampliar serviços de atendimento à População Imigrante.</p> <p>5. Ampliar RH para os serviços da SMADS, a partir de chamamento de concurso público.</p>	<p>NÃO HOUVE PROPOSTA</p>	<p>1. Criar e implementar sistema de informação unificado de acesso entre todos os serviços da rede socioassistencial.</p> <p>2. Desvincular o Programa Criança Feliz do SASF.</p>

EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ofertar transporte aos usuários que possuem deficiência e/ou mobilidade reduzida, bem como para os acompanhantes para os Serviços socioassistenciais, como NAISPD e CDI.</p> <p>2. Promover maior divulgação e fácil acessibilidade, bem como o refinamento dos canais de atendimento no que tange as informações sobre programas de transferência de renda, cadastro, etc.</p> <p>3. Desvincular o Programa Criança Feliz do SASF.</p>	<p>1. Possibilitar aos trabalhadores da rede parceira o acesso à Sistemas de consulta de benefício, a fim de facilitar as intervenções realizadas com os usuários inseridos no serviço.</p> <p>2. Rever a qualidade dos benefícios eventuais ofertados pelo município (cestas básicas de baixa qualidade e que não suprem as demandas das famílias) e suas quantidades, levando em conta o número de pessoas por família.</p> <p>3. Criar lei municipal que regulamente os Benefícios Eventuais.</p> <p>4. Criar núcleos regionais, por SAS de vigilância socioassistencial, observando o</p>	<p>NÃO HOUVE PROPOSTA</p>	<p>1. Ampliar o critério de renda de acesso aos benefícios de transferência de renda, assim como o Benefício de Prestação Continuada - BPC, para meio salário mínimo per capita e aumentar os valores dos benefícios de transferência de renda, garantindo os mínimos sociais às famílias em situação de vulnerabilidade.</p> <p>2. Garantir que o Benefício de Prestação Continuada – BPC não seja calculado como renda para efeito de per capita.</p>



	<p>trabalho de levantamento, análise e disseminação dos dados territoriais.</p> <p>5. Criar postos Distritais de cadastramento para o CadÚnico, de forma a ampliar as vagas para o acesso aos programas e benefícios sociais.</p>		
--	---	--	--

6.22. CONFERÊNCIA REGIONAL DE PINHEIROS

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Destinar verbas para a abertura de mais serviços na região de Pinheiros para a população, conforme o perfil da demanda.</p> <p>·</p> <p>2. Garantir verba orçamentária para concursos públicos para cumprimento</p>	<p>1. Publicizar de formas mais acessíveis e transparentes o orçamento dos gastos da assistência social.</p> <p>2. Destinar recursos financeiros para o Conselho Municipal da Assistência Social (COMAS)</p>	<p>1. Aumentar os repasses da verba de forma a garantir a execução da política pública.</p> <p>·</p>	<p>1. Aumentar os repasses da verba de forma a garantir a execução da política pública.</p>

<p>da NOB-RH/SUAS da Assistência Social, a fim de atender a demanda regional.</p> <p>3 Garantir verba para que os serviços de proteção social básica e especial possam aumentar o número de vagas nos atendimentos, conforme houver disponibilidade.</p>	<p>voltados para ações que favoreçam e possibilitem a participação e o acompanhamento da população.</p> <p>3. Destinar recursos orçamentários para a assistência social de forma a garantir quadro de RH e demais despesas adequadas aos serviços parcerizados.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Facilitar a acessibilidade digital e territorial, desburocratizando os canais de acesso para a participação social e democrática nos serviços socioassistenciais.</p> <p>·</p> <p>2. Garantir nos equipamentos de atendimento à população em situação</p>	<p>1. Eliminar o critério de avaliação quantitativa para punir em relação à frequência diária nos serviços socioassistenciais. (Sugestão de inclusão no Eixo 4)</p> <p>2. Ampliar a divulgação para aumentar o acesso à participação da população nas conferências</p>	<p>1. Facilitar a acessibilidade digital e territorial, desburocratizando os canais de acesso para a participação social e democrática nos serviços socioassistenciais</p> <p>·</p>	<p>1. Facilitar a acessibilidade digital e territorial, desburocratizando os canais de acesso para a participação social e democrática nos serviços socioassistenciais</p>

<p>de rua canais de acesso às informações e participação social.</p> <p>3. Garantir a existência de observatórios regionais e criar instrumentos de avaliação qualitativa dos serviços socioassistenciais.</p>	<p>regionais, municipais, estaduais e federal, assim como no Conferir.</p> <p>3. Concretizar a construção dos conselhos gestores de CRAS, CREAS e Centros POPs</p> <p>4. Concretizar a construção dos conselhos regionais intersecretariais.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Estabelecer junto às OSCs a importância e necessidade do trabalho em rede, de forma intersetorial, estabelecendo canais efetivos para sua realização.</p> <p>2. Promover a acessibilidade física e tecnológica ao usuário, a fim de minimizar os obstáculos que impedem o acesso aos serviços da Assistência Social, em âmbito regional.</p>	<p>1. Garantir no termo de parceria o repasse mensal de verba destinadas às Horas Técnicas (HT), para todas as tipologias, ou seja, proteções básica e especial</p> <p>2. Desenvolver materiais e formações com linguagem clara, objetiva e acessível sobre a Assistência Social para todos os serviços, sem conflitos de interesses, buscando a unidade e</p>	<p>1. Garantir no termo de parceria o repasse mensal de verba destinadas às Horas Técnicas (HT) para todas as tipologias, ou seja, proteção básica e especial.</p> <p>2. Desenvolver materiais e formações com linguagem clara, objetiva e acessível sobre a Assistência Social para todos os serviços, sem</p>	<p>1. Efetivar, de fato, a interlocução entre SUS, SUAS e demais políticas, com o objetivo de assistir à população adulta e idosa de forma humanizada, reconhecendo as especificidades de cada grupo e/ou população</p> <p>2. Garantir no termo de parceria o repasse mensal de verbas destinadas às Horas</p>



<p>3. Estabelecer medidas, formações e ações com gestores de serviços e de parceria, OSCs e trabalhadores, que objetivem o cuidado do profissional da assistência social, de forma efetiva e humanizada.</p>	<p>uniformidade com relação à compreensão da política de Assistência Social.</p> <p>3. Promover a acessibilidade física e tecnológica ao usuário, a fim de minimizar os obstáculos que impedem o acesso aos serviços da Assistência Social.</p> <p>4. Realizar a abertura de novos concursos públicos para cumprimento da NOB-RH/SUAS, da Assistência Social, com ênfase nas 3 carreiras: Analista de Assistência e Desenvolvimento Social, AGPP e Agente de Apoio, tendo em vista a defasagem de trabalhadoras e trabalhadores na SMADS, extensivo aos outros profissionais como pedagogos, psicólogos, entre outros, a fim de garantir o trabalho intersetorial.</p>	<p>conflitos de interesses, buscando a unidade e uniformidade com relação à compreensão da política de Assistência Social.</p>	<p>Técnicas (HT) para todas as tipologias, ou seja, proteções básica e especial.</p>
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<p>1. Ampliar dos serviços tais como: CEDESP, NCI, REPÚBLICA JOVEM, CCA, RESIDÊNCIA INCLUSIVA, SAICA, CCINTER, SEAS, CDI, CENTRO DE ACOLHIDA..</p> <p>2. Implantar no território de Pinheiros o SCFV/SASF, ILPI, CAE Mulheres, CDCM, SPVV;</p> <p>3Promover capacitação para todos os serviços do território de Pinheiros com horas técnicas;</p> <p>.</p>	<p>1. Ampliar os SEAS, SASF, SAS e vigilância socioassistencial, com o propósito de cadastrar e atualizar Cad Único, identificar locais com famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, em situação de rua, que não tem acesso aos seus direitos, promovendo sua cidadania. Ouvindo o território e promovendo diálogo entre os órgãos públicos e a população, garantindo o pleno acesso à política da assistência</p> <p>2. Qualificar os dados de vigilância para identificar as necessidades dos serviços no território, ouvindo o território e promovendo diálogo entre os órgãos públicos e a população, garantindo o pleno acesso à política da assistência. Ampliar os SEAS e SASF para identificar locais com famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e em situação de rua, provendo acesso à cidadania.</p>	<p>1. Garantir a capacitação e qualificação dos trabalhadores dos serviços de atendimento às crianças e adolescentes, a fim de qualificar o atendimento à população LGBTQIAPN+, garantindo o respeito à diversidade e sua identidade de gênero. Da mesma forma, deve ser garantido no plano de trabalho dos serviços a temática do respeito à diversidade.</p> <p>.</p>	<p>1. Garantir o percentual fixo de 5% do orçamento da União para a execução da política pública de assistência social.</p> <p>2. Criação e ampliação de programas de geração de renda e qualificação profissional;</p>
--	---	---	---



	<p>Ampliar a equipe de cadastradores, a fim de garantir o cadastro e atualização do CadÚnico</p> <p>3. Ampliar o quadro de RH e o repasse de verbas para os serviços com termo de parceria na proteção básica e especial;</p> <p>4. Aumentar os salários e benefícios dos trabalhadores do SUAS;</p> <p>5. Garantir a capacitação e qualificação dos trabalhadores dos serviços de atendimento às crianças e adolescentes, a fim de qualificar o atendimento à população LGBTQIAPN+, garantindo o respeito à diversidade e sua identidade de gênero. Da mesma forma, deve ser garantido no plano de trabalho</p>		
--	--	--	--

	<p>dos serviços a temática do respeito à diversidade.</p> <p>6. Eliminar o critério de avaliação quantitativa para punir em relação à frequência diária nos serviços socioassistenciais.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implementar formações e capacitações continuadas para os profissionais sobre os processos e encaminhamentos necessários para acessar os benefícios socioassistenciais estáveis e eventuais.</p> <p>2. Retomar as oficinas temáticas no âmbito do CRAS, sobretudo aquelas concernentes ao acesso de direitos, assim como oficinas de Inclusão digital específicas para efetivar o PAIF (Programa de Proteção e Atendimento</p>	<p>1. Implementar formações e capacitações continuadas para os profissionais sobre os processos e encaminhamentos necessários para acessar os benefícios socioassistenciais estáveis e eventuais</p>	<p>1. Implementar formações e capacitações continuadas para os profissionais sobre os processos e encaminhamentos necessários para acessar os benefícios socioassistenciais estáveis e eventuais.</p>	<p>1. Ampliar e qualificar a equipe de cadastradores a fim de garantir o acesso ao cadastramento e o respeito ao prazo de atualização.</p> <p>2. Garantir o aumento do limite para concessão do BPC para renda per capita de até meio salário-mínimo federal.</p>

Integral a Família) e fomentar a autonomia dos usuários.			
3. Criar de um Canal de Comunicação direto entre equipe técnica do INSS com as equipes técnicas do CRAS e rede conveniada.			

6.23. CONFERENCIA REGIONAL DE PIRITUBA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Reivindicar orçamento na política pública contemplando a realidade das aldeias indígenas. Fomentar o debate sobre as questões indígenas na sociedade civil e garantir os direitos socioassistenciais.</p> <p>2. Criar dotação orçamentária fixa em âmbito regional para subsidiar Programas, Serviços, Projetos e</p>	<p>1. Aumentar o quadro de RH e o repasse para custeio de todos os serviços da rede socioassistencial devido aos constantes aumentos dos custos econômicos, principalmente na alimentação, pois fica difícil manter a qualidade dos atendimentos dos usuários e famílias.</p>	<p>1. Aumentar o financiamento para a capacitação continuada às OSC e profissionais da rede socioassistencial.</p> <p>2. Propor ao governo do Estado a implantação de restaurantes populares (Segurança Alimentar) em</p>	<p>1. Rever a tipificação dos serviços socioassistenciais a fim de atualizar a oferta de serviços.</p> <p>2. Assegurar 7% do orçamento da União para a Assistência Social.</p>



<p>Benefícios Sociais específicos que considerem as particularidades dos Povos Indígenas.</p> <p>3. Implantar CJ/CCA nos distritos de Pirituba (3), Jaraguá (6) e São Domingos (3).</p> <p>4. Implantar CEDESP nos distritos de Pirituba (2), Jaraguá (4) e São Domingos (2).</p> <p>5. Implantar SASF/NCI nos distritos de Pirituba (2), Jaraguá (3) e São Domingos (3).os serviços socioassistenciais, com vedação de utilização da verba mensal dos serviços para esse fim.</p> <p>5. Garantir recursos intersecretarial para atividades que propiciem o desenvolvimento integral da pessoa (cultura, esporte, lazer, educação técnica).</p>	<p>2. Promover o reajuste do orçamento anual da Assistência Social acompanhando os reajustes da inflação no ano corrente.</p> <p>3. Equiparar o salário dos trabalhadores da Assistência Social com o salário dos profissionais da Educação e da Saúde, a fim de evitar a rotatividade de RH e a precarização dos serviços.</p> <p>4. Aumentar o quadro de profissionais do CCA: orientadores socioeducativos na proporção de 1 orientador para cada 15 crianças/adolescentes, contratação de 1 auxiliar administrativo e de 1 assistente social e aumentar o recurso de horas/oficina de oficineiros; aumentar o quadro de profissionais do SAICA e Casas Lares: 1 auxiliar administrativo</p>	<p>cada distrito da cidade de São Paulo, conforme as situações de vulnerabilidade da população.</p>	
---	---	---	--

	<p>para o SAICA e 1 pedagogo para Casa Lar e mais 1 orientador socioeducativo residente para Casa Lar.</p> <p>5. Aumentar o quadro de RH por meio de concurso público do CRAS/CREAS, centros POP e desprecarizar os serviços de apoio terceirizado.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar Fóruns no território da SAS Pirituba/ Jaraguá, com divisões distritais, para articulação da Rede socioassistencial e de outras políticas públicas, para fortalecer as discussões sobre atendimento e garantia de direito da população.</p> <p>2. Fortalecer as supervisões coletivas, buscando temas demandados pela rede, para ampliar o conhecimento e o espaço de discussão para os trabalhadores do SUAS.</p>	<p>1. Garantir reuniões mensais da Assistência Social para discussão e acompanhamento de usuários atendidos por diferentes serviços e equipamentos públicos envolvidos, incluindo outras secretarias.</p> <p>2. Criar e fazer a manutenção de Grupo de Trabalho, subsidiados pela SMADS, para discussão de</p>	<p>1. Direcionar recursos financeiros para subsidiar as formações continuadas direcionadas a capacitação e aprimoramento dos trabalhadores do SUAS.</p>	<p>1. Viabilizar a oferta de estruturas para a realização de Conferências, Simpósios e espaços de discussão, participação e controle social.</p> <p>2. Ampliar a frequência de consultas públicas, audiências e outros métodos de participação.</p>



	<p>melhorias do trabalho por tipologia.</p> <p>3. Propor treinamento inicial, oferecido pela SMADS, aos trabalhadores de toda a Rede com os princípios básicos da Política Nacional de Assistência Social, especialmente voltado ao trabalhador que está ingressando, e estender aos demais trabalhadores que exerçam função no equipamento, inclusive terceiros.</p> <p>4. Ampliar as horas técnicas a toda Rede de serviços vinculados à SMADS, podendo flexibilizar o valor do repasse específico, caso tenha contrapartida de formação pela OSC.</p> <p>5. Criar e manter Fóruns nos territórios da cidade de São Paulo vinculados às suas SAS,</p>		
--	---	--	--

	com divisões distritais, para articulação da Rede socioassistencial e de outras políticas públicas, para fortalecer as discussões sobre atendimento e garantia de direito da população.		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Instituir Comitê Intersetorial Regional para elaboração, articulação e fiscalização da execução das ações e políticas públicas intersetoriais.</p> <p>2. Criar o Fórum Regional da Criança e Adolescente.</p> <p>3. Criar o Conselho Gestor Regional da Assistência Social.</p> <p>4. Criar um canal no âmbito da subprefeitura Pirituba/Jaraguá de</p>	<p>1. Realizar Concurso Público de caráter multidisciplinar de forma a contribuir para a efetivação da política do SUAS.</p> <p>2. Implantar fluxo de informações prévias sobre projetos, programas, serviços e benefícios aos profissionais da rede socioassistencial e demais políticas públicas.</p>	<p>1. Garantir a presença dos beneficiários no Comitê Gestor do Bolsa-Família.</p> <p>2. Elaborar Plano Intermunicipal de atendimento e acompanhamento de usuários do SUAS.</p>	<p>1. Garantir a presença dos beneficiários no Comitê Gestor do Bolsa-Família.</p> <p>2. Implantar sistema integrado de gerenciamento de informações dos usuários do SUAS (Prontuário SUAS).</p>

<p>comunicação oficial da rede socioassistencial.</p> <p>5. Criar o Comitê Gestor do Bolsa-Família garantindo beneficiários na sua composição.</p>	<p>3. Garantir a presença dos beneficiários no Comitê Gestor do Bolsa-Família.</p> <p>4. Realizar Concurso Público para funções administrativas de forma a contribuir para efetivação da política do SUAS.</p> <p>5. Garantir condições dignas de trabalho a todos os trabalhadores diretos, indiretos e terceirizados da rede socioassistencial.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar o SASF em curto prazo nos territórios das comunidades Spama e Jequiti considerando a alta demanda de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social.</p> <p>2. Implantar no distrito do Jaraguá os serviços CREAS/NPJ, SPVV, CDI,</p>	<p>1. Flexibilizar os parâmetros e critérios da SMADS para locação de imóveis na implantação de serviços em territórios vulneráveis.</p> <p>2. Ofertar transporte gratuito que atenda a demanda dos CCA's</p>	<p>1. Implantar serviços com o objetivo de enfrentamento à insegurança alimentar e a fome de pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente para a população em situação de rua.</p>	<p>1. Criar projeto de porta aberta para atendimento das demandas existentes de racismo, visando à promoção da equidade racial, educação para o combate ao racismo e formação do sujeito antirracista. Para conceder o</p>

<p>CEDESP, NAIS Pcd, considerando o vazio socioassistencial existente na região e a elevada fila de espera nos serviços já implantados em Pirituba.</p> <p>3. Implantar a curto prazo SEAS PIRITUBA consoante o aumento exponencial da população em situação de rua na região.</p> <p>4. Ampliar os espaços de Centros de Convivência para crianças e adolescentes, visando atender às regiões do Rincão/City Jaraguá, Vila Aurora, Estrada Turística do Jaraguá/Comunidade Jequití, Spama e Jardim Sidney.</p> <p>5. Criar SASF específico para atendimento à população indígena, considerando as especificidades do nosso território.</p>	<p>de Pirituba e Jaraguá, ida/volta para todas as crianças e adolescentes atendidos por este serviço, considerando o aumento do trabalho infantil em nosso território.</p> <p>3. Aumentar um (01) orientador especializado em atendimento aos usuários com deficiência e suas variações e assim compor quadro de RH nos CCA's.</p> <p>4. Aumentar um (01) Técnico Assistente Social no quadro de RH dos CCA's, para suprir as necessidades da extensão dos usuários (famílias).</p> <p>5. Criar em âmbito municipal programas, serviços, projetos e benefícios sociais específicos que considerem as particularidades dos povos indígenas da cidade de São Paulo.</p>	<p>2. Criar um programa de contraturno escolar para crianças de 4 a 6 anos, com o objetivo de garantir aos assistidos segurança e desenvolvimento social, conforme previsto na lei estadual 17.347/2021 que contempla a implementação de políticas públicas para a primeira infância.</p>	<p>acesso à história afro-brasileira e indígena, como direito, trazendo a conscientização da sua identidade.</p> <p>2. Criar protocolo integrado de atendimento à população indígena no âmbito da política da Assistência Social, contemplando as especificidades e necessidades de acessos e garantia de direitos.</p>
---	---	---	---



EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar Hortas Comunitárias, que o usuário tenha acesso desde a criação, cuidado e manutenção, com ação ativa da comunidade.</p>	<p>1. Sistematizar e articular os serviços ampliando as informações e facilitando o acesso aos benefícios socioassistenciais, de maneira que todos possam ter conhecimento e serem atendidos de acordo com suas necessidades.</p> <p>2. Aumentar a capacidade de procedimentos de cadastro (Cadastro Único e BDC) no município com a contratação de funcionários para suprir a demanda de cadastro existente e garantir o acesso aos serviços, benefícios, programa de transferência de renda aos usuários.</p>	<p>1. Incluir como público alvo de atendimento do Programa Viva Leite a pessoa com deficiência.</p> <p>2. Ampliar Programas de Transferência de Renda ao público jovem.</p>	<p>1. Alterar o critério de avaliação dos Benefícios de transferência de renda para que o BPC não seja considerado como renda familiar, visto que esse benefício é destinado às necessidades específicas dos beneficiários e não para manutenção de toda a família.</p> <p>2. Utilizar a média anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC para definir o valor do BPC.</p> <p>3. Alterar o critério de avaliação dos Benefícios de transferência de renda para que o BPC não seja considerado como renda familiar, visto que esse benefício é destinado às necessidades específicas dos</p>

	<p>3. Adequar o RH dos CRAS e CREAS conforme normativa estabelecida pela Política de Assistência Social, para melhor operacionalização do trabalho prestado.</p> <p>4. Aplicar a regulamentação atualizada de atendimento com os benefícios eventuais.</p>		<p>beneficiários e não para manutenção de toda a família.</p> <p>4. Utilizar a média anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC para definir o valor do BPC.</p>
--	--	--	---

6.24. CONFERÊNCIA REGIONAL DE SANTANA			
EIXO 1			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Aumentar o financiamento para criação de novos serviços da rede de proteção social básica ex: centro da juventude (CJ), Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), núcleo de convivência de idoso (NCI), o CCinter</p>	<p>1. Prever anualmente os reajustes dos custos de RH dos serviços parcerizados, conforme convenção coletiva proposta pelo sindicato dos trabalhadores, bem como</p>	<p>1. Aprovação do mínimo de 5% do orçamento estadual para Assistência Social.</p>	<p>1. Prever orçamento para implantação do prontuário eletrônico do SUAS.</p> <p>2. Aprovação do mínimo de 5% do orçamento federal para Assistência Social e 5% dos</p>

<p>(centro de convivência intergeracional), Centro de Desenvolvimento Social e produtivo, (CEDESP) da rede de proteção especial, como ILPI (instituição longa permanência para idosos), CDI (centro dia para idosos) e residência inclusiva.</p> <p>2. Adequar o valor do aluguel, aplicando percentual superior ao atualmente praticado sobre valor venal do imóvel de acordo com a realidade de cada região.</p> <p>3 Incluir verba para horas técnicas, tanto para rede direta, quanto para rede indireta, para todos os serviços.</p> <p>4 Incluir verba para oficinairos, tanto para rede direta, quanto para rede indireta, para todos os serviços.</p> <p>5 Garantir verba específica de transporte em número suficiente para as atividades externas socioeducativas, feita a gestão pela SAS do território.</p>	<p>reajustes dos itens de custeio dos serviços, conforme inflação medido pelo IPCA.</p> <p>2. Aprovação do mínimo de 5% do orçamento municipal para Assistência Social.</p> <p>3. Atualizar os custos de RH aos valores ajustados e aplicados por OSCs, divergentes dos valores de portarias devido ao não repasse pela prefeitura de todos os reajustes aplicados pelo sindicato em anos anteriores.</p> <p>4. Prever uma verba de implantação, para os serviços de proteção social básica, bem como de serviços de proteção de média e alta complexidade, no valor de um repasse mensal, com a finalidade de garantir o</p>		<p>tributos sobre lucros e dividendos da pessoa física (super ricos e grandes fortunas).</p>
---	---	--	--

	<p>início e bom desenvolvimento do serviço.</p> <p>5. Prever uma verba de humanização anual, para todos os serviços, de no mínimo de 50% do valor do repasse mensal, para realização de manutenção predial e outras necessidades do serviço.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Participação efetiva de adolescentes e jovens no controle social da política de Assistência Social, com presença nas conferências regionais.</p> <p>2. Criação de um fórum permanente, de caráter territorial, itinerante e comunitário, para além dos serviços socioassistenciais já existentes, em que possamos estabelecer discussões políticas e ou participação e controle social no âmbito do SUAS.</p>	<p>1. Promover a articulação entre o COMAS - Conselho Municipal da Assistência Social e os serviços socioassistenciais a fim de implementar formação para adolescentes e jovens, que favoreça a construção de senso crítico hábil para participação em debates políticos.</p> <p>2. Ampliar o acesso dos responsáveis legais e ou familiares na representação dos</p>	<p>1. Promover a articulação entre o CONSEAS, Conselhos Municipais da Assistência Social e os serviços socioassistenciais a fim de implementar formação para adolescentes e jovens, que favoreça a construção de senso crítico hábil para participação em debates políticos.</p>	<p>1. Estabelecer a obrigatoriedade na implantação e manutenção de conselhos gestores locais nas unidades do SUAS, respeitando a paridade de segmentos entre gestor, trabalhadores e usuários, com reuniões mensais de caráter deliberativo.</p> <p>2. Garantir formação permanente e continuada para</p>



	<p>interesses da criança e do adolescente no controle social.</p> <p>3. Estabelecer um fluxo de comunicação democrática, a fim de garantir que todos os segmentos sejam contemplados e informados sobre agendas e conteúdos de participação e controle social.</p> <p>4. Criação de um fórum permanente, de caráter territorial no âmbito de cada SAS, itinerante e comunitário, para além dos serviços socioassistenciais já existentes, em que possamos estabelecer discussões políticas e ou participação e controle social no âmbito do SUAS.</p> <p>5. Participação efetiva de adolescentes e jovens no controle social da política de Assistência Social, com presença nas conferências.</p>	<p>2. Promover a articulação entre o CONSEAS, Conselhos Municipais da Assistência Social e os serviços socioassistenciais a fim de implementar formação para população em situação de rua, que fortaleça a construção de senso crítico hábil para participação em debates políticos.</p>	<p>a qualificação dos trabalhadores do SUAS, levando em consideração os princípios dos direitos humanos e da Política Nacional da Assistência Social, criando núcleos que garantam que todos os segmentos sejam contemplados e capacitados</p>
--	--	--	--

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar a rede de serviços de ILPI com gestão compartilhada, entre as secretarias de Assistência Social e Saúde.</p> <p>2. Capacitação continuada dos trabalhadores de acordo com a tipificação dos serviços e ampliação de horas técnicas para todos os serviços socioassistenciais.</p> <p>3. Realizar encontros periódicos entre os trabalhadores dos serviços da mesma tipologia no mesmo território para alinhamento das ações.</p> <p>4. Ampliação dos serviços de proteção social básica e especial.</p> <p>5. Elaboração de um plano que garanta integração dos serviços do território, da</p>	<p>1. Articulação entre as secretarias de Assistência Social e Habitação para ampliação de programas habitacionais para os usuários da Assistência Social.</p> <p>2. Desenvolver uma plataforma de sistema integrado, entre Assistência Social, Saúde, Educação e demais políticas públicas.</p> <p>3. Realizar encontros periódicos entre os trabalhadores dos serviços da mesma tipologia.</p> <p>4. Ampliação dos serviços de proteção social básica e especial.</p> <p>5. Criação de novos serviços híbridos para crianças e</p>	<p>1. Desenvolver uma plataforma de sistema integrado, entre Assistência Social, Saúde, Educação e demais políticas públicas.</p>	<p>1. Desenvolver uma plataforma de sistema integrado, entre Assistência Social, Saúde, Educação e demais políticas públicas.</p> <p>2. Divulgação de dados públicos, da assistência social, atualizados anualmente.</p>

articulação da rede socioassistencial e participação dos usuários.	adolescentes entre Assistência Social e Saúde.		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Revisar os dados quantitativos do Censo SUAS da população em situação de rua, em especial o público LGBTQIAPN+, para a garantia de direitos e acesso a serviços, programas e projetos.</p> <p>2. Implantar um núcleo de convivência para idosos (NCI) e/ou um Centro de Convivência Intergeracional (CCINTER) e, ampliar o número de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e Centro Dia para Idosos (CDI).</p> <p>3. Criar espaços intersecretariais (saúde, educação, assistência social, habitação, direitos humanos e desenvolvimento econômico e trabalho) para troca de experiências e saberes, bem como, qualificação das</p>	<p>1. Rever o manual de nutrição e garantir a contratação de nutricionistas dentro da SMADS para assessorar as coordenadorias de proteção social básica e especial e, a partir daí fazer o cálculo financeiro dos valores que serão repassados para Previsão de Receitas e Despesas (PRD).</p> <p>2. Criar espaços intersecretariais (saúde, educação, assistência social, habitação, direitos humanos e desenvolvimento econômico e trabalho) para troca de experiências e saberes, bem como, qualificação das intervenções e discussão de casos.</p>	<p>1. Articular junto às Secretarias Municipais de Habitação dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com vistas à resolutividade da falta de moradia, que muitas vezes acaba por levar famílias e indivíduos a situações de vulnerabilidade social, por falta de programas de habitação para famílias de baixa renda; bem como dificulta a saída de serviços de acolhimento da Política de Assistência Social.</p> <p>2. Retomar os programas de Transferência de Renda Estaduais (Renda Cidadã e Ação Jovem).</p>	<p>1. Garantir a efetividade dos benefícios aos trabalhadores do SUAS no que tange a convenção coletiva (insalubridade e vale alimentação).</p> <p>2. Realizar estudos territoriais para identificação das situações de vulnerabilidade social e, a partir disso, implantar serviços e programas socioassistenciais destinados ao atendimento das demandas apresentadas, em consonância com a Tipificação Nacional e a NOB-RH SUAS.</p>



<p>intervenções e discussão de casos do território Santana/Mandaqui/Tucuruvi.</p> <p>4. Garantir a implementação do núcleo de Convivência POPrua na região de Santana/Mandaqui/Tucuruvi.</p> <p>5. Abrir um Centro de Cidadania da Diversidade no território de Santana/Mandaqui/Tucuruvi.</p>	<p>3. Garantir a participação dos trabalhadores indiretos nas discussões da CPAS que formulam, articulam e implementam decisões que impactam nos serviços da rede socioassistencial.</p> <p>4. Garantir a promoção, prevenção e atenção à saúde integral dos trabalhadores do SUAS dos serviços socioassistenciais através da criação de portaria que garanta o atendimento in loco considerando exposição a riscos.</p> <p>5. Garantir recursos/horas técnicas de capacitação e formação para os trabalhadores diretos e indiretos de todos os serviços socioassistenciais.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<p>1. Ampliar o quadro de RH e agenda de atendimento dos cadastradores no Centro Pop.</p> <p>2. Garantir acesso a transporte público e gratuito para todos os usuários dos serviços socioassistenciais, inclusive para acompanhantes, quando necessário e independente da quilometragem.</p> <p>3. Articular a comunicação entre os profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social com encontros mensais, visando a interlocução, formação dos profissionais, para garantir o direito a atendimento e concessão de benefícios para os usuários dos serviços, fazendo valer a portaria nº 04 de 2023 da SMADS, que trata da intersectorialidade.</p>	<p>1. Garantir o sistema porta aberta para o Cadastramento do CADÚNICO nos serviços socioassistenciais, sem necessidade de agendamento prévio.</p> <p>2. Garantir acesso a transporte público e gratuito para todos os usuários dos serviços socioassistenciais, inclusive para acompanhantes, quando necessário e independente da quilometragem.</p>	<p>1. Garantir acesso a transporte público e gratuito para todos os usuários dos serviços socioassistenciais, inclusive para acompanhantes, quando necessário e independente da quilometragem.</p>	<p>1. Criar um sistema de informações unificado entre todos os serviços socioassistenciais, para facilitar a comunicação entre os serviços, desburocratizando o acesso à informação, com a finalidade de agilizar o atendimento de acordo com a especificidade de cada situação.</p> <p>2. Alterar a legislação quanto ao acúmulo de benefícios no mesmo grupo familiar, para que a concessão de um benefício não exclua o outro.</p>
--	---	--	---

6.25. CONFERÊNCIA REGIONAL DE SANTO AMARO

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos financeiros para criação de mais Núcleos de Convivência de Idosos – NCI - nos distritos de Campo Grande, Campo Belo e Santo Amaro – SAS Santo Amaro.</p> <p>2. Garantir recursos financeiros para implementar mais centros dia para idosos – CDI no âmbito da SAS - Santo Amaro.</p> <p>3. Garantir recursos financeiros para implementação do SASF no âmbito da SAS Santo Amaro.</p>	<p>1. Garantir recursos para ampliação do quadro de RH que atenda as especificidades dos serviços, para crianças e adolescentes no âmbito da proteção social básica e especial.</p> <p>2. Prever recursos para capacitação para todos os trabalhadores da rede socioassistencial básica.</p> <p>3. Dentro do planejamento financeiro garantir a previsão do repasse com o reajuste que acompanhe a inflação.</p> <p>4. Garantir aumento salarial para todos os trabalhadores dos serviços.</p> <p>5. Garantir recursos para ampliação dos CRAS, CREAS e Centro Pop.</p>	<p>1. Garantir recursos para implantação, ampliação e manutenção dos serviços da rede socioassistencial.</p>	<p>1. Garantir recursos para implantação, ampliação e manutenção dos serviços da rede socioassistencial.</p>



EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar plataforma para divulgação permanente, consulta de implementação e alteração dos serviços por territórios (Regionais e Municipais).</p> <p>2. Desenvolvimento de avaliação periódica dos serviços ofertados, acesso a prestação de contas de forma expositiva e representatividade dos usuários na tomada de decisão.</p> <p>3. Criação e implementação de Conselhos Regionais de Assistência Social com carácter consultivo integrado ao COMAS.</p> <p>4. Criar o Conselho Participativo nos Serviços para avaliar, refletir e deliberar sobre orçamento público, trabalhadores, OSC e usuários.</p>	<p>1. Ampliação das verbas para capacitação e para horas técnicas para profissionalizar trabalhadores do SUAS.</p> <p>2. Criação de um núcleo de pesquisa, formação e educação permanente do SUAS nos territórios.</p> <p>3. Criar Comissão Intersetorial de Políticas Públicas para a população em situação de rua.</p> <p>4. Garantir estrutura que viabilize visitas domiciliares e Busca ativa, de acordo com as particularidades de cada espaço de trabalho.</p>	<p>1. Estabelecer um dia anual de sensibilização voltado para os direitos sociais e a divulgação da Política de Assistência Social.</p>	<p>1. Aumento do Quadro do RH na Proteção Especial e Básica.</p> <p>2. Elaboração de material educativo para o trabalho social de mobilização nos serviços de assistência social de modo a fortalecer a participação democrática dos usuários.</p>
EIXO 3			

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Retomar o fórum regional de assistência social de Santo Amaro com encontros mensais e ampla divulgação de calendário no território.</p> <p>2. Criar um observatório socioassistencial regional e através de boletim informativo, divulgar o diagnóstico do território, assim como, as informações sobre os serviços, com ampla divulgação na rede intersetorial.</p> <p>3. Fortalecer a participação na TEIA nos distritos com garantia de divulgação de calendário nos equipamentos e representantes das diversas políticas.</p> <p>4. Implantar o SEAS modalidade I no território.</p> <p>5. Ampliação e manutenção de vagas dos serviços de proteção básica e especial no território.</p>	<p>1. Garantir capacitação permanente para todos(es/as)os trabalhadores(as) do SUAS, com fortalecimento das relações para evitar o assédio moral, preconceito étnico racial, gênero e adoecimento mental.</p> <p>2. Ampliar postos de atendimento do CadUnico, informações de direitos e agilidade para cadastramento.</p> <p>3. Garantir articulação intersetorial com a SEHAB na busca de protocolos para atendimento/encaminhamento efetivo no atendimento à população.</p> <p>4. Garantir aumento de quadro de RH para reposição dos servidores, por concurso público nos diferentes cargos para maior suporte e acompanhamento da</p>	<p>1. Efetivar a tipificação nacional de serviços socioassistenciais para atendimento ao público de zero a seis anos em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos</p>	<p>1. Aumentar as equipes de rede socioassistencial (média e alta complexidade) garantindo a contratação de equipe multiprofissional de acordo com a tipificação do serviço.</p>



	<p>rede socioassistencial parceira, incluindo a contratação de Contadores para análise das prestações de contas dos recursos repassados.</p> <p>5. Garantir articulação Intersecretarial na busca de protocolos para atendimento/encaminhamento efetivo no atendimento à população, priorizando os serviços que atendem a população idosa.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar o atendimento do CRAS na região de Santo Amaro, para que atinja a população ainda não cadastrada.</p> <p>2. Implementação de novos serviços no território: CCINTER, CEDESP, SASF, ILPI, CDI, CENTRO DIA, NCI, ampliação das vagas nos serviços já</p>	<p>1. Garantir transporte para os usuários que frequentam os serviços.</p> <p>2. Ampliar os serviços de proteção básica e proteção especial e reestruturar o CJ, com o objetivo de aumentar o</p>	<p>1. Investir na divulgação dos serviços da proteção básica e especial.</p>	<p>1. Aumentar e ampliar recursos para os serviços de acolhimento para o público LGBTQIA+ e implementação do serviço NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE</p>



<p>existentes e criação de SEAS específico para criança e adolescente.</p> <p>3. Diminuir a idade mínima do CJ, passar para 13anos.</p> <p>4. Criar Projeto de Vida Jovem com bolsa auxílio.</p> <p>5. Reconstrução do observatório regional de Santo Amaro, para discussão das necessidades locais, operacionalizando a vigilância socioassistencial para implantação e implementação de serviços, programas e projetos.</p>	<p>interesse do público alvo e garantir bolsa auxílio para o jovem usuário dos serviços.</p> <p>3. Ajuste anual de salário conforme convenção e dissídio coletivo e implementação de benefícios convênio médico, odontológico e outros.</p> <p>4. O reajuste do repasse mensal de acordo com a inflação.</p> <p>5. Fortalecer o ESPASO através de contratação de consultores acadêmicos para a viabilização de orientação e produção científica.</p> <p>6. Implementar um observatório municipal para cada SAS para discussão das necessidades locais, operacionalizando a vigilância socioassistencial para implantação e implementação de serviços, programas e projetos.</p>		<p>EM SITUAÇÃO DE RUA E NA RUA.</p> <p>2. Aumentar repasse federal para os municípios.</p>
---	---	--	--

	7. Atualizar o SISA para que apenas os técnicos responsáveis pelo caso, tenham acesso à informação, garantindo, assim, o sigilo. Criar uma aba de inclusão de anexos de documentos, preenchimento de relatórios e instrumentais, de forma unificada.		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Articular entre todas as políticas públicas, através do CRAS, os benefícios eventuais concedidos para os usuários, visando em sua completude à superação das vulnerabilidades existentes</p> <p>2. Criar mecanismos regionais para avaliação das necessidades, garantindo o atendimento com benefícios eventuais para os usuários, considerando os</p>	<p>1. Articular entre todas as políticas públicas, através do CRAS, os benefícios eventuais concedidos para os usuários, visando em sua completude à superação das vulnerabilidades existentes.</p> <p>2. Criar mecanismos para avaliação das necessidades, garantindo o atendimento com benefícios eventuais para os</p>	<p>1. Garantir transparência dos programas e projetos, bem como os critérios estabelecidos, para acesso da população usuária e ampla divulgação na rede da política pública da assistência social</p>	<p>1. Assegurar o acesso para consulta do Cadastro Único para todos os Serviços/Programas da rede de Política Pública da Assistência Social, considerando a segurança, sigilo e critérios de acesso ao sistema.</p> <p>2. Revisar critérios, articulação, para concessão e</p>

<p>encaminhamentos efetuados pelos serviços.</p>	<p>usuários, considerando os encaminhamentos efetuados pelos serviços.</p> <p>3.Regulamentar a lei no âmbito municipal que trata dos benefícios eventuais para toda a rede da Política da Assistência Social.</p>		<p>monitoramento do Bolsa Família e BPC.</p>
--	---	--	--

6.26. CONFERENCIA REGIONAL DE SÃO MATEUS

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Priorizar a implantação de serviços de Proteção Social Básica, visando a oferta de prevenção, com base na população do território.</p> <p>2. Garantir o financiamento e a articulação da regularização imobiliária/fundiária para equiparação de serviços de Proteção Social Básica e</p>	<p>1. Garantir recursos para Horas Técnicas, horas extras e vale refeição em todas as tipificações e prever no planejamento orçamentário o dissídio do trabalhador com porcentagem que garanta a efetiva recomposição salarial de forma imediata.</p>	<p>1. Garantir Plano Financeiro para Capacitação das Entidades, Trabalhadoras (es), Usuárias (os) com temas consensuados entre todos os segmentos e descentralizados do ESPASO (Espaço Público do Aprender</p>	<p>1. Articular com o Congresso Nacional para aprovação da PEC 383/2017, visando um arcabouço legal que permita o adequado investimento e aperfeiçoamento do SUAS.</p> <p>2. Assegurar recursos para um Plano de Comunicação abrangente e eficiente, com o</p>

<p>Especial, dentre os três distritos, com base na população do território.</p> <p>3. Revisar os critérios estabelecidos pela SMADS para aprovação de imóveis para instalação de serviços da rede socioassistencial, visando efetivar a implementação de novas unidades.</p> <p>4. Garantir espaço de debate amplo da revisão da portaria 46/2010 no território, antes de sua aprovação.</p>	<p>2. Ajustar as planilhas financeiras, em todos os itens de despesas, conforme inflação real dos últimos 5 anos, para garantir recursos para ampliação do quadro de recursos humanos, incluindo equipe multiprofissional e profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos (as) em todas as tipificações da Proteção Social Básica e Especial.</p> <p>3. Garantir verba complementar para manutenção/reformas dos imóveis e bens permanentes utilizados para atendimento da população usuária.</p> <p>4. Implantar CRAS e CREAS (considerando que no território há apenas dois CRAS e um CREAS para atender os três distritos da SAS São Mateus) e ampliar rede de serviços utilizando a dimensão populacional, com base no CENSO 2022.</p>	<p>Social), para a garantia de direitos.</p>	<p>objetivo de divulgar de forma ampla e elucidativa os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios disponibilizados pelo SUAS.</p>
--	---	--	--

	5. Garantir a reposição de cargos vagos de servidores públicos em todas as categorias.		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar mecanismos de informação e divulgação da conferência da Assistência Social e demais secretarias, bem como infraestrutura adequada para a realização das mesmas. Sem limites de participantes e condicionalidades, democratizando desta forma o controle social.</p> <p>2. Criar, desenvolver e garantir plataformas/sistemas e /ou instrumentos de acessibilidade para democratizar a plena participação de toda a população no controle social das políticas públicas bem como a formação permanente para os trabalhadores do SUAS efetivarem esta política.</p>	<p>1. Assegurar que a SMADS garanta que os serviços socioassistenciais disponibilizem funcionários suficientes garantindo a liberação dos mesmos para formação continuada.</p> <p>2. Fortalecer o Fórum Municipal de Usuários do SUAS.</p> <p>3. Ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais em redes sociais, tv, rádio e as diversas linguagens culturais garantindo recursos financeiros.</p> <p>4. Criar conselho gestor nos serviços socioassistenciais da Proteção Básica e Especial de</p>	<p>1. Garantir a materialização das deliberações por meio de ações concretas de implementação pelo CONSEAS SP, fortalecendo a participação ativa dos usuários e da sociedade civil no processo decisório.</p> <p>2. Ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais em redes sociais, tv, rádio e as diversas linguagens culturais garantindo recursos financeiros.</p>	<p>1. Criar, desenvolver e garantir plataformas/sistemas e /ou instrumentos de acessibilidade para democratizar a plena participação de toda a população no controle social das políticas públicas, bem como a formação permanente para os trabalhadores do SUAS efetivarem esta política.</p> <p>2. Ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais em redes sociais, tv, rádio e as diversas linguagens culturais garantindo recursos financeiros.</p>



<p>3. Garantir a materialização das deliberações por meio de ações concretas de implementação pelo COMAS SP, fortalecendo a participação ativa dos usuários e da sociedade civil no processo decisório.</p> <p>4. Simplificar o diálogo dentro dos espaços socioassistenciais garantindo a transparência de informações e divulgações.</p> <p>5. Criar espaços de formação contínua no território para os/as trabalhadores/as da rede direta e indireta, e usuários/as sobre a política de Assistência Social e também temas transversais como racismo, LGBTQIAPN+, etarismo e violência de gênero entre outros.</p> <p>6. Ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais em redes sociais, tv, rádio e as diversas linguagens culturais garantindo recursos financeiros.</p> <p>7. Deliberar que o observatório regional sistematize e apresente anualmente os dados do território em relação aos</p>	<p>média e alta complexidade e serviços de CRAS e CREAS e Centros POP, com efetivação completa até 2025.</p>		
--	--	--	--



<p>atendimentos realizados, implantação dos serviços, demanda reprimida e ampliação dos serviços da Assistência Social.</p> <p>8. Criar o Fórum Regional de usuários/as do SUAS a fim de fomentar e fortalecer o protagonismo das crianças, adolescentes e famílias.</p>			
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Observar as especificidades do território de acordo com disponibilidade de imóveis, e na impossibilidade de imóveis adequados para locação, investir na construção de imóveis próprios, devidamente adequados no quesito acessibilidade.</p> <p>2. Ampliar os serviços e equipamentos de proteção básica, média e alta complexidade na região de São Mateus, incluindo CRAS e CREAS de acordo com as demandas existentes,</p>	<p>1. Garantir a aprovação de um plano de capacitação para entidades, trabalhadores e usuários, construído pelo COMAS, fóruns e movimentos sociais.</p> <p>2. Melhorar as condições dos equipamentos: manutenção dos prédios, adequação às necessidades físicas, pedagógicas e sociais, garantindo acessibilidade em todos os</p>	<p>1. Elaborar um plano que garanta a integração dos serviços das diversas secretarias no território e articulação da rede socioassistencial.</p> <p>2. Criar um plano de articulação com os fóruns e movimentos sociais do território, com o objetivo de compreender a necessidade efetiva, e assim viabilizar a</p>	<p>1. Garantir equidade salarial e de benefícios (convênio médico e odontológico, vale alimentação, vale refeição, insalubridade nas médias e básicas complexidades, seguro de vida, auxílio creche, licença paternidade estendida, atendimento psicológico e terapias) e redução da carga horária (30 horas) para todos trabalhadores do suas sem</p>

<p>implantando os serviços: CJ, SASF, ILPI em São Mateus; CDCM, Núcleo de Serviços para população em situação de rua, ILPI, CREAS, SPSCAVV, CJ, NCI, em Iguatemi; CRAS, CREAS, NPJ, Centro Dia, NAISPD, em Parque São Rafael.</p> <p>3. Serviços essenciais para que haja articulação da rede socioassistencial, garantindo a participação e proteção social integral dos usuários e usuárias.</p> <p>4. Criar um plano estratégico de formação continuada pela SMADS / Espaso, em espaços descentralizados, envolvendo gestores do setor público e representantes de OSC'S, trabalhadores e usuários, com conteúdo que dialogue com a demanda territorial.</p> <p>5. Implantar horas técnicas nos serviços socioassistenciais que não possuem e ampliar a carga horária (10 horas) para 16 horas, para todos os serviços.</p>	<p>ambientes de atendimento ao público nos serviços da assistência social, com disponibilidade de recursos adicionais da SMADS para esta finalidade.</p> <p>3. Padronizar todos os serviços com relação às horas técnicas, com aporte de recursos financeiros para as devidas capacitações, provindo da SMADS, garantindo no mínimo 16 horas mensais.</p> <p>4. Criar uma coordenadoria de articulação da rede interna e externa com isso: SMADS na articulação Inter secretarial e de SAS; SAS na articulação da rede de assistência social CRAS/CREAS; e CRAS/CREAS na articulação territorial das diversas políticas públicas.</p> <p>5. Garantir equidade salarial e de benefícios (convênio médico e</p>	<p>implantação de serviços de acordo com as especificidades de cada região.</p>	<p>prejuízo salarial e da carga horária de atendimento.</p> <p>2. Formular materiais de divulgação da rede de serviços socioassistenciais com linguagem acessível e inclusiva por meio de mídias diversas.</p>
--	---	---	--



<p>6. Elaboração de um plano territorial que garanta a integração e articulação dos serviços da rede intersetorial.</p> <p>7. Garantir que os usuários dos equipamentos da assistência social tenham como acessar os serviços por meio do transporte público através de recarga do bilhete único com verba específica e repassada por SMADS.</p>	<p>odontológico, vale alimentação, vale refeição, insalubridade nas médias e básicas complexidades, seguro de vida, auxílio creche, licença paternidade estendida, atendimento psicológico e terapias) e redução da carga horária (30 horas) para todos trabalhadores do suas sem prejuízo salarial e da carga horária de atendimento.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Divulgar de forma didática (texto e vídeos) as informações de cadastro, atendimentos e serviços ofertados pela rede de Assistência Social. Desburocratizar o acesso aos benefícios sociais e a atualização do Cadastro Único.</p> <p>2. Priorizar o atendimento do usuário da Assistência Social na rede de proteção</p>	<p>1. Criar serviços que atenda a infância 4 - 5 anos, no período pós educação.</p> <p>2. Atualizar a Portaria 46, sem o encerramento de nenhum serviço por meio de consulta pública, audiência pública, debates e contribuições dos coletivos de</p>		



<p>do território (Saúde, Educação, Habitação, Cultura, Jurídico e Previdenciário).</p> <p>3. Garantir formação continuada aos trabalhadores da rede socioassistencial frente às demandas apresentadas na questão social.</p> <p>4. Implantar novos equipamentos e qualificar os já existentes da rede socioassistencial nos subdistritos São Mateus, São Rafael e Iguatemi.</p> <p>5. Ampliar o SEAS e criação dos seguintes serviços voltada a população de rua: Centro de acolhida feminino e para o público LGBTQIANP+ e serviços voltados à profissionalização. Garantindo visibilidade e atendimento integral a pessoa em situação de rua.</p> <p>6. Garantir condições de trabalho digna aos profissionais da rede socioassistencial como: segurança, estrutura e apoio.</p> <p>7. Disponibilizar verbas destinada a todos os serviços de baixa, média e alta</p>	<p>serviços e COMAS-SP descentralizado por região.</p> <p>3. Contratação de novos profissionais para os diversos serviços da rede socioassistencial, principalmente CRAS e CREAS.</p> <p>4. Criar um sistema integrado e transversal de informações para viabilizar o fluxo de atendimento entre os serviços da rede socioassistencial.</p> <p>5. Ampliar a rede de proteção básica e especial considerando as características e vulnerabilidades do território. Implantar CCA; Conselho Tutelar (Iguatemi); CEDESP; Centro de Convivência Intergeracional (CCINTER); Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência (NAISPCD); NCI Período Integral e CDIS; SPVV; SASF; ILPI; CJ; CDCM; LGBTQIAPN+; CRAI;</p>		
---	--	--	--

<p>complexidade. Ex.: Transporte, lazer e cultura</p>	<p>CTA; CAE Família; CREAS; CRAS (São Rafael); NPJ. Através de consulta dos trabalhadores dos serviços, movimentos sociais, sociedade civil organizada e fóruns.</p>		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar mutirões de forma emergencial para o cadastramento e recadastramento do CadÚnico com profissionais qualificados para garantir a efetivação dos mesmos.</p> <p>2. Aumentar a circulação do posto móvel do CadÚnico com periodicidade regular, divulgação ampla e uma maior capacidade de atendimento.</p> <p>3. Criar mais unidades de CRAS, com abertura de concursos públicos para a contratação de profissionais especializados, para garantir o acesso</p>	<p>1. Disponibilizar o benefício de gratuidade no transporte para todos os usuários dos serviços socioassistenciais garantindo o acesso.</p> <p>2. Aumentar a circulação do posto móvel do CadÚnico com periodicidade regular, divulgação ampla e uma maior capacidade de atendimento.</p> <p>3. Criar mais unidades de CRAS, com abertura de concursos públicos para a contratação de</p>	<p>1. Criar mais unidades de CRAS, com abertura de concursos públicos para a contratação de profissionais especializados garantindo o acesso aos benefícios e transferência de renda.</p> <p>2. Garantir um Plano de Comunicação de divulgação do SUAS voltado para os usuários (Serviços, Programas, Projetos e Benefícios) construído</p>	<p>1 .Implementar o prontuário SUAS com acesso a toda rede socioassistencial permitindo o acesso às informações, a atualização e acompanhamento cadastral.</p>

<p>e informação dos benefícios de transferência de renda.</p> <p>4. Mapear a vulnerabilidade local, situação de rua, ocupações e imigrantes visando o acesso ao benefício social a partir da realidade específica.</p>	<p>profissionais especializados garantindo o acesso aos benefícios e transferência de renda.</p> <p>4. Criar um prontuário SUAS a toda rede socioassistencial o acesso as informações permitindo, se necessário, a atualização e acompanhamento cadastral.</p> <p>5. Incluir no benefício eventual da cesta básica os produtos de higiene de forma padronizada e qualitativa.</p>	<p>coletivamente de forma descentralizada e geral.</p>	
--	---	--	--

6.27. CONFERÊNCIA REGIONAL DE SÃO MIGUEL PAULISTA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Aumentar o repasse dialogando com a necessidade de cada serviço.</p>	<p>1. Publicizar os encontros/reuniões que pautem o orçamento do COMAS, com maior transparência, usando outros mecanismos de</p>	<p>1 Publicizar os repasses estaduais especificando os equipamentos em cada região.</p>	<p>1. Aumentar o orçamento da Assistência Social em no mínimo 12%.</p>



<p>2. Publicizar/transparecer o orçamento regional em cada SAS.</p> <p>3. Direcionar verba para ampliação da rede direta (CRAS/CREAS) e indireta (NAISPD/NCI/SPVV/CDI/CDCM/CCA/ILPI/SASF/CJ/CEDESP).</p> <p>4. Publicizar os repasses regionais especificando os equipamentos em cada região.</p> <p>5. Incluir no orçamento a 13ª parcela para manutenção, reparo e adequações dos serviços socioassistenciais conveniados. Garantir orçamento para CRAS e CREAS.</p>	<p>comunicação (redes sociais), para além do site.</p> <p>2. Publicizar os repasses municipais especificando os equipamentos em cada região.</p> <p>3. Garantir o repasse financeiro para os serviços que ultrapassam a capacidade dos atendimentos.</p> <p>4. Garantir o orçamento para a implantação de serviços de acordo com a nova portaria 46 e 47. Viabilizar o acesso às informações de consulta pública.</p> <p>5. Efetivar e financiar a implantação do Conselho Gestor de Assistência Social.</p>	<p>2 Garantir o repasse financeiro para os serviços que ultrapassam a capacidade dos atendimentos.</p>	<p>2. Publicizar o financiamento e cofinanciamento com maior transparência para o conhecimento da população.</p>
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Promover capacitação continuada, garantindo a participação efetiva de todos os profissionais do SUAS.</p>	<p>1. Criação do Conselho Gestor em todos os equipamentos, com o repasse orçamentário vinculado à criação do conselho gestor.</p>	<p>SEM PROPOSTA</p>	<p>SEM PROPOSTA</p>



<p>2. Criar comitês intersecretariais para a construção de ações, discussão e encaminhamentos sazonais com a participação do Conselho Gestor.</p> <p>3. Promover uma agenda de interlocução entre a rede socioassistencial e demais políticas públicas, visando a divulgação das ações dos serviços desenvolvidos no território, bem como a ampliação da participação popular a partir do conhecimento dos serviços da rede.</p>	<p>2. Inclusão de horas técnicas, com a garantia da participação de todos os profissionais, para capacitação dos serviços de proteção básica da rede socioassistencial, sem prejuízo ao andamento do serviço e o atendimento aos usuários.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir capacitação continuada e conjunta, trimestral, entre a rede de serviços de forma intersetorial e intersecretarial na SAS São Miguel.</p> <p>2. Criar um conselho gestor participativo com representantes da comunidade, Defensoria, Ministério Público, Sociedade Civil, saúde, Conselho Tutelar, educação, Direitos</p>	<p>1. Ampliar o acesso dos serviços socioassistenciais ao SISA (Sistema de Informações do Atendimento aos Usuários), enquanto mecanismo de alimentação de prontuário eletrônico de atendimento aos cidadãos;</p> <p>2. Implantar em 2 anos no mínimo 5 CRAS na SAS São Miguel</p>	<p>1. Implantar 1 (um) centro de defesa e convivência da mulher (CDCM) na SAS São Miguel, bem como, nas 32 regionais da cidade de São Paulo, assegurando atendimento de qualidade a todas as mulheres vítimas de violência e vulnerabilidade social, fortalecendo sua autonomia pessoal e social.</p>	<p>1. Criar canais de comunicação direta com população acerca da política de assistência social, por meio das mídias em geral;</p>



<p>Humanos, segurança pública e Secretaria da Justiça, entre outros.</p> <p>3. Criar uma coordenadoria de articulação da rede interna e externa, de forma a elaborar um plano de ação que garanta a integração dos serviços no território e articulação da rede socioassistencial, tendo em vista a relevância da política de assistência social junto às demais políticas.</p> <p>4. A conferência delibera pela garantia na responsabilização de SMADS para que se consolide a com isso: a) SMADS na articulação intersecretarial e de SAS. B) SAS na articulação da rede de assistência social CRAS/CREAS e c) CRAS/CREAS na articulação territorial das diversas políticas públicas.</p>	<p>3. Ampliar o quadro de RH da rede direta, por meio de concursos públicos e da rede indireta.</p> <p>4. Efetivar a realização de um plano de capacitação para entidades, trabalhadoras (es), usuárias (os), governamentais e controle social (COMAS), construído pelo COMAS, fóruns, dentre outros.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<ol style="list-style-type: none">1. Ampliar o Clube da Turma para todas as regiões de São Miguel Paulista.2. Implantar um Centro de Cidadania para crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.3. Ampliar os serviços de SPVV nas regiões de São Miguel Paulista.4. Garantir a formação continuada para os profissionais da rede direta e indireta.5. Incluir o programa de aprendizagem profissional para adolescentes e jovens, nos serviços de atendimento a este público (CCA E CJ).	<ol style="list-style-type: none">1. Implementar novos serviços para atendimento de proteção social básica e especial (SASF/CCA/CEDESP/CJ/NCI/CDI/NAISPD/ NPJ/SPSCAVV/ CAE/ILPI/SAICA).2. Realizar aditamento nos serviços referente às vagas que já existem, conforme a necessidade, bem como em seus recursos humanos e estrutura.3. Ampliar os serviços CRAS/CREAS para os distritos de São Miguel Paulista e Vila Jacuí. Implantar serviços de CRAS/CREAS no distrito de Jardim Helena, com inclusão de tótem para autoatendimento no CRAS.4. Ampliar o quadro de RH nos serviços tipificados.5. Disponibilizar transporte para atividades externas realizadas pela proteção básica e especial.	<ol style="list-style-type: none">1. Ampliar o quadro de RH de todos os serviços da proteção básica, média e alta complexidade existentes e implantar os serviços: CEDESP, CCA, NCI, NAISPD e CDI, ILPI, CA, CDCM, CAE e CAE trans.2. Ampliar o número de profissionais da saúde, e reavaliar suas atribuições, conforme a portaria intersecretarial, com exercícios específicos da profissão em serviços da proteção especial (ILPI).	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar o planejamento a partir de marcadores sociais a fim de criar um fundo de reserva socioassistencial federal para assistir ao contexto de calamidade pública.
--	---	---	---

EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar os serviços que oferecem capacitação para o Mundo do Trabalho com Equipe Multiprofissional, de orientação, formação, geração de renda e acompanhamento na recolocação profissional dando autonomia para adolescentes, jovens e famílias.</p>	<p>1. Criar programas de frente de trabalho, para as famílias com CadÚnico atualizado, por um período de 12 meses podendo ser renovado por mais 12 meses, com acompanhamento de condicionalidades pela rede intersecretarial.</p> <p>2. Ampliar os serviços que oferecem capacitação para o Mundo do Trabalho com Equipe Multiprofissional, de orientação, formação, geração de renda e acompanhamento na recolocação profissional dando autonomia para adolescentes, jovens e famílias.</p>	<p>1. Criar programas de frente de trabalho, para as famílias com CadÚnico atualizado, por um período de 12 meses podendo ser renovado por 12 meses, com acompanhamento de condicionalidades pela rede intersecretarial.</p>	<p>1. Distribuição de renda para famílias onde as crianças e adolescentes são vítimas de violências, com o objetivo de interromper a dependência financeira com o agressor (a) .</p> <p>2. Garantir adicional de 1 salário mínimo para cuidador integral de beneficiário do BPC e aposentados com renda de até um salário mínimo dependente de cuidados.</p>

6.28. CONFERÊNCIA REGIONAL SAPOPEMBA

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Garantir recursos para implantação de um CDCM e mais um SPVV com 80 vagas para o orçamento de 2023/24.</p> <p>2.Garantir repasse para ampliar a rede de serviços de proteção social básica, como: CCA, CEDESP, NCI, SASF, CCINTER; e proteção social especial de média complexidade, como: CDI, NAISPD, SPVV e NPJ.</p> <p>3.Garantir repasse para ampliar a rede de serviços de proteção social básica, como: CCA, CEDESP, NCI, SASF, CCINTER; e proteção social especial de média complexidade, como: CDI, NAISPD, SPVV e NPJ. Garantir repasse da ampliação do número de CCAs a fim de zerar as filas de espera, de acordo com o diagnóstico do território, considerando essencialmente a</p>	<p>1.Garantir recursos para o quadro de RH, assegurando psicólogos em todas as tipificações da proteção básica.</p> <p>2.Garantir repasse para ampliar a rede direta CRAS/CREAS de acordo com a regulamentação do suas e rede indireta de serviços de proteção social básica, como: CCA, CEDESP, NCI, SASF, CCINTER; e proteção social especial de média complexidade, como: CDI, NAISPD, SPVV e NPJ. Garantir a aprovação na totalidade do orçamento da assistência social do município de São Paulo, para ampliar a rede de serviço socioassistenciais.</p>	<p>1.Garantir repasse de 7% para custeamento dos serviços da rede socioassistencial.</p> <p>2.Garantir repasse para implantar CRAS/CREAS de acordo com a regulamentação do suas.</p>	<p>1.Garantir repasse para implantação e implementação dos serviços tipificados para a faixa etária de 0 a 6 anos e proteção social básica no domicílio.</p> <p>2.Garantir equiparação orçamentária a pasta da educação e readequar o MIROSC acrescentando o aumento anual do repasse para os serviços de acordo com o índice de maior valor, para garantir as obrigações trabalhistas previstas nas convenções e resoluções (alimentação).</p>



<p>presença dos seguintes profissionais, como: psicólogos, assistente social, orientador socioeducativo volante, orientador socioeducativo a cada vinte usuários, orientador socioeducativo especializado para acompanhamento de crianças e adolescentes com deficiência a cada três usuários.</p> <p>4.Garantir orçamento para a continuidade do reordenamento de vagas do SAICAs</p>	<p>3.Garantir repasse para equiparar os salários dos trabalhadores da rede indireta a rede direta, assim como: bonificação dos trabalhadores da rede indireta.</p> <p>4.Garantir orçamento Inter secretarial SMADS e Secretaria de Direitos Humanos para implementação de centro de cidadania LGBTQI, e horas técnicas para qualificação dos trabalhadores/as da rede socioassistencial, para atendimento de crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas LGBTQI.</p> <p>5.Garantir repasse para reajuste anual a PRD aos índices inflacionários (índices de maior valor), para todos os elementos de despesa, especialmente para RH (dissídio anual).</p>		
--	--	--	--



EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Garantir a participação nas conferências de no mínimo 5% (cinco por cento) do total de usuários atendidos nos serviços do Distrito de Sapopemba.</p> <p>2.Garantir planos de enfrentamento e ação a partir dos dados do Observatório da SMADS e transparência na aplicação dos recursos financeiros destinados às políticas e serviços no território do Sapopemba.</p>	<p>1.Criar e implementar um Conselho Gestor em cada SAS.</p> <p>2.Criar e implementar Ouvidoria na SMADS monitorada pelos diversos Conselhos de Direitos.</p> <p>3.Viabilizar acesso às informações do Observatório da SMADS através de plataforma digital com dados atualizados trimestralmente, garantindo a transparência.</p> <p>4.Criar plataforma de acesso às informações de dados Inter secretariais</p>		<p>1.Revisar o MROSC a partir de audiências com as organizações da sociedade civil</p>

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar a formação e capacitação permanente dos Trabalhadores do SUAS para qualificar o atendimento dos usuários com temas transversais (LGBTQIA+, racismo, violência de gênero, patriarcado e outros).</p> <p>2. Promover e incentivar a participação de crianças e adolescentes em espaços deliberativos, por meio de estratégias entre as diversas secretarias, garantindo a participação social de crianças e adolescentes para plena cidadania.</p> <p>3. Qualificar a intersectorialidade da rede de proteção, visando atender aos usuários em sua totalidade.</p>	<p>1. Garantir melhores condições estruturais e acessibilidade para promover a participação das Pessoas com Deficiência nos espaços sociais, inclusive nas Conferências de Assistência Social: intérpretes de LIBRAS, rampas de acesso, audiodescrição, entre outros.</p> <p>2. Garantir o cumprimento da legislação de acessibilidade, a fim de efetivar a participação das Pessoas com Deficiência nos espaços sociais, inclusive nas Conferências de Assistência Social: intérpretes de LIBRAS, rampas de acesso, audiodescrição, entre outros.</p>	<p>1. Garantir recursos para a implementação dos conselhos gestores em todos os serviços socioassistenciais da rede direta e indireta.</p>	<p>1. Implantar um sistema de cadastro unificado das redes de proteção (Saúde, Educação, Assistência Social e Habitação) a fim de facilitar e qualificar os dados dos usuários atendidos.</p> <p>2. Garantir recursos para a implementação dos conselhos gestores em todos os serviços socioassistenciais da rede direta e indireta.</p>



	<p>3. Implementar os conselhos gestores em todos os serviços da rede socioassistencial, na rede direta e indireta nos três entes federativos: município, estado e união.</p> <p>4. Implantar um sistema de cadastro unificado das redes de proteção (Saúde, Educação, Assistência Social e Habitação) a fim de facilitar e qualificar os dados dos usuários atendidos.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar CRAS e CREAS conforme regulamentação do SUAS no território e implantar mais serviços como CCINTER, SPVVS e SASF, tendo em vista a quantidade de demandas expostas no território de Sapopemba,</p>	<p>1. Padronizar e unificar os sistemas utilizados pela rede direta garantindo o acesso para os serviços da rede socioassistencial.</p>	<p>1. Implementar cotas para contratação de pessoas LGBTQIA+, pessoas negras, Pessoas com Deficiência –</p>	<p>1. Implementar adicional de insalubridade e EPs para trabalhadores da proteção básica.</p>

<p>pois são serviços que atendem uma variada faixa etária e a composição familiar no todo.</p> <p>2.Implementar serviço de acolhida para adultos a partir dos dados da população em situação de rua do território.</p>	<p>2.Alinhar e unificar todos os sistemas de informação do SUAS com os direitos já previstos em atos normativos de nome social.</p> <p>3.Implementar programas e projetos para a rede de atendimento para refugiados e imigrantes, visando o atendimento das especificidades das demandas.</p>	<p>PcDs e povos originários dentro do SUAS.</p>	<p>2.Equiparação do salário e benefícios dos trabalhadores socioassistenciais com a rede direta.</p>
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1.Realizar campanhas para divulgação dos direitos das mulheres imigrantes e vítimas de violências garantindo e encaminhando para a concessão de benefícios.</p> <p>2.Promover encontros e formações com a rede socioassistencial sobre os</p>	<p>1.Ampliar o número dos postos de cadastramento do CadÚnico garantindo o aumento da capacidade atual de atendimento em 100%.</p>	<p>1.Destinar o Programa Ação Jovem para os atendidos no CEDESP.</p> <p>2.Criar Canais de Comunicação presenciais e/ou</p>	<p>1.Divulgar os critérios que determinam os motivos e condicionalidades que estão sendo utilizadas para cortes e bloqueios de programas de transferência de renda, levando em consideração o</p>

<p>benefícios de transferência de renda e outros direitos da população LGBTQIAP+.</p> <p>3.Criar facilitadores para divulgação da agenda do CadÚnico.</p> <p>4.Criar fóruns ou GTs com a participação de um representante dos serviços socioassistenciais para discussão e planejamento de capacitações sobre benefícios de transferência de renda.</p>	<p>2.Reformular o Programa Renda Mínima dissociando seu pagamento do Bolsa-Família.</p> <p>3.Substituir a distribuição de Cestas Básicas físicas por cartão alimentação, com créditos equivalentes ao valor da cesta básica (DIEESE), direcionando este benefício para a Coordenadoria de Segurança Alimentar, promovendo a autonomia dos usuários.</p> <p>4.Flexibilizar o horário de atendimento nos postos de cadastramento do Cadúnico garantindo o atendimento aos usuários no período noturno, sábados e domingos.</p> <p>5.Facilitar o acesso da agenda do Cadúnico instalando Totens,</p>	<p>efetivos do Programa Bolsa do Povo.</p>	<p>grande índice de vulnerabilidade dos usuários.</p> <p>2.Divulgar o processo de mudanças e as novas condicionalidades do Programa Bolsa-Família de forma esclarecedora para as famílias.</p>
---	---	--	--

	com um colaborador e/ou um sistema adequado para atendimento de pessoas com deficiência, para agendamento em terminais de ônibus e estações de metrô visando o acesso total à população.		
--	--	--	--

6.29. CONFERÊNCIA REGIONAL DA SÉ

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir o fomento financeiro para implantar e implementar no mínimo 1 CRAS por distrito (DA) e aumento do CREAS por diagnóstico de vulnerabilidade.</p> <p>2. Garantir financiamento para serviços híbridos (Saúde e Assistência Social), com a oferta de cuidados em saúde</p>	<p>1. Revisar, no âmbito financeiro, a portaria 46/47 - 2010, para garantir a adequação dos valores salariais por categorias (formação) e os direitos básicos concedidos pela CLT em convenção coletiva para os trabalhadores da Assistência</p>	<p>1. Aprovar percentual de 5% do orçamento para Política Pública de Assistência Social.</p> <p>2. Garantir recurso financeiros para promover educação permanente para trabalhadores e usuários.</p>	<p>1. Aprovar percentual de 5% do orçamento para a política pública de Assistência Social.</p> <p>2. Garantir recursos financeiros para promover educação permanente para trabalhadores e usuários.</p>

<p>mental para a população em situação de rua.</p>	<p>Social, reajustado de forma imediata.</p> <p>2. Aprovar percentual de 5% do orçamento municipal para a Assistência Social.</p> <p>3. Garantir o aporte financeiro para implantar a criação de seis ILPIs, tipo II e III, no município de São Paulo com a manutenção sistemática.</p>		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar e garantir o acesso à informação e a divulgação da Rede de Assistência Social através de todas as mídias disponíveis, articulação com as demais políticas públicas e órgãos de defesa e garantia de direitos. Utilizando linguagem simples e acessível.</p> <p>2. Implantação de conselho gestor nos serviços socioassistenciais da região Sé, com composição de usuários e</p>	<p>1. Priorizar e garantir que os usuários da Assistência Social sejam contratados como trabalhadores das políticas públicas.</p> <p>2. Garantir os processos democráticos do Conselho Municipal de Assistência Social e respeitar a paridade e a</p>	<p>1. Ampliação da oferta dos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade priorizando mulheres, idosos, pessoas com deficiência e população LGBTQIA + garantindo acessibilidade, RH conforme NOB RH, formação permanente de executores e</p>	<p>1. Ampliar oferta dos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade priorizando mulheres, idosos, pessoas com deficiência e população LGBTQIA + garantindo acessibilidade, RH conforme NOB RH, formação permanente de executores e</p>



<p>trabalhadores do SUAS, com caráter permanente, deliberativo (no serviço) e destinado a participação no planejamento, avaliação e controle da execução da política pública de assistência social.</p> <p>3. Implementar Comitê no âmbito da supervisão da Assistência Social Regional Sé para dialogar sobre a implantação da Lei 17638 - 9 de setembro de 2021, com a participação dos usuários e poder público.</p>	<p>proporcionalidade dos diferentes segmentos se abstendo o poder público de escolher e votar nos representantes da sociedade civil.</p> <p>3. Ampliar oferta dos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade (CRAS, CREAS, CENTRO POP, considerando a extensão do território e suas vulnerabilidades, sendo dois por distrito) priorizando mulheres, idosos, pessoas com deficiência e população LGBTQIA + garantindo acessibilidade, RH conforme NOB RH, formação permanente executores e usuários do SUAS e recursos financeiros.</p>	<p>usuários do SUAS e recursos financeiros.</p> <p>2. Ampliar e garantir o acesso à informação e a divulgação da Rede de Assistência Social através de todas as mídias disponíveis, articulação com as demais políticas públicas e órgãos de defesa e garantia de direitos. Utilizando linguagem simples e acessível.</p>	<p>usuários do SUAS e recursos financeiros.</p> <p>2. Rever os critérios de condicionalidades dos benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda a fim de ampliar o acesso.</p>
---	---	---	--

EIXO 3

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar mais 2 Centros Pop na região central de São Paulo, sendo um a cada 2 distritos.</p> <p>2. Garantir a articulação, comunicação e operacionalização intersecretarial e intersetorial entre os serviços socioassistenciais de alta e média complexidade, garantindo como serviço de retaguarda para pessoas com comorbidades de saúde.</p> <p>3. Implantação de conselho gestor em serviços socioassistenciais da região Sé, com composição de usuários e trabalhadores do SUAS, com caráter permanente, deliberativo (nos serviços) e destinados ao planejamento, avaliação e controle de execução de políticas públicas de assistência social,</p>	<p>1. Criar um projeto de lei de iniciativa popular, via conselhos articulados, comitê Pop rua, COMAS, habitação, que normatizaria a obrigatoriedade de articulação entre as políticas de saúde, habitação e assistência social, COMUDA (Álcool e drogas) e CONSEA (segurança alimentar), etc.</p> <p>2. Garantir a ampliação dos serviços socioassistenciais voltados a famílias com crianças, mulheres, pessoas trans, idosos e pessoas com deficiências de acordo com o SIS Rua.</p>	<p>1. Construir uma política estadual que garanta a efetiva participação dos usuários e trabalhadores do SUAS. 19.</p> <p>2. Criar em 2024 abrigos emergenciais de inverno estaduais (por 5 meses), um por cidade, em cidades com mais de 80 moradores de rua, residentes naquele município.</p>	<p>1. Criação de serviços híbridos para atender os usuários que hoje não tem “perfil” para acolhimento em serviços assistenciais e nem da saúde.</p> <p>2. Fiscalizar e garantir a não-remoção forçada de pessoas em situação de rua, de acordo com o STF.</p>

<p>priorizando a implantação em Centros Pop.</p>	<p>3. Garantir e fiscalizar o cumprimento da lei municipal nº 17502/20 que garante a proteção e ampliação das pessoas com TEA nos serviços do SUAS (consultório na rua, equipamentos de moradia), garantindo e respeitando a individualidade do sujeito na sua laicidade, identidade de gênero, etnia, raça e deficiências, em consonância com a lei federal de inclusão.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir a autonomia, segurança e integridade em relação ao assédio, entre outros, aos serviços e aos trabalhadores do SUAS e que não haja interferências da gestão/governo que não estejam previstas nas legislações vigentes da Assistência Social na execução dos serviços socioassistenciais.</p>	<p>1. Garantir a interlocução entre as Secretarias da Assistência Social, Saúde, Habitação e Educação. Secretaria da Saúde para que se efetive o serviço de acompanhamento a consulta, medicamentos, permanência 24h de enfermeiros e processos terapêuticos, de acordo com as</p>	<p>1. Aprimorar a comunicação da tratativa de demandas e questões sociais: comunicação inter-regional, intermunicipal, interestadual e nacional entre agentes públicos e governamentais em conjunto</p>	<p>1. Abertura de serviços socioassistenciais diretos em relação à esfera federal, estadual e municipal (SMADS), que a gestão direta seja executora dos serviços, para que haja valorização dos serviços, dos trabalhadores e</p>



<p>2. Ampliar serviços de restaurantes, lavanderias, cortes de cabelo, higiene pessoal (com garantia de distribuição de insumos para essas modalidades), para a população em situação de rua, bem como criar terminais de apoio que funcione 24h, com estrutura física adequada para acolher pessoas em situação de vulnerabilidade enquanto se aguarda atendimento e solução após acionar o 156.</p> <p>3. Proporcionar o retorno do usuário quando ele for levado para atendimento nos Pronto Socorro no período noturno, finais de semana e feriados por transporte do SAMU ou veículo oferecido pelo serviço público, após alta médica.</p>	<p>necessidades dos serviços; Secretaria de Habitação, garantia de moradia e locação social para idosos. Ex: mais vila dos idosos; Secretaria de Educação garantia de cursos de qualificação da população em situação de rua, até 64 anos, 11 meses e 29 dias, entre outros.</p> <p>2. Descentralizar as vagas do CPAS, devolvendo a autonomia aos serviços, para articulação no reordenamento de vagas tornando o serviço menos burocrático e respeitando os territórios.</p> <p>3. Garantir a qualificação e inserção no mercado de trabalho com relação aos programas oferecidos pela AS, com primazia à população idosa até 64 anos, 11 meses e 29 dias,</p>	<p>com a sociedade civil (OSCs e etc...).</p> <p>2. Abertura de serviços socioassistenciais diretos em relação à esfera federal, estadual e municipal (SMADS), que a gestão direta seja executora dos serviços, para que haja valorização dos serviços, dos trabalhadores e consequente melhoria do atendimento aos usuários.</p>	<p>consequente melhoria do atendimento aos usuários.</p> <p>2. Garantir a autonomia, segurança e integridade em relação ao assédio, entre outros, aos serviços e aos trabalhadores do SUAS e que não haja interferências da gestão/governo que não estejam previstas nas legislações vigentes da Assistência Social na execução dos serviços socioassistenciais.</p>
---	--	---	--



	peças em situação de rua, pessoas com deficiêcia, população LGBTQIAPN+, dentro da políica de Assistêcia Social municipal.		
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
1. Respeitar o território de moradia para a concessão do auxílio aluguel, no caso da região da Sé o aumento proposto é de R\$ 800,00.	1. Garantir a desburocratização e gratuidade do acesso à documentação pessoal à população em situação de rua, imigrantes, idosos e outros em situação de vulnerabilidade social. 2. Retorno do “Programa Renda Mínima” com critérios que abrangem a população em situação de rua, imigrantes, idosos e outros em situação de vulnerabilidade social.	1. Garantir e efetivar o “Programa Renda Cidadã” com valor baseado no percentual de 50% do salário mínimo.	1. Garantir a continuidade do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com repasse de dois salários-mínimos. 2. Eliminar os critérios para os bloqueios do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

	3. Respeitar o território de moradia para a concessão do auxílio aluguel de R\$ 800,00.		
--	---	--	--

6.30. CONFERENCIA REGIONAL DA VILA MARIA/VILA GUILHERME

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Garantir recursos para implantação de CEDESP, CJ e SASF no território de Vila Medeiros e novo SASF e NCI no território de Vila Maria.</p> <p>2. Garantir recursos para implantação de CRAS no Parque Novo Mundo mediante chamamento de concurso público.</p>	<p>1. Garantir no PPA, LDO e LOA a previsão de recursos para a recomposição de custos para os serviços da proteção básica e especial, conforme a Inflação.</p> <p>2. Atualizar o repasse da verba dos serviços da Assistência Social, inclusive o dissídio anual dos trabalhadores, de acordo com calendário das Convenções Coletivas, ao final de cada anualidade.</p> <p>3. Assegurar recurso público para ampliação de RH dos serviços parceirizados como</p>	<p>1. Assegurar 5% da arrecadação estadual para a Assistência Social.</p> <p>2. Ampliar os recursos para concessão do benefício de viagem interestadual para pessoas idosas.</p>	<p>1. Propor urgência na votação da PEC 383/2017 na Câmara Federal e Senado, garantindo a obrigatoriedade federal, estadual e municipal de 1% da receita corrente e líquida, para aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social.</p> <p>2. Garantir aumento de IGDSUAS destinados aos Conselhos Municipais de</p>

	<p>agente operacional, oficineiro, equipe técnica e horas técnicas.</p> <p>4. Implantar recursos para melhoria da infraestrutura, aquisição de bens duráveis das unidades estatais, bem como para insumos e alimentação dos usuários.</p> <p>5. Assegurar 5% da arrecadação municipal para a Assistência Social.</p>		Assistência Social para, no mínimo, 10%.
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar fórum regional da assistência social para estabelecer efetivamente o controle social no território;</p> <p>2. Estabelecer encontros trimestrais entre o CRAS e a população usuária atendida, dando voz ao clamor popular, na mediação das condições políticas locais a nível Regional, Municipal e</p>	<p>1. Implantar e garantir a formação através de horas técnicas para todos os serviços da assistência social.</p> <p>2. Aproximar o COMAS dos territórios, através da criação de comitês regionais.</p>	<p>1. Implantar e garantir a formação através de horas técnicas com recursos do governo do estado de São Paulo para todos os serviços.</p> <p>2. Fortalecimento e orientação dos direitos através de ações socioassistenciais com parcerias intersetoriais, a toda</p>	<p>1. Implantar e garantir a formação através de horas técnicas dentro da execução do suas com recursos do governo federal que abrange todo território nacional.</p>



<p>Estadual, para execução, monitoramento e avaliação da realidade de cada território.</p>	<p>3. Garantir capacitação para os conselheiros do comas-sp eleitos no início do mandato.</p> <p>4. Sistematizar e unificar o histórico de atendimento com o objetivo de integrar todo(a)s as plataformas de atendimento dos usuários em Sistema Único, com níveis de acesso adequados à cada serviço e visando um atendimento justo e individualizado, respeitando as demandas do atendido e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018.</p> <p>5. Efetivar o cumprimento da constituição federal e LOAS, modificando nas três esferas de governo a estrutura dos conselhos, sendo 50% entidades dos usuários, 25% trabalhadores e 25% órgãos governamentais e/ou não</p>	<p>população quanto às prevenções e atenções durante as situações de emergências e/ou calamidades</p>	
--	--	---	--



	governamentais para que assim se adote como parâmetro a prerrogativa do controle social.		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar serviço especializado para atender a população LGBTQIAPN+ como possibilidade de articulação entre os demais serviços.</p> <p>2. Viabilizar a participação da rede socioassistencial no projeto Tecendo Redes.</p> <p>3. Garantir a participação dos trabalhadores e usuários nos Fóruns existentes no território ampliando a divulgação por meio dos serviços da assistência social.</p> <p>4. Realizar capacitação continuada com todos os profissionais da rede socioassistencial para atender/acolher a população LGBTQIAPN+.</p>	<p>1. Realizar capacitação continuada com todos os profissionais da rede socioassistencial para atender/acolher a população LGBTQIAPN+.</p> <p>2. Ampliar a comunicação sobre os Fóruns existentes no município para viabilizar a participação popular através das gestões dos serviços, secretarias, demais atores da assistência social, fazendo uso de todos os meios de comunicação.</p> <p>3. Viabilizar a convocação dos concursados para garantir o atendimento qualificado da rede socioassistencial.</p>	<p>1. Garantir a capacitação continuada com todos os profissionais da rede socioassistencial para atender/acolher a população LGBTQIAPN+.</p> <p>2. Criar uma ouvidoria direta para o acolhimento das denúncias provenientes de vítimas de todas as possibilidades de assédio e da precarização do trabalho voltado para os profissionais da rede socioassistencial</p>	<p>1. Criar um sistema integrado de informação entre as políticas públicas vinculadas aos ministérios (Saúde, Educação e Assistência Social).</p>



<p>5. Viabilizar um atendimento qualificado através de um Centro de Referência da Diversidade (CRD) no território Vila Maria.</p>	<p>3. Criar um grupo de trabalho intesecretarial para elaborar um calendário anual com a finalidade de divulgar as ações dos serviços.</p> <p>4. Criar o dia da Virada da Assistência Social com o objetivo de promover e divulgar a rede socioassistencial.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Elaborar uma agenda compartilhada entre as secretarias da Assistência Social, Cultura, Saúde, Habitação e Educação a fim de melhorar a comunicação sobre a rede de atendimento.</p> <p>2. Criação de fóruns e grupos de trabalho, que realizam ações territoriais, bem como encontros e atividades de lazer e cultura, com participação de setores e serviços do território, de forma mensal, com participação das</p>	<p>1. Ampliar o benefício de Verba de Transporte e articular junto a Secretaria Municipal de Transporte, a extensão do Programa Passe Livre aos usuários de todos os serviços da Assistência Social, incluindo responsáveis, acompanhantes de pessoas que necessitam de tutela, como crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos, garantindo o acesso e a frequência nos</p>	<p>1. Publicizar os serviços socioassistenciais para os adolescentes nas escolas.</p>	<p>1. Publicizar os serviços socioassistenciais para os adolescentes nas escolas.</p> <p>2. Criar a função de Orientador socioeducativo volante para CCA e CCInter.</p>



<p>secretarias da Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Habitação.</p> <p>3. Garantir capacitação aos trabalhadores para acolher devidamente, e proporcionar um atendimento qualificado às necessidades e especificidades dos usuários encaminhados de outras redes socioassistenciais (CAPES, Previdência Social, etc.)</p> <p>4. Implantar os seguintes serviços:</p> <p>5. Residência inclusiva para pessoas PCD;</p> <p>6. Centro de acolhida para público LGBTQIAPN+;</p> <p>7. República jovem;</p> <p>8. Núcleo de convivência para pessoas em situação de rua;</p> <p>9. SASF para Vila Medeiros e Vila Guilherme;</p>	<p>serviços socioassistenciais nos quais são assistidos.</p> <p>2. Criar programa de Transporte Social Gratuito (TSG), para atender as demandas de locomoção dos usuários, a fim de garantir o acesso à serviços, programas e projetos.</p> <p>3. Criar um serviço com equipe multidisciplinar para acompanhamento técnico dos serviços da proteção básica semelhante ao NPJ.</p> <p>4. Realizar seminários sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas para os trabalhadores da rede, com a perspectiva de criação de um comitê intersetorial com a criação de metodologias.</p> <p>5. Incluir equipe técnica multidisciplinar (Psicólogo e Assistente social) no quadro de RH dos serviços da rede de proteção Básica.</p>		
---	--	--	--

<p>10. Instituição de longa permanência para idosos.</p> <p>11. Ampliar CCA, CCINTER, CJ, Cedesp considerando os vazios socioassistenciais do território e os indicadores sociais para atender a população em vulnerabilidade.</p>			
EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar sistema de consulta unificado que contenha todas as informações dos benefícios de transferência de renda que os usuários estão inseridos, acessível para os profissionais da rede socioassistencial direta e indireta.</p> <p>2. Ampliar a oferta de vagas para inclusão no CADÚNICO, visando facilitar o acesso dos usuários aos benefícios socioassistenciais</p> <p>3. Ampliar a divulgação referente às possibilidades de acesso ao BPC,</p>	<p>1. Revisar a norma técnica de 2015 para concessão de benefício eventual de alimentação no que se refere a quantidade concedida de até 03 por ano. Substituir o insumo físico por crédito monetário de cartão alimentação, para que o usuário tenha autonomia, mantendo a articulação entre outras políticas, como educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar, previdência social, para</p>	<p>1. Ampliar a divulgação referente às possibilidades de acesso ao BPC, através de campanhas informativas envolvendo todas as políticas públicas.</p> <p>2. Criar normativa para concessão de benefício eventual de alimentação, através de crédito monetário de cartão alimentação, para que o usuário tenha autonomia, mantendo a articulação entre outras</p>	<p>1. Criar legislação que conceda como benefício eventual cartão alimentação, para que o usuário tenha autonomia, mantendo a articulação entre outras políticas, como educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar, previdência social, para superação da condição de vulnerabilidade.</p> <p>2. Ampliar a divulgação referente às possibilidades de</p>



<p>através de campanhas informativas envolvendo todas as políticas públicas.</p>	<p>superação da condição de vulnerabilidade.</p> <p>2. Criar sistema de consulta unificado que contenha todas as informações dos benefícios de transferência de renda que os usuários estão inseridos, acessível para os profissionais da rede socioassistencial direta e indireta.</p> <p>3. Ampliar a divulgação referente às possibilidades de acesso ao BPC, através de campanhas informativas envolvendo todas as políticas públicas.</p>	<p>políticas, como educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar, previdência social, para superação da condição de vulnerabilidade.</p>	<p>acesso ao BPC, através de campanhas informativas envolvendo todas as políticas públicas, assim como viabilizar a desburocratização do acesso e realizar melhorias no sistema Meu INSS.</p>
--	--	--	---

6.31. CONFERENCIA REGIONAL DA VILA MARIANA

EIXO 1

<p>Âmbito Regional</p>	<p>Âmbito Municipal</p>	<p>Âmbito Estadual</p>	<p>Âmbito Federal</p>
-------------------------------	--------------------------------	-------------------------------	------------------------------



<p>1. Assegurar o previsto na LDO/LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias/Lei Orçamentária Anual) para implantação do SASF e do CEDESP no território da Vila Mariana.</p> <p>2. Garantir orçamento para implantação do Centro Pop Rua na Vila Mariana.</p>	<p>1. Assegurar na LDO\LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias/Lei Orçamentária Anual) recursos para ampliação de contratação de orientadores socioeducativos volantes e profissionais multidisciplinares para NAISPD, CCA e CTA.</p> <p>2. Criar o financiamento nos serviços de proteção básica e especial para aumento de verba pedagógica para passeios e atividades de recreação.</p> <p>3. Garantir orçamento para uma equipe multidisciplinar do SEAS e NAISPD.</p> <p>4. Garantir orçamento para concurso público, com previsão de equipes multidisciplinares, para a Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de complementar as vagas em aberto nos territórios.</p>	<p>1. Prever na lei orçamentária 5% fixos da receita bruta para garantia dos direitos socioassistenciais, com repasse para os municípios de acordo com estudos de vulnerabilidade.</p>	<p>1. Garantir 5% da receita bruta da união ou 1% do PIB para a Assistência Social, cuja distribuição para os estados seja feita de acordo com as vulnerabilidades de cada estado.</p>
---	--	--	--

EIXO 2

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar mecanismos no âmbito Regional de articulação entre Governo/ Trabalhadores(as)/ Usuários(as) e OSC, para o fortalecimento da participação e controle social.</p> <p>2. Garantir a formação continuada sobre o PNAS/SUAS, na perspectiva do controle social com os(as) usuários(as), em todos os serviços parcerizados através dos espaços de formação da SMADS.</p> <p>3. Promover, garantir e incentivar o protagonismo dos(as) usuários(as) no SUAS, na perspectiva de uma política pública de direito.</p>	<p>1. Reativar o ESPASO (Espaço Público do Aprender Social), na sua função original, garantindo a formação permanente dos(as) trabalhadores (as) e usuários(as) do SUAS e membros do COMAS/SP, qualificando o pleno exercício do controle social.</p> <p>2. Implementar a Política Municipal de Educação Permanente no SUAS.</p> <p>3. Criar mecanismos no âmbito Municipal de articulação entre Governo/ Trabalhadores(as)/Usuários(a) e OSC, para o fortalecimento da participação e controle social.</p> <p>4. Garantir a formação continuada sobre o</p>	<p>1. Criar mecanismos no âmbito Estadual de articulação entre Governo/Trabalhadores(as)/Usuários (as) e OSC, para o fortalecimento da participação e controle social.</p> <p>2. Promover, garantir e incentivar o protagonismo dos(as) usuários(as) no SUAS, na perspectiva de uma política pública de direito.</p>	<p>1. Promover, garantir e incentivar o protagonismo dos(as) usuários(as) no SUAS, na perspectiva de uma política pública de direito.</p>



	<p>PNAS/SUAS, na perspectiva do controle social com os(as) usuários(as), em todos os serviços parcerizados através dos espaços de formação da SMADS.</p> <p>5. Promover, garantir, incentivar o protagonismo dos(as) usuários(as) no SUAS, na perspectiva de uma política pública de direito.</p>		
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Criar um Fórum regional, garantindo como agenda, intersetorial, unificado de integração dos serviços, saúde, educação, Assistência Social e demais políticas, no território para o fortalecimento da rede e participação dos usuários.</p>	<p>1. Criar um sistema unificado, integrado, digital, em parceria com todas as políticas públicas do território, como base de dados, a fim de reunir e compartilhar informações sobre a trajetória dos usuários e</p>	<p>1. Criar uma central virtual de apoio às unidades estatais para facilitar o atendimento aos migrantes e pessoas com deficiência.</p> <p>2. Assegurar a capacitação permanente aos trabalhadores do SUAS, no estado de São</p>	<p>1. Criar uma central virtual de apoio às unidades estatais para facilitar o atendimento aos migrantes e pessoas com deficiência.</p> <p>2. Assegurar a capacitação permanente aos trabalhadores do SUAS, no âmbito nacional,</p>



<p>2. Criar comitê regional para humanização nas relações de trabalho e enfrentamento às violências institucionais.</p> <p>3. Garantir espaços de formação e capacitação permanente entre os trabalhadores da saúde, assistência e educação que compõem o fórum regional contemplando as temáticas transversais.</p> <p>4. Criar um conselho regional de assistência social de representação dos usuários do SUAS, mediado pelo Fórum Regional.</p>	<p>famílias, de modo a conhecer sua realidade integralmente.</p> <p>2. Assegurar a capacitação permanente aos trabalhadores do SUAS, no município de São Paulo, conforme plano de educação permanente do SUAS, englobando as temáticas de inclusão como: LGBTQIA+, racismo, etarismo, capacitismo, em situação de vulnerabilidade e demais opressões.</p> <p>3. Ampliar o número de CRAS, CREAS e CENTRO POP, assegurando o número de profissionais equivalente à demanda do território, bem como equipes multiprofissionais, conforme previsto na NOB RH e no plano de Assistência Social de São Paulo - PLAS.</p> <p>4. Criar uma central virtual de apoio às unidades estatais para</p>	<p>Paulo, conforme plano de educação permanente do SUAS, englobando as temáticas de inclusão como: LGBTQIA+, racismo, etarismo, capacitismo, em situação de vulnerabilidade e demais opressões.</p>	<p>conforme plano de educação permanente do SUAS, englobando as temáticas de inclusão como: LGBTQIA+, racismo, etarismo, capacitismo, em situação de vulnerabilidade e demais opressões.</p>
---	--	---	--



	<p>facilitar o atendimento aos migrantes e pessoas com deficiência.</p> <p>5. Ampliar o número de vagas, nos centros de acolhida, para atendimento das pessoas com deficiência e com autonomia.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar serviços para idoso, serviço de convivência, CAEI (serviço de acolhimento para pessoa idosa) e Centro Dia para idosos (CDI).</p> <p>2. Expandir a rede de Centro de convivência de idosos.</p> <p>3. Implantar Núcleo de Convivência para população em situação de rua e Núcleo de convivência para crianças e adolescentes em situação de rua no território.</p>	<p>1. Regulamentar e implementar a Lei Federal 13.431/2017, que institui o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.</p> <p>2. Implantar serviço híbrido com a saúde a fim de atender a população em situação de rua com demanda de saúde mental.</p>	<p>1. Criar mecanismos permanentes para viabilizar o atendimento integrado entre serviços de municípios distintos</p>	<p>1. Incluir o eixo GERAÇÃO DE RENDA nas AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PETI</p>



<p>4. Implantar CDCM - Centro de Convivência para Mulheres vítimas de violência doméstica.</p>	<p>3. Regular os benefícios eventuais, para atender as situações de vulnerabilidade e risco.</p> <p>4. Criar República jovem para jovens com filhos e Implementar República para adultos com critérios flexíveis - avaliando as condições reais de cada usuário, inclusive contemplar as pessoas que trabalham informalmente.</p> <p>5. Implementar prontuário eletrônico dos SUAS em todos os serviços da SMADS e estabelecer protocolos para integração dos sistemas de informação dos órgãos do sistema de garantia de direitos que atuam no atendimento a criança e adolescente vítimas de violência, considerando o sigilo profissional e a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).</p>		
--	---	--	--

EIXO 5

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar o número de entrevistadores para o CRAS Vila Mariana (mais 01 entrevistador).</p> <p>2. Disponibilizar CadÚnico Móvel com planejamento mensal junto ao território. Mudar fisicamente o CRAS Vila Mariana para o distrito da Saúde, tendo em vista que é o maior território de vulnerabilidade conforme estudo socioassistencial.</p>	<p>1. Substituir o benefício eventual de alimentação (cesta básica) pelo cartão alimentação no valor de 01 salário mínimo para que o usuário tenha autonomia.</p> <p>2. Retornar o Programa Renda Mínima com nova configuração de valor e critérios.</p>	<p>1. Garantir e efetivar o Programa Renda Cidadã com valor baseado no percentual de 50% do salário mínimo.</p>	<p>1. Agilizar o processo de concessão dos programas de transferência de renda, de forma transparente e com possibilidade de acompanhamento pelo usuário.</p>

6.32. CONFERENCIA REGIONAL DA VILA PRUDENTE

EIXO 1

Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
------------------------	-------------------------	------------------------	-----------------------



<p>1. Garantir recurso para abertura/implantação do centro dia idoso: 2 novos CDI (sendo 1 no distrito de São Lucas e 1 no distrito de Vila Prudente) e 1 instituição de longa permanência para idoso-ILPI grau 3 no território da Vila Prudente.</p> <p>2. Garantir recursos para abertura de novos serviços socioassistenciais da proteção social básica: 4 novos CCA'S, 7 novos CEDESP (4 São Lucas e 3 Vila Prudente), 10 novos NCI, 1 novo SASF no distrito de Vila Prudente.</p> <p>3. Garantir recurso para implantar o CRAS São Lucas, de modo a garantir que seja cumprida a meta 54 do Bloco 7 (Proteção Social: Serviços Socioassistenciais e Benefícios) disposto no Plano Decenal de Assistência Social da cidade de São Paulo (2016-2026).</p>	<p>1. Garantir recursos para abertura imediata de novo concurso público e chamamento imediato dos aprovados para: analistas de assistência e desenvolvimento social, assistente de gestão de políticas públicas, sociólogos e demais profissionais que compõem o quadro de servidores e servidoras dos CRAS, CREAS, PopRua e SAS. Trata-se de cumprimento da meta 132/133 do Bloco 15 do Plano Decenal de Assistência Social da cidade de São Paulo (2016-2026).</p> <p>2. Cumprir a meta 109/110 do Bloco 13 (Financiamento) disposto no Plano Decenal de Assistência Social da cidade de São Paulo (2016-2026) de modo a garantir já em 2024 que o percentual destinado para a pasta da Assistência Social seja de 5%.</p> <p>3. Garantir que, tão logo a Convenção Coletiva de Trabalho</p>	<p>1. Que o Estado garanta o aumento gradativo do fundo Estadual de Assistência Social para o fundo Municipal de Assistência Social segundo orientações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS).</p>	<p>1. Aprovar a PEC 383/2017 que direciona 1% da receita líquida do orçamento da União (a receita líquida trata de despesas não obrigatórias).</p> <p>2. Garantir 5% do orçamento Federal para a Assistência Social.</p>
--	--	---	--

	(SINBFIR-SITRAEMFA) for ratificada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), que a SMADS publique portaria ou instrução normativa municipal no mês subsequente de modo de garantir que os direitos assegurados aos trabalhadores sejam devidamente cumpridos por SMADS.		
EIXO 2			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Divulgação do SUAS nos diversos equipamentos do território e das demais políticas públicas, como Educação, Saúde, Esporte e Lazer.</p> <p>2. Criar o Conselho Gestor da Assistência Social, operando de forma territorial, tal qual acontece no Sistema Único de Saúde</p>	<p>1. Criar núcleos específicos, territoriais, para que o Conselho Municipal de Assistência Social dialogue com os 96 distritos.</p> <p>2. Efetivar e financiar a formação continuada sobre a política de assistência social, proporcionando tempo adequado, durante a jornada de trabalho e atendimento</p> <p>1. Criar capacitações sobre as conferências e demais processos de participação social, elaboradas</p>	<p>1. Ampliar Ouvidorias regionais, direcionadas a partir da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, que atuem nos municípios e em suas divisões territoriais, com a responsabilidade de articular as demandas em âmbito federal.</p>	<p>1. Efetivar a formação continuada sobre a política de assistência social, proporcionando tempo adequado, durante a jornada de trabalho e atendimento.</p> <p>2. Incentivar a presença das famílias nos processos de participação e controle social, com incentivos e garantias construídas junto às</p>



	<p>pelos Conselho Municipal de Assistência Social, a todos os trabalhadores e usuários, efetivadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, durante a jornada e o atendimento.</p> <p>2. Ampliar as horas técnicas a todos os serviços da rede socioassistencial.</p> <p>3. Criar núcleos específicos, territoriais, para que o Conselho Municipal de Assistência Social dialogue com os 96 distritos.</p>		<p>demais políticas públicas, buscando assegurar que sua participação não cause prejuízo profissional, como, por exemplo, as folgas condicionadas à doação de sangue e prestação de serviço eleitoral.</p>
EIXO 3			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Implantar um CCINTER como ação educativa a fim de trazer conscientização em prol da diminuição do etarismo e aumento da convivência intergeracional.</p> <p>2. Implantar um CAE Idoso, um CAE convalescente e um ILPI articulados com todos os serviços</p>	<p>1. Implantar Conselhos de Assistência Social em todas as regionais com a participação de: Poder Público - Habitação, Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Direitos Humanos e Meio Ambiente;</p>	<p>1. Criar canais de comunicação para os trabalhadores do SUAS onde possam denunciar situações de assédio moral e precarização das condições de trabalho.</p>	<p>1. Criar canais de comunicação para os trabalhadores do SUAS onde possam denunciar situações de assédio moral e precarização das condições de trabalho.</p>



<p>socioassistenciais da região para atender a crescente demanda de idosos em situação de extrema vulnerabilidade nos territórios de Parque São Lucas e Vila Prudente.</p> <p>3. Criar canais de comunicação para os trabalhadores do SUAS onde possam denunciar situações de assédio moral e precarização das condições de trabalho.</p> <p>4. Promover espaços intersetoriais de sensibilização da população sobre a importância e necessidade dos serviços socioassistenciais do território</p> <p>5. Ampliar as campanhas educativas sobre as múltiplas violências contra crianças e adolescentes e sensibilizar a população sobre a importância dos serviços de proteção no território.</p>	<p>2. Sociedade Civil - contemplar e garantir a participação de usuários da rede com as suas especificidades de segmentos, diversidade e movimentos sociais.</p> <p>3. Criar canais de comunicação para os trabalhadores do SUAS onde possam denunciar situações de assédio moral e precarização das condições de trabalho.</p> <p>4. Garantir as campanhas educativas sobre as múltiplas violências contra crianças e adolescentes e sensibilizar a população sobre a importância dos serviços de proteção no território.</p>		
EIXO 4			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal



<p>1. Implantar NCI, no território de Vila Prudente, em especial na Vila Califórnia, e de acordo com o mapeamento do território, quantos mais forem necessários.</p> <p>2. Ampliar e adequar os horários de atendimento dos CCAs, tendo em vista os períodos escolares com RH adequado compatível com a ampliação do horário.</p> <p>3. Implementar serviços e aumentar a capacidade do número de atendimentos: CCA's, CEDESP, NCI, SASF, NAISPD no território de Vila Prudente/São Lucas</p> <p>4. Implantar um NAISPD I, o qual não existe no território, e CEDESP no Parque São Lucas (em especial na Vila Rosa).</p> <p>5. Qualificar, ampliar e especializar as equipes de trabalho que atuam em situações de enchentes e outras emergências.</p>	<p>1. Ofertar o benefício de vale-transporte para todos os usuários e acompanhante(s) da rede SUAS</p> <p>2. Articular com a SPTRANS para que o serviço ATENDE possa abranger as pessoas com deficiência intelectual</p> <p>3. Fortalecimento de vínculo entre os serviços e gestão para garantir a comunicação da rede intersecretarial (Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social).</p>	<p>SEM PROPOSTA</p>	<p>SEM PROPOSTA</p>
--	---	---------------------	---------------------



EIXO 5			
Âmbito Regional	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual	Âmbito Federal
<p>1. Ampliar o número de entrevistadores do cadastro único.</p> <p>2. Criar novos postos de atendimento para cadastro único, utilizando espaços públicos, tais como: Subprefeituras, Poupatempo, CEU e terminais de ônibus.</p> <p>3. Ampliar as ações de cadastramento móveis (vans cadÚnico).</p>	<p>1. Ampliar o número de entrevistadores do cadastro único.</p> <p>2. Criar novos postos de atendimento para cadastro único, utilizando espaços públicos, tais como: Subprefeituras, Poupatempo, CEU e terminais de ônibus.</p> <p>2. Ampliar as ações de cadastramento móveis (vans CadÚnico).</p> <p>3. Ampliar a quantidade de vagas no agendamento do cadastro único.</p> <p>4. Implantar atendimento de cadastro único a domicílio.</p>	<p>1. Ampliar o número de entrevistadores do cadastro único para o município de São Paulo.</p> <p>2. Retomar e investir nos Benefícios Eventuais do Programa Bolsa do Povo.</p>	<p>SEM PROPOSTA</p>

7. QUANTITATIVO DE MOÇÕES DISTRIBUÍDAS POR REGIONAL

Nº	Regional	Moções de Repúdio	Moções de Apoio	Moções de Recomendação
01	Aricanduva	01	00	00
02	Butantã	05	01	00
03	Campo Limpo	02	00	02
04	Capela Do Socorro	08	09	-
05	Casa Verde	02	00	02
06	Cidade Ademar	03	00	00
07	Cidade Tiradentes	05	00	07
08	Cidade Ademar	03	00	00
09	Freguesia/Brasilândia	05	00	07
10	Guaianases	02	01	02
11	Ipiranga	03	02	02
12	Itaim Paulista	04	02	01
13	Itaquera	11	00	01
14	Jabaquara	02	00	06
15	Jaçanã	09	00	03
16	Lapa	01	01	-



17	M'boi Mirim	01	01	01
18	Mooca	03	02	02
19	Parelheiros	09	01	14
20	Penha	01	02	05
21	Perus	01	00	01
22	Pinheiros	00	01	01
23	Pirituba	03	01	03
24	Santana	00	00	03
25	Santo Amaro	00	00	02
26	São Mateus	02	00	02
27	São Miguel Paulista	00	00	01
28	Sapopemba	05	00	02
29	Sé	06	02	04
30	Vila Maria	01	00	05
31	Vila Mariana	Não houve	Não houve	Não houve
32	Vila Prudente	06	01	03

Indiana Del-Fré Ludviger
Gestora